



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA DISCIPLINA COMO EIXO DE
APRENDIZAGEM NA TURMA DE 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA
ESCOLA PÚBLICA COM GESTÃO MILITAR ANTÔNIO MESSIAS
GONÇALVES DA SILVA – AMAPÁ – BRASIL**

Maria José de Alexandria Barbosa Rosa

Asunción, Paraguay

2022

Maria José de Alexandria Barbosa Rosa

**ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA DISCIPLINA COMO EIXO DE
APRENDIZAGEM NA TURMA DE 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA
ESCOLA PÚBLICA COM GESTÃO MILITAR ANTÔNIO MESSIAS
GONÇALVES DA SILVA – AMAPÁ – BRASIL**

Dissertação apresentada, defendida e aprovada para o curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências Jurídicas, Política e de Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luís Ortiz Jiménez

Asunción, Paraguay
2022

Maria José de Alexandria Barbosa Rosa

ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA DISCIPLINA COMO EIXO DE APRENDIZAGEM NA TURMA DE 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA COM GESTÃO MILITAR ANTÔNIO MESSIAS GONÇALVES DA SILVA – AMAPÁ – BRASIL

Asunción (Paraguay)

Tutor: Orientador: Prof. Dr. Luís Ortiz Jiménez

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação p.125. – UAA, 2022.

Palavras Chave: 1. Aprendizagem 2. Disciplina 3. Gestão Militar.

Maria José de Alexandria Barbosa Rosa

**ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA DISCIPLINA COMO EIXO DE
APRENDIZAGEM NA TURMA DE 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA
ESCOLA PÚBLICA COM GESTÃO MILITAR ANTÔNIO MESSIAS
GONÇALVES DA SILVA – AMAPÁ – BRASIL**

Esta Dissertação foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação, pela
Universidade Autónoma de Asunción- UAA

Meu eterno agradecimento a Deus que é a base de tudo.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo a Deus, que com perfeição criou o Universo e tudo que nele existe, nos dando livre arbítrio para cuidar, apreciar e passar para outras gerações um mundo cada vez melhor.

Aos meus pais Francisca de Alexandria e Alípio Barbosa (in memoriam), que com esforço e dedicação me proporcionaram condições de estudos, e por terem cumprido sua missão atendendo ao chamado do Pai, não puderam me acompanhar nessa jornada difícil e árdua que agora chega ao final.

Aos excelentes Professores da Universidad Autónoma de Asunción-PY, pelo esforço e dedicação em transmitir conhecimentos nos módulos de aula. Dificuldades? Eram muitas! Mas estavam sempre dispostos para minimizá-las.

Aos Professores e a Equipe Gestora da Escola Pública na qual a pesquisa foi desenvolvida, meus sinceros agradecimentos pela acolhida e especialmente por todas as informações que enriqueceram esse trabalho.

Ao meu orientador Professor Dr. Luiz Ortiz Jiménez, que sempre esteve solícito em sanar minhas dificuldades na construção desse trabalho, apesar da distância que nos separava, minha eterna gratidão!

Ao meu filho Vinicius Barbosa, que compreendeu todos os momentos de ausência e me apoiou do início ao fim, especialmente as idas para Asunción-PY.

Aos meus irmãos, em especial Ana Célia (in memoriam) que estiveram ao meu lado incentivando e torcendo para que um dia esse tão sonhado momento chegasse.

Aos meus sobrinhos, em especial Aline, Alex, Samilo e Dione Santos pelo carinho, preocupações na minha ausência, e por fim, acreditar que um objetivo só é alcançado quando se tem foco e determinação.

Ao meu grupo de estudos que são elas: Mara, Jack Alves, Leide, Lourdes, e Edigleuma gratidão pelo aprendizado.

As amigas Marineide França, Rosiane Oliveira, Marli Picanço com as quais pude dividir os momentos alegres e angustiantes, eterna gratidão.

As Famílias Oliveira Pontes e Picanço meus sinceros agradecimentos, pela compreensão da minha ausência nas rodas de conversa, pelo respeito e carinho dispensados a minha pessoa.

“Se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas, jamais devemos perder de vista os seguintes fatores: a doutrina, o tempo, o espaço, o comando e a disciplina”.

Sun Tzu

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	x
RESUMO	xi
RESUMEM	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO À INVESTIGAÇÃO	1
1. HISTORICIDADE DO REGIME EDUCACIONAL MILITAR.....	11
1.1. A estrutura histórica do ensino militar no Brasil	15
1.1.1. Os sistemas atuais dos colégios militares no Brasil.....	20
1.2. A disciplina e o estabelecimento de rotinas em sala de aula.....	24
1.2.1. Aspectos positivos e negativos da disciplina escolar	27
1.2.2. Difícil conceito de indisciplina.....	28
1.3. O impacto da disciplina escolar como eixo de aprendizagem.....	30
1.3.1. Sobre a melhoria da aprendizagem dos alunos das escolas militarizadas	33
1.4. Gestão democrática.....	34
1.4.1. Legislação Brasileira e a Gestão Escolar.....	40
1.4.2. O gestor escolar e seu perfil de líder	43
1.4.3. O desenvolvimento de competências	45
1.4.4. A formação acadêmica do gestor escolar	46
MARCO METODOLÓGICO.....	49
2. Metodologia da pesquisa.....	49
2.1. Justificativa da pesquisa.....	49
2.2. O Problema	51
2.3. Objetivos geral e específicos	52
2.3.1. Objetivo Geral	52
2.3.2. Objetivos Específicos	52
2.4. Contexto Espacial e Socioeconômico da Pesquisa	53
2.4.1. Delimitação da Pesquisa	54
2.5. Participantes da Pesquisa	58
2.5.1. Professores da 3ª série Alfa do Ensino Médio.....	59
2.5.2. Gestão escolar	60
2.5.3. Alunos da 3ª série Alfa do Ensino Médio.....	60
2.6. Desenho Metodológico	60

2.7. Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados	64
2.7.1. Guia de Entrevista.....	64
2.7.2. Entrevista aberta	65
2.7.2. Questionário aberto.....	66
2.8. Validação dos Instrumentos	67
2.9. Procedimento para Coleta de Dados	67
2.10. Questões Éticas	69
2.10. Técnicas de Análise e Interpretação dos dados	69
DADOS E CONCLUSÕES.....	71
3. Análise dos resultados	71
3.1. 1ª Categoria: Aspectos positivos e negativos da disciplina	72
3.2. 2ª Categoria: Processo de aprendizagem mediante perspectiva disciplinar	
3.3. 3ª Categoria: Parceria Comunidade / Escola	83
3.4. 4ª Categoria: Sistema Militar de Ensino e Avaliação	86
CONCLUSÕES.....	91
SUGESTÕES	93
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS.....	99
ANEXO N° 01: Solicitação para pesquisa de campo - UAA.....	100
ANEXO N° 02: Autorização para pesquisa de campo	101
ANEXO N° 03: Entrevista para os professores	102
ANEXO N° 04: Entrevista para a gestão.....	104
ANEXO N° 05: Questionário para os alunos	107
ANEXO N° 06: Termo de esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa.....	109
ANEXO N° 07: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	110

LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº 01: Desenho Geral do Processo de Investigação.....	9
FIGURA Nº 02: Mapa em destaque o Brasil	54
FIGURA Nº 03: Mapa do Brasil em destaque o Estado do Amapá.....	56
FIGURA Nº 04: Vista área da capital Macapá	57
FIGURA Nº 05: Fachada da Escola Antônio Messias da Silva	58
FIGURA Nº 06: Participantes da Pesquisa	59
FIGURA Nº 07: Desenho da Investigação.....	63
FIGURA Nº 08: Pontos positivos da Escola Militar.....	77
FIGURA Nº 09: Pontos positivos e negativos da Escola Militar.....	78
FIGURA Nº 10: Perfil da Escola Militar.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

AIB – Associação Brasileira de Imprensa

AID – (Agency for International Development)

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CPM – Colégio da Polícia Militar

DECEX – Departamento de Educação e Cultura do Exército

DEP – Departamento de Ensino e Pesquisa

DEPA – Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OTT – Oficiais Técnico Temporários

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTTC – Prestadores de Tarefa por Tempo Certo

QCO – Quadro Complementar de Oficiais do Magistério

SCMB – O Sistema de Colégio Militar no Brasil

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SNAI – Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários

USAID – United States International for Development

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

RESUMO

A presente dissertação intitulada “O impacto da disciplina como eixo de aprendizagem na turma de 3ª série do Ensino Médio da Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva – Amapá – Brasil” foi estruturada e embasada na seguinte questão problema: Qual o impacto da disciplina como eixo da aprendizagem na Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva no Estado do Amapá – Brasil? O trabalho é justificado mediante a necessidade de compreender se a prática disciplinar estabelecida pelas escolas militares, realmente é um fator importante para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da 3ª série Alfa do Ensino Médio. O objetivo geral e os específicos desta pesquisa propõem uma busca de respostas para a problemática abordada, que poderão contribuir para a área de investigação. Para tanto o objetivo geral é: Analisar o impacto da disciplina como eixo da aprendizagem na turma de 3ª Alfa do Ensino Médio na Escola de Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva no Estado do Amapá – Brasil. Os objetivos específicos: investigar os aspectos positivos e negativos da disciplina mediante processo de ensino aprendizagem dos alunos; avaliar o processo de ensino aprendizagem dentro de uma perspectiva da disciplina militar do aluno; analisar as ações que a escola desenvolve em parceria com a comunidade para melhoria da aprendizagem dos alunos; averiguar o modelo do sistema de avaliação escolar militarizada e o projeto político pedagógico da escola com foco nos eixos de aprendizagem. Participaram dessa investigação: os professores da 3ª série Alfa do Ensino Médio, a equipe que compõe a gestão e os alunos da 3ª série Alfa do Ensino Médio. Para a realização deste trabalho adotou-se a pesquisa descritiva, corte transversal, enfoque qualitativo. Para coleta de dados foram utilizados como instrumentos, Entrevista aberta e Questionário aberto direcionados a cada categoria de participantes. As respostas obtidas foram analisadas individualmente, dentro de cada categoria de análise criadas com base em responder os objetivos propostos. Como resultado encontrado, é confirmado através da abordagem junto aos participantes que a prática disciplinar possui um importante impacto na aprendizagem dos alunos, ou seja, alunos que seguem uma disciplina rígida interposta pela gestão militar tem significativos ganhos na aprendizagem.

Palavras Chaves: Aprendizagem. Disciplina. Gestão Militar.

RESUMEM

La presente disertación titulada "El impacto de la disciplina como eje de aprendizaje en la clase de 3er grado de la Escuela Pública con Gestión Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva - Amapá - Brasil" fue estructurada y basada en el siguiente tema: ¿Cuál es el impacto de disciplina como eje de aprendizaje en la escuela pública con gestión militar Antônio Messias Gonçalves da Silva en el estado de Amapá - Brasil? El trabajo se justifica por la necesidad de comprender si la práctica disciplinaria establecida por las escuelas militares es realmente un factor importante para el desarrollo del aprendizaje de los estudiantes en el tercer grado Alfa de la escuela secundaria. Los objetivos generales y específicos de esta investigación proponen una búsqueda de respuestas al problema abordado, lo que puede contribuir al área de investigación. Para este propósito, el objetivo general es: Analizar el impacto de la disciplina como eje de aprendizaje en el 3er grado Alfa de la escuela secundaria en la Escuela Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva en el Estado de Amapá - Brasil. Los objetivos específicos: investigar los aspectos positivos y negativos de la disciplina a través del proceso de enseñanza-aprendizaje de los estudiantes; evaluar el proceso de enseñanza aprendizaje dentro de la perspectiva de la disciplina militar de lo estudiante; analizar las acciones que la escuela desarrolla en asociación con la comunidad para mejorar el aprendizaje de los estudiantes; descubrir el modelo del sistema de evaluación escolar militarizado y el proyecto político pedagógico de la escuela con un enfoque en los ejes de aprendizaje. Participaron en esta investigación: los maestros del 3er grado Alfa de la escuela secundaria, el equipo que compone la administración y los estudiantes del 3er grado Alfa de la escuela secundaria. Para llevar a cabo este trabajo, se adoptó una investigación descriptiva, un enfoque transversal y cualitativo. Para la recopilación de datos, se utilizaron entrevistas abiertas y un cuestionario abierto como instrumentos para cada categoría de participantes. Las respuestas obtenidas se analizaron individualmente, dentro de cada categoría de análisis creada en base a la respuesta a los objetivos propuestos. Como resultado encontrado, se confirma a través del enfoque con los participantes que la práctica disciplinaria tiene un impacto importante en el aprendizaje de los estudiantes, es decir, los estudiantes que siguen una disciplina estricta interpuesta por la administración militar tienen ganancias significativas en el aprendizaje.

Palabras clave: Aprendizaje. Sujeto. Gestión militar

ABSTRACT

The present dissertation entitled “The impact of the discipline as a learning axis in the 3rd grade class of the Public School with Military Management Antônio Messias Gonçalves da Silva - Amapá - Brazil” was structured and based on the following issue: What is the impact of discipline as a learning axis in the Public School with Military Management Antônio Messias Gonçalves da Silva in the State of Amapá - Brazil? The work is justified by the need to understand whether the disciplinary practice established by military schools is really an important factor for the development of the learning of students in the 3rd grade Alpha of high school. The general and specific objectives of this research propose a search for answers to the problem addressed, which may contribute to the area of investigation. For this purpose, the general objective is: To analyze the impact of the discipline as an axis of learning in the 3rd grade Alpha of high school class at the Antônio Messias Gonçalves da Silva Military School in the State of Amapá - Brazil. The specific objectives: investigate the positive and negative aspects of the discipline through the students' teaching-learning process; to assess the teaching-learning process within the perspective of a student's military discipline; to analyze the actions that the school develops in partnership with the community to improve student learning; find out model of the militarized school evaluation system and the political pedagogical project of the school with a focus on the axes of learning. Participated in this investigation: the teachers of the 3rd grade Alpha of High School, the team that composes the management and the students of the 3rd grade Alpha of High School. To carry out this work, descriptive research, cross-sectional, qualitative approach was adopted. For data collection, open interviews and an open questionnaire were used as instruments for each category of participants. The responses obtained were analyzed individually, within each category of analysis created based on answering the proposed objectives. As a result, found, it is confirmed through the approach with the participants that the disciplinary practice has an important impact on the students' learning, that is, students who follow a strict discipline interposed by military management have significant gains in learning.

Keywords: Learning. Subject. Military Management.

INTRODUÇÃO À INVESTIGAÇÃO

A presente dissertação aborda a temática o “*Estudo sobre o impacto da disciplina como eixo de aprendizagem na turma de 3ª série Alfa do Ensino Médio da Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva – Amapá – Brasil*”.

Para compreender como se tem implementado a Gestão Militar na escola pública é preciso destacar o que a Literatura vigente tem preconizado sobre o assunto. Partindo desse pressuposto cabe elucidar que:

Escolas de ensino médio com um viés militarizado ou que são diretamente geridas por militares existem há bastante tempo em diversos países. Na Índia, as Rashtriya Military Schools foram criadas a partir de 1930 para os filhos de militares, mas hoje são abertas aos civis. Na Turquia, escolas militares de ensino médio foram fundadas a partir de 1845. O Programa Junior Reserve Officers’ Training Corps (JROTC), que funciona como um programa profissionalizante dentro de escolas de ensino médio, foi criado nos Estados Unidos em 1916 para preparar os jovens para a Primeira Guerra Mundial. No Brasil, as escolas militares do Exército Brasileiro se destacam por sua excelência no ensino desde 1889, com a criação do Imperial Colégio Militar, que depois da Proclamação da República passou a ser chamado Colégio Militar do Rio de Janeiro. Entretanto, o fenômeno do aumento da militarização do ensino básico é bem mais recente, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil (Benevides e Soares, 2015, p. 8).

Frente a essa assertiva vale elucidar que a existência de escolas legitimadas por uma gestão militar perpassa por vários contextos e cenários, conforme recorte apresentado por Benevides mostra que esse modelo de gestão a priori surgiu para atender a demanda advinda da família dos militares, aos filhos desses, ou seja, a prioridade claramente definida e que justificou a sua criação, o que equivale dizer que foi nesse caso, a necessidade de se ofertar uma educação diferenciada a esse grupo.

Também é imperativo dizer que buscou nesse sentido oferecer uma educação que segue a disciplina e a filosofia militar, considerada por muitos como um modelo eficiente para a manutenção da ordem.

De acordo com Santos (2016, p. 67) no “Brasil as escolas militares surgiram paralelamente ao então sistema de ensino público, mais precisamente no final do século XIX

início do século XX”. Sendo, portanto, o Colégio Militar um tipo de escola independente, das redes públicas, uma vez que estão vinculados ao Exército Brasileiro.

Seguindo essa cronologia do surgimento das escolas militares destaca-se o seguinte cenário:

Esses colégios iniciaram sua história com um decreto imperial no dia 6 de maio de 1889, com a criação do Imperial Colégio Militar da Corte. O empreendimento partiu do Ministro de Guerra da época 60 e teve a intenção de acalmar os ânimos dos militares republicanos com uma demonstração de boa vontade do Império (Santos, 2016, p. 49).

Os fatos históricos relatam informações que torna possível situar-se na história da inserção do regime militar nas escolas e poder fazer uma diferenciação dos modelos que preconizaram essa educação durante décadas.

Paralelamente ao sistema de ensino público implantado pelos governos brasileiros do final do século XIX e no XX, surgiram os colégios militares do Brasil. O CM é um tipo de escola independente das redes públicas e é vinculado ao Exército Brasileiro. É uma das primeiras escolas laicas criadas no país (Santos, 2016, p. 49).

Trata-se nesse caso, de uma prerrogativa que demonstra que esses foram criados como forma de dar a família dos militares suporte educacional, à medida que a priori essa teve como propósito o acolhimento às vítimas da Guerra conforme citara Soares. Sendo nessa perspectiva importante elucidar que foi uma iniciativa política, considerando-se que foi uma tentativa de se amenizar as divergências entre o Império e a República. Diz respeito, portanto, a um modelo de escola criado para atender especificamente ao seguimento militar, o que conseqüentemente legitimou o surgimento de uma Educação com gestão militar.

Sobre a Escola Militar também é interessante destacar que:

Talvez a primeira palavra que venha à mente quando se faz referência a uma escola militar seja ‘disciplina’. Esta característica está entre as principais diferenças entre escolas civis e militares. Estas últimas têm regras quanto ao corte de cabelo, ao uso de adornos, a maquiagem usada pelas alunas, entre várias outras normas. Ao entrar em um colégio militar, o aluno deve conhecer o regulamento disciplinar e suas diversas categorizações de transgressão disciplinar. Mas, de nada adiantaria ter tais regulamentos sem o efetivo poder de coação e sem o comprometimento do estudante com a autoridade (Santos, 2016, p. 6).

Essa tem sido a premissa que tem orientado as escolas militares no Brasil, de fato que a elas tem sido imputada desenvolver uma educação pautada na filosofia militar, considerando-se principalmente seu caráter disciplinar no que tange nesse caso, a dimensão de que as instituições militares são filiadas aos preceitos de difundir a ordem e a disciplina. Sendo, portanto, a disciplina um dos pilares da educação desenvolvida pelas escolas militares. Nesse caso, fica evidenciado que o estabelecimento de normas deve ser difundido para que assim se possa construir uma sociedade que respeite os limites de conduta a ser seguido por uma dada sociedade.

Quanto à função das Escolas Militares Nogueira (2014, p. 148) destaca que: “a educação militar exerce a função de preparar seus alunos, tanto para as carreiras militares, quando para o exercício nas diversas profissões e funções públicas civis, sempre transmitindo e preservando os valores éticos, históricos e culturais da Instituição”.

Nesse sentido, fica evidenciado que as escolas militares são instituições que comportam nessa perspectiva diversas normas, que configuram nesse caso, o diferencial entre uma escola de ensino normal e uma escola de gestão militar. Pois, essa se destaca por ter uma gestão diferenciada em relação às outras escolas, tendo em vista que de início essa fora criada para fortalecer os princípios das forças armadas. Assim sendo, é preponderante destacar que a sua base está fundada nos pressupostos da disciplina. Contudo, sabemos que essa não tem sido uma constante nas escolas públicas e privadas, pois o cenário tem mostrado, que entre os maiores problemas enfrentados pela escola pública é o da falta de disciplina:

Vista sob essa perspectiva, a disciplina passa a ser tomada como uma das principais ferramentas para se combater na escola, bem como ensinar aos alunos normas de conduta. Para tanto, considera-se a disciplina como eixo da educação militar. Sendo essa uma das prerrogativas que demarcam a prática pedagógica dos Colégios Militares e que hoje, se busca estender as escolas públicas através da implantação da Gestão Militar.

Essa condição é assim pontuada por Santos (2016, p. 29) ao destacar que:

Os argumentos para a implantação dos CPM ganharam muitos aceites por parte da população. Apesar de vivermos em um sistema social e político pautado em valores democráticos, uma pequena parte da sociedade brasileira formada e inflada pelos meios de comunicação social de massa pede a militarização das escolas, julgando ser este processo o melhor para resolver os problemas sociais do Brasil.

Justificativa da Investigação

A Educação historicamente tem se desenvolvido sob várias formas e com os mais diversos propósitos. Desde o início de sua colonização o Brasil seguiu um modelo de educação, no início pautado na Educação Jesuítica, no Império os alunos da Colônia iam para a Metrópole estudar. Na República surgiram as chamadas Escolas Normais e assim os primeiros passos da Educação vieram as escolas de Ensino Médio posteriormente as Escolas Militares.

Dessas é interessante conhecer a trajetória da criação das Escolas Militares que de início surgiram no âmbito das Forças Armadas, mas que nos últimos anos vem sendo implantada em escolas públicas, que saem de uma gestão dita democrática e passa a se ter uma gestão militar. Essa mudança tem sido vista por alguns como uma forma de disciplinar o comportamento dos alunos. Por outro lado, muitos a tomam como um retrocesso, uma ameaça ao processo de democratização do ensino. Esse é um dos fatores que mobilizaram para a realização dessa pesquisa, entender qual o impacto desse processo para a Educação do Estado do Amapá, que desde o ano 2016 vem implantando a gestão militar em algumas escolas públicas localizadas em bairros periféricos da Cidade e que apresentam altos índices de violência, envolvendo os jovens e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social.

Diante desse contexto, é importante ressaltar que uma das principais motivações para se implantar nas escolas públicas a Gestão Militar diz respeito nesse caso, a resolver os problemas existentes no interior, cujos indicadores apontados dão conta que são resultados da falta de disciplina dos alunos. Sendo esse pressuposto que tem levado alguns Estados a militarização de algumas escolas. Contudo, não se pode deixar de aferir que essa iniciativa, não é vista com bons olhos à medida que contraria os pressupostos de uma educação democrática centrada no diálogo e não na ordem. Pois, a escola com gestão democrática deve e pode ser alicerçada também nos princípios da disciplina.

Atualmente as escolas militares no Brasil se destacam na rede pública de ensino e o bom desempenho dos alunos que frequentam esse regime de ensino atestam a formação sólida nas diversas áreas do conhecimento.

Nesse caso, como bem especificado, as normas estabelecidas pelo regime da escola militar estão devidamente atreladas e fixadas pelo sistema de ensino militar.

Não obstante ressaltar, mediante abordagens dos índices que medem os resultados do desenvolvimento educacional, pode-se destacar entre os melhores resultados obtidos nacionalmente as escolas com gestão militar.

Diante dos fatos apresentados pela história e os contextos que permeiam a educação militar atualmente, é cabível interpelar que as regras estabelecidas pela escola com regime militar prezam pela disciplina, regras e bons índices de aprendizado. Características essas que se destacam nas escolas com gestões militares.

Levando em consideração todos os pontos discutidos até aqui, a disciplina tem sido posta como eixo que possibilita o aluno a desenvolver suas competências e assim chegar à aprendizagem significativa com mais facilidade. Visto que as escolas que abordam a gestão militar apontam para essa característica. Portanto, “a disciplina está intimamente ligada à capacidade de ter controle sobre si mesmo, de forma a ajustar a conduta individual às atividades e aos trabalhos coletivos” (Weiss, 2016, p. 16).

Problemática da pesquisa

A escola militar já existe há bastante tempo, sendo que de início essa atendia apenas a demanda das forças armadas, pois fora criada para receber os filhos dos militares. Essas escolas sempre foram consideradas um modelo de educação no que diz respeito a um ensino que tem como base a disciplina. Essa se tornou uma referência para a criação do que hoje se chama de Educação Militar. Algumas escolas públicas no Brasil vêm adotando a gestão militar como uma das formas de criar uma cultura da paz, do respeito, principalmente em relação às escolas em que existem conflitos, indisciplina, pelo fato de atender a uma demanda em vulnerabilidade social, o que conseqüentemente, impacta de forma negativa na aprendizagem e compromete o processo de interação dos alunos com seus pares. Contudo, é pertinente dizer que para implantar esse tipo de gestão, em que o modelo vigente é a gestão democrática, muitos debates têm se realizado frente a esses dois tipos de educação: Democrático e o Militar. Um centrado na construção da autonomia, e outro pautado na disciplina. Sendo essa dicotomia cristalizada pelos princípios que regem cada um desse tipo de gestão. Em 2017 o Estado do Amapá troca o modelo democrático de 02 (duas) escolas públicas pelo modelo militar com a finalidade de melhorar a disciplina principalmente as das áreas periféricas por apresentarem nesse caso crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Sendo importante ressaltar que as escolas com gestão militar vêm apontando nos últimos anos satisfatório desempenho no que diz respeito a aprendizagem dos alunos. No entanto a relevância desse estudo se faz presente no momento em que são abordados dados que comprovam que a escola com gestão militar pode contribuir com a aprendizagem dos educandos.

Mediante a importância do tema que norteia esse estudo surgiram vários questionamentos acerca da temática investigada: É perceptível avanços na educação militarizada ao longo dos anos? Os resultados avaliativos da escola militar são satisfatórios? Existem aportes legais que dão suporte as escolas militares? Quais as principais causas da indisciplina? Seria um retrocesso militarizar as escolas brasileiras? Qual a diferença entre a gestão democrática e a gestão militar? Quais os critérios que estabelecem a disciplina como eixo de aprendizagem? O que as escolas militares têm que as diferenciam das demais em termos de desempenho?

Frente a esses questionamentos que concretam efetivamente a temática, o estudo será norteado pelo problema central que é: **Qual o impacto da disciplina como eixo da aprendizagem na Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva no Estado do Amapá – Brasil?**

Para responder à essa problemática, com o intuito final de fazer propostas ou recomendações acerca do fenômeno estudado, estabeleceram-se os objetivos desta pesquisa que, de acordo com Campoy (2018) funcionam como guias que orientam e definem os rumos da pesquisa. O objetivo geral e os específicos desta pesquisa propõem uma busca de respostas para a problemática abordada, que poderão contribuir para a área de investigação. Para tanto o objetivo geral é: Analisar o impacto da disciplina como eixo da aprendizagem na turma de 3ª série Alfa do Ensino Médio na Escola com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva no Estado do Amapá – Brasil. Os objetivos específicos: investigar os aspectos positivos e negativos da disciplina mediante processo de ensino aprendizagem dos alunos; avaliar o processo de ensino aprendizagem dentro de uma perspectiva da disciplina militar do aluno; analisar as ações que a escola desenvolve em parceria com a comunidade para melhoria da aprendizagem dos alunos; averiguar o modelo do sistema de avaliação escolar militarizada e o projeto político pedagógico da escola com foco nos eixos de aprendizagem.

Desenho geral da Investigação

A Metodologia científica torna-se um importante caminho a seguir com procedimentos lógicos e coerentes que proporcionam responder aos objetivos e ao problema da pesquisa e chegar à veracidade dos fatos. Para Gil (2002, p. 8) “o que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade”.

Após aprofundamento teórico e metodológico no que se trata de uma temática de alta relevância social e educacional que aborda a disciplina como eixo de aprendizagem na turma de 3ª série Alfa do Ensino Médio da Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva – Amapá – Brasil, vimos que será importante delinear esse estudo em uma pesquisa descritiva, transversal, qualitativa.

No que se diz respeito ao estudo descritivo, Gil (2008, p. 28) define que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Além disso, uma de suas características está a utilização de técnicas padronizadas que serão utilizadas para recolhimento dos dados. O estudo descritivo para essa pesquisa será abordada de forma a descrever o impacto da disciplina como eixo da aprendizagem na Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva.

Em relação à pesquisa transversal “é realizada em um curto período de tempo, em um determinado momento, ou seja, em um ponto no tempo, tal como agora, hoje” (Fontelles, 2009, p. 31).

Essa pesquisa apresenta enfoque qualitativo que possibilita analisar o fenômeno em seu contexto natural que está traduzido nos impactos da aprendizagem na escola com gestão militar, como também esse enfoque permite aos entrevistados liberdade para apontar os seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo. Campoy (2018, p. 255) revela esse enfoque “é dialética e sistemática além de possuir uma concepção múltipla da realidade”.

Para responder aos objetivos propostos por essa pesquisa selecionamos os participantes que estão ligados diretamente a turma de 3ª série Alfa do Ensino Médio da Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva – Amapá – Brasil.

Para tanto, os participantes são: os professores que atuam na turma de 3ª série, os alunos dessa turma e a gestão da escola. Ao abordar os participantes da referida turma se revela pelo fato de possuírem nível acadêmico mais elevado e já frequentarem esse regime

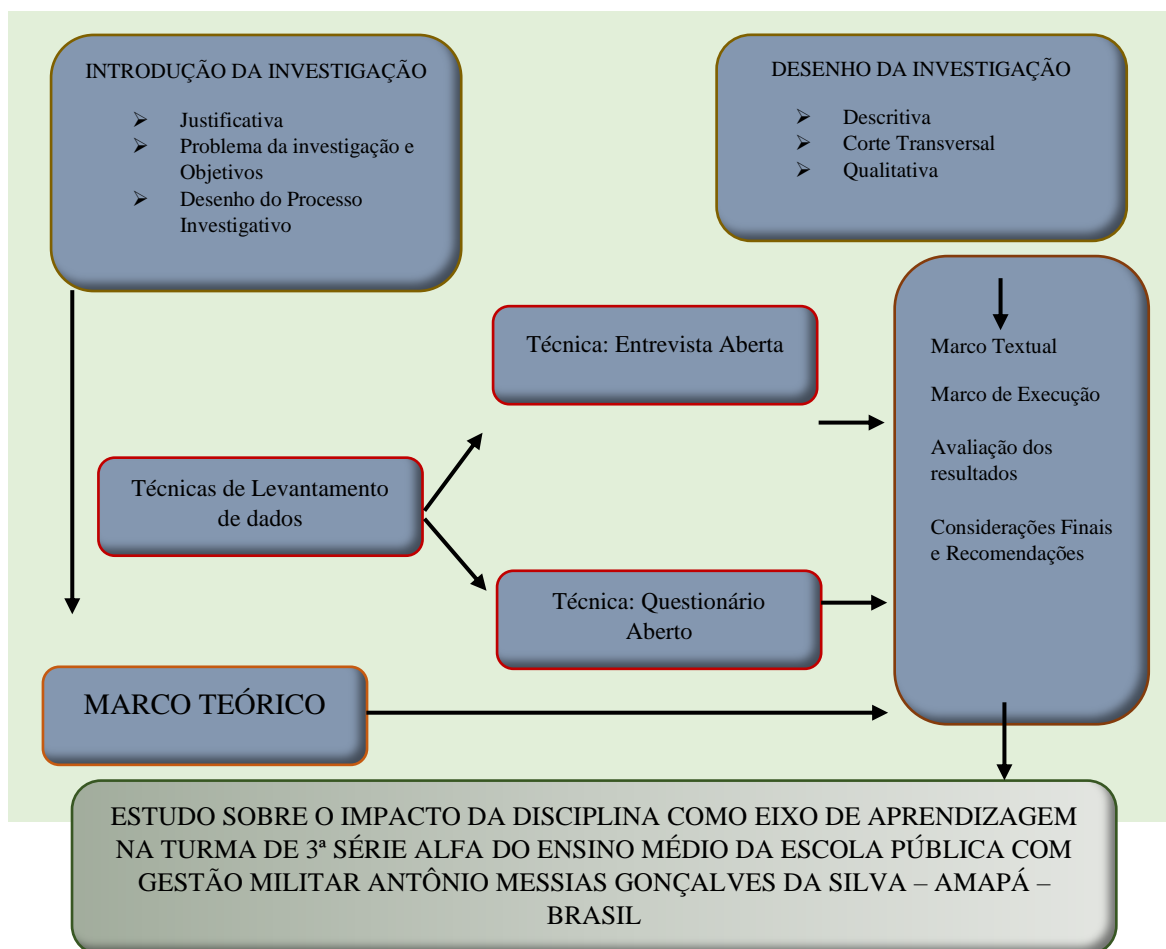
escolar a mais tempo que os demais e apresentarem bons índices de aprendizagem, o que de certa forma facilitará as informações.

Quanto ao recolhimento dos dados que trata de um estudo descritivo, transversal, qualitativo foi realizado com técnicas estritamente qualitativas atendendo prontamente ao desenho metodológico proposto. Foi utilizado Entrevista aberta com os professores e equipe gestora e questionários aplicados aos alunos de 3ª série Alfa do Ensino Médio.

1- Entrevistas – Essa técnica de investigação foi aplicada aos professores e a equipe que compõe a gestão escolar (Diretora, Diretor Adjunto e Coordenadora). Esta técnica permite uma abordagem de opiniões acerca da temática em questão. “A entrevista é o modo mais usual no trabalho de campo através dela, o pesquisador busca obter informes nas falas dos atores sociais” (Minayo, 2001, p. 57).

2- Questionário aberto – Essa técnica foi aplicada aos alunos. Questionário aberto “é aquele que solicita uma resposta livre e provoca resposta de maior profundidade sem delimitar de antemão as alternativas de respostas escritas pelo próprio sujeito” (Campoy, 2018, p. 360).

Assim, esse instrumento permite interpretar os dados obtidos por meio das respostas dos participantes de forma qualitativa, onde serão lidos e analisados profundamente e descritas mediante interpretação do investigador. As questões abertas permitem ao entrevistado responder com suas próprias palavras, sem risco de ser influenciado pelas alternativas apresentadas.

FIGURA Nº 01: Desenho Geral do Processo de Investigação

A primeira parte da pesquisa refere-se sobre a parte teórica. Através de um aprofundamento baseado em teoria aborda-se a Historicidade do Regime Educacional Militar, onde através de autores renomados discutiu-se sobre a estrutura histórica do ensino militar no Brasil. A temática foi aprofundada a partir das obras de Ghiraldelli (2000), (Romanelli, 1978), (Campos, 2005).

Como parte relevante dessa temática aprofundou-se na teoria sobre os atuais sistemas dos colégios militares no Brasil, sendo possível essa abordagem através de leis que regem o sistema de ensino brasileiro.

Em prosseguimento, respeitando a temática em questão, foi abordado a disciplina e o estabelecimento de rotinas em sala de aula, demonstrando os aspectos positivos e negativos. Para descrever sobre esse tópico utilizamos Tardif (2002) e Tiba (1996) como principais teóricos.

Ainda na parte teórica desse estudo apresentou-se as várias teorias acerca da conceitualização do termo indisciplina, como também retratou-se o objeto de estudo que se

refere ao impacto da disciplina escolar como eixo de aprendizagem com suporte teórico de autores renomados como Aquino (1996 e 2008), Tiba (1996) e Libâneo (1994).

Como continuidade da parte teórica fez-se um embate demonstrando pontos importantes sobre a gestão democrática com apoio teórico de Paro (1996 e 2005).

A segunda parte tratou-se de expor o passo a passo da construção dessa pesquisa, ou seja, a parte metodológica, nela contém todos os procedimentos executados no desenvolvimento desse estudo. Para essa parte tivemos o apoio especial de Campoy (2008), Lakatos (2003) e Gil (2002 e 2008).

Por fim, a terceira parte permitiu-se expor os dados recolhidos e suas devidas interpretações, dentro de um enfoque qualitativo, possibilitando assim, finalizar com a conclusão e as devidas sugestões que servirão de base para estudos futuros.

1. HISTORICIDADE DO REGIME EDUCACIONAL MILITAR

Para fazer uma correspondência correta sobre a educação na época do Regime Militar é necessário que se faça uma pré-recapitulação dos aspectos educacionais para que a análise se torne mais clara e concisa.

No ponto de vista de Ghiraldelli (2000, p. 15) com o fim do Império e início da República “em 1891, instituiu-se o sistema federativo governamental” enfraquecendo aos que detinham poder centralizador e dando início a uma remodelação do Estado, enfatizando necessidades de um novo modelo educacional, surgindo, assim, novas discussões sobre o tema educação (Romanelli, 1978).

De acordo com Ribeiro (2000), as condições de trabalho para a população de camponeses e o isolamento em relação a zona urbana, causavam descontentamento a esses trabalhadores rurais.

Ghiraldelli (2000) descreve que com a Primeira Guerra Mundial (1914-1948) ocorreu uma epidemia de patriotismo e nacionalismo no Brasil, ocasionando sérios problemas para a educação brasileira.

A Ditadura Militar durou 21 anos. Iniciou-se em 31 de março de 1964 com o golpe que depôs o presidente João Goulart (Jango) e teve seu fim com a eleição indireta (via Colégio Eleitoral) de Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985 (Ghiraldelli, 2000, p. 104)¹.

No entanto, é preciso enfatizar, que após a Primeira Guerra Mundial inicia-se uma grande transformação em nível cultural bastante significativa, onde a Inglaterra perde um pouco de sua hegemonia e cede espaço para economia dos Estados Unidos, com quem o Brasil passa a ter importantes vínculos políticos, culturais, econômicos e financeiros (Campos, 2005). Nesse mesmo período, as camadas elitistas brasileiras passam a viver e a se comportar da mesma forma que os norte-americanos. Estavam influenciados pela música, filmes, literatura, entre outros.

Com foco no contexto educacional, é destaque que na Primeira República um grupo de pessoas (denominadas intelectuais) o qual faziam parte da classe dominante criaram dois

¹ Tancredo Neves veio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), da sua ala mais conservadora. José Sarney veio do Partido da Frente Liberal (PFL). Estiveram em campos opostos, mas ambos sempre foram políticos conciliadores. Tancredo veio do getulismo, enquanto que Sarney veio da UDN (braço civil do Golpe Militar de 1964), da ARENA (partido situacionista durante a Ditadura Militar) e do PDS (partido herdeiro da ARENA, após reforma partidária ainda no período do regime militar).

movimentos que representava efetivamente o meio educacional: o “Entusiasmo pela Educação” (voltado para a educação popular), e, com o decorrer do tempo, através do desenvolvimento da mentalidade tanto em cunho político quanto social, surgiu o “Otimismo Pedagógico” o qual insistiu na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar (Ghiraldelli, 2000).

Somente após a queda das oligarquias surgiram novas forças sociais advindas das transformações na estrutura econômica brasileira.

O Brasil em 1930 viveu um período de grandes transformações relacionados a educação, aconteceu o chamado “Manifesto” que consistia em um documento que constava em seu teor a defesa de uma “nova educação”, no qual estava voltada para atender as pessoas do grupo urbano da indústria, fato esse que causou ainda mais insatisfação aos que viviam no campo.

Getúlio Vargas assumiu provisoriamente o governo, e no seu mandato foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) fato que motivou, no ano de 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, a reconstrução social da escola para o povo (Veiga, 1989).

Ainda no ano de 1932, foram criados dois decretos (19.850 e 19.851) os quais impulsionaram força para a Reforma do Ensino Superior, vislumbrando o crescimento de vagas no meio acadêmico. Já no ano de 1935, dá-se início a discussão do sistema brasileiro de educação, a qual é marcada pela inserção de duas esferas importantes; de um lado os educadores que lutavam pelo movimento denominado escolanovista, em defesa da educação igualitária sob específica responsabilidade do Estado, e do outro a igreja, movimento católico que defendia o ensino religioso autônomo no estado.

Chegado o ano de 1937, foi instituído o Estado Novo, uma ação do Ministério da Educação e Saúde Pública, no qual tornou-se um organismo central da educação que fiscalizava e controlava o sistema de ensino. Gustavo Capanema, Ministro da Educação, durante o período do Estado Novo, relata que a educação deveria se tornar um dos principais instrumentos do Estado.

Com a fundação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) no ano de 1938 pelo Ministro Capanema, inaugura-se a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que teve repercussão positiva no Ensino Médio e Superior.

Chegado o ano de 1939, a história registra duas importantes inaugurações que iam marcar a história da educação. Foram fundadas a Faculdade Nacional de Arquitetura e a Faculdade de Ciências Econômicas e já no ano de 1941, foi inaugurada a Escola Nacional

de Educação Física e Desportos, visando principalmente a formação de profissionais e técnicos em Educação Física.

Com a continuidade dos avanços educacionais, ainda no período em que Capanema estava à frente do Ministério da Educação, precisamente em 1942, foram decretadas leis que reestruturariam ainda mais a educação brasileira: as Leis Orgânicas da Reforma Capanema – para reestrutura do ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola; que teve um caráter essencialmente conservador e elitista (Ghiraldelli, 2000).

Dessa forma, com a promulgação das Leis Orgânicas Capanema, houve a tentativa de ampliar o ensino profissional em larga escala, no entanto o governo não possuía infraestrutura suficiente para atender a demanda profissional técnica, ocorrendo assim a criação de um ensino paralelo conveniado com as indústrias. Com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Sofrendo grandes influências da Segunda Guerra Mundial (1945), foi instituída educação militar apenas para os alunos do sexo masculino, no qual tinha suas diretrizes impostas pelo Ministério de Guerra, ocasionando a obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica.

O Estado Novo tem seu fim no ano de 1946, onde dá espaço a promulgação da 4ª Constituição Republicana, que constituiu três poderes independentes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e os ministros eram selecionados pelo Presidente da República (Ribeiro, 2000).

Durante esse período, ocorreu uma participação intensiva da sociedade civil na criação de movimentos populares, organização e reorganização de partidos políticos, destacando para esse período grandes disputas ideológicas.

No ano de 1946, o então Ministro da Educação Clemente Miriani organizou uma equipe de educadores para estruturar um projeto, que tinha como principal objetivo, a reforma da educação brasileira, e ganhou mais destaque e força com a ação e contribuição do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Destaque para esse período que ocorreram diferentes ideais em torno da oposição entre os defensores da educação privada e defensores da educação pública (Veiga, 1989).

Chegada a década de 50, esta foi marcada pela influência do ideal socialista, onde desenvolveram pensamentos progressistas que foram capazes de conseguir o apoio de grupos intelectuais e passaram a atuar com partidos de esquerda ou, até mesmo, servindo como

teóricos para motivações de vanguardas políticas e culturais, fortalecendo, assim, o compromisso com a problemática do ensino público.

[...] A conjuntura brasileira revelava um fortalecimento do nacionalismo e das classes trabalhadoras industriais que haviam surgido com outra grande força no país a partir da década de cinquenta; de outro lado, constatava-se um nível crescente de organização e consciência social por parte do povo na reivindicação de seus direitos. Isso tornava o clima no país, cada vez mais preocupante e ‘perigoso’ para grandes homens do capital monopolista transnacional, que viam a necessidade de uma expressão política para enfrentar o quadro de ‘desorganização’ que atravessava a nação (Rosa, 2006, p.34).

O ano de 1954, precisamente no mês de agosto, foi marcado pelo suicídio de Vargas, então Presidente da República, no entanto, mesmo com esse fato trágico as pessoas estavam motivadas para o fim getulismo, entusiasmando para o fortalecimento da coligação entre o PSD-PTB, que com essa chapa Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB), conquistaram o governo nas eleições de 1955.

A preocupação de Juscelino Kubitschek era especialmente com o desenvolvimento do país. Momento em que se registra o crescimento do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que desenvolveu a divulgação do nacionalismo desenvolvimentista abrindo espaço ao investimento estrangeiro, valorizando-se ainda mais o ensino-técnico profissional (Ghiraldelli, 2000).

Nesse contexto, em que o Brasil apresentava clima desenvolvimentista, a educação estava diretamente ligada aos domínios diretos do mercado de trabalho, a partir desse momento, a proposta da educação era formar mão de obra técnica (ensino médio) deixando o Ensino Superior apto a receber apenas pessoas de alto nível intelectual.

Ainda no ano de 1955, Fernando Azevedo lidera um segundo Manifesto dos educadores com a mesma linha dos Manifestos Pioneiros, assinados por 189 pessoas, nos quais educadores, intelectuais e estudantes.

Em 20 de dezembro de 1961, um novo grupo de educadores principiou um manifesto seguindo a mesma linha do manifesto de 1930, no qual foi transformado em lei pelo Presidente João Goulart (Jango), o que ocasionou o agravamento na situação educacional.

As décadas de 50 e 60 foram agraciadas pelos escritos de Freire que serviram como apoio para a construção da tão sonhada Pedagogia Libertadora, no qual denominada que o homem é sujeito ativo da sua própria história e não objeto dela.

Paulo Freire parte do princípio da realidade em que vivemos: uma sociedade dividida em classes, na qual os privilégios de uns, em usufruir os bens produzidos, contrasta-se com a situação da massa (Aranha, 1996).

A educação é um bem primordial fora do alcance de grande parte do povo brasileiro, por este motivo, Paulo Freire se refere a dois tipos de pedagogia: a pedagogia dos dominantes, em que a educação existe como prática da dominação, e a pedagogia do oprimido, onde a pedagogia surge como prática da liberdade.

Freire procurou, então, identificar-se com os oprimidos, ou seja, aqueles que “não têm voz” na sociedade, enfatizando que esses, mesmo em situação desigual, têm capacidade de produzir cultura (Ghiraldelli, 2000). A Pedagogia Libertadora buscava uma educação comprometida com os problemas da sociedade (Aranha, 1996).

A Pedagogia Libertadora classificou a educação convencional (tradicional) como “bancária”, uma educação estruturada numa ideologia de ensino através de “pressão”, que considerava o aluno como um ser despossuído de qualquer saber, por esse motivo, o educando era destinado a se tornar depósito dos dogmas educacionais, e sua educação totalmente influenciada por intenções políticas e econômicas direcionadas ao sistema educacional, que lhes traria um “ensino autoritário e profissionalizante” e não uma troca de conhecimento entre aluno e professor.

1.1. A estrutura histórica do ensino militar no Brasil

O ano de 1964 foi marcado pela implantação de um Estado autoritário, trazendo consequências e algumas transformações para área da educação. O sistema educacional estava voltado apenas para áreas técnicas, atendendo as necessidades da demanda do crescente aumento da indústria.

O modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto desenvolvimentista que busca acelerar o crescimento socioeconômico do país. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários à incrementação do crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação (Veiga, 1989, p.34).

Entre os anos de 1964 e 1968, os presidentes militares: Castello Branco, Costa e Silva através do MEC (Ministério da Educação e Cultura) formaram parceria com United States International for Development (USAID), e realizaram 12 (doze) acordos que influenciaram

diretamente nas reformas e leis na área da educação. Esses acordos foram importantes porque visavam o fortalecimento do ensino primário, no qual vinha apresentando sérios problemas estruturais. Essa união entre MEC/USAID proporcionou a modernização administrativa, universitária, entre outros.

Segundo Romanelli (1978, p. 45):

O agravamento da crise do sistema educacional, que já vinha de longa data, serviu como justificativa para os acordos entre MEC e a agência educacional dos Estados Unidos. Os conhecidos “Acordos MEC/USAID”, eram firmados com a AID (Agency for International Development), a qual daria assistência técnica e financeira para o sistema educacional brasileiro.

Esse novo modelo educacional desenvolvido a partir da união entre dois governos de dois países distintos, ocasionou na educação brasileira um sistema educacional autoritário e domesticador. Para Aranha (1996), a política norte-americana direcionada ao Brasil se assenta em três pilares ideológicos: educação e desenvolvimento; educação e segurança; educação e comunidade.

Segundo Pellanda (1986), como fórmula para “limitar” as ciências humanas, extraiu-se o principal objetivo através do engessamento do censo crítico e do desenvolvimento da relação professor/aluno. O ensino deveria estar voltado para o desenvolvimento científico e tecnológico, culminando no chamado cientificismo, isso causou uma visão restrita, limitada e reduzida, segundo a qual, a ciência (exata) é o único conhecimento válido.

A educação pública tem de ser, pois, reestruturada para contribuir também, como lhe compete para o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e o desenvolvimento econômico. A reivindicação universal da melhoria das condições de vida, com todas as suas implicações econômicas, sociais e políticas, pode permanecer insensível ou mais ou menos indiferente à educação de todos os graus se nesse ou naquele setor, como no ensino de grau médio e, especialmente, o técnico, a precária situação em que ainda se encontra a educação, está ligada ao estágio de desenvolvimento econômico e industrial, ou por outras palavras, se deste dependem os seus progressos, é legítimo indagar em que sentido a educação, em geral, e, em particular, a preparação científica e técnica pode ou deve concorrer para a concepção econômica do país. Os povos têm demonstrado que “o seu poder e sua riqueza dependem cada vez mais de sua preparação para alcançá-los[...]” (Ghiraldelli, 2000, p.155).

Em consequência desse formato de ensino os educadores eram considerados técnicos orientados por outros através de orientações técnicas e objetivas. Na Didática Tecnicista, a alienação entre teoria e prática é reforçada cada vez mais. O educando desempenha função de mero instrumento e apenas executa objetivos instrucionais (Ghiraldelli, 2000).

[...] em análise ao pensamento da elite econômica da época, que o regime de governo deveria ser técnico e autoritário para servir ao capital transnacional, em função das exigências de suas hegemonias sobre as classes trabalhadoras, o que de modo era combatível com as manifestações de autonomia e organização das classes populares; para frear o processo revolucionário do povo, mais do que recursos financeiros, seria necessário tomar o poder central do país (Dreifuss apud Rosa, 2006).

De acordo com Aranha (1996), a reestrutura educacional brasileira não aconteceu apenas por determinação do país, mas da união do MEC e USAID entre militares tecnocratas brasileiros.

Por conseguinte, a ditadura, com a extrema necessidade de apoio técnico e financeiro apoia-se na USAID. Ou seja, o acordo foi desenvolvido para determinados sistemas de ensino, e foram interpostos a sociedade uma educação pautada em uma doutrina ideológica.

Entre junho de 1964 e janeiro de 1968 foram firmados doze acordos MEC-USAID, o que compreendeu a política educacional do país as determinações dos técnicos americanos. A ótica dos acordos MEC-USAID era a mesma vociferada em torno “científico” pelo ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, em 1968, no fórum do IPES. O ministro Roberto Campos, em palestra sobre “Educação e Desenvolvimento Econômico”, procurou demonstrar a necessidade de atrelar a escola ao mercado de trabalho. Sugeriu, então, um vestibular mais rigoroso para aquela área de 3º grau não atendentes às demandas do mercado. Para ele, toda a agitação estudantil daqueles anos era devida a um ensino desvinculado do mercado de trabalho, um ensino baseado em generalidades e, segundo suas próprias palavras, um ensino que, “não exigindo praticamente trabalhos de laboratório” deixava “vácuos de lazer”, que estariam sendo preenchidos com “aventuras políticas” (Ghiraldelli, 2000, p. 169).

Por conseguinte, a educação brasileira foi voltada especialmente para a formação de mão de obra, e atender as necessidades relacionadas a demanda da economia brasileira.

Nesse pressuposto, era necessário formar mais professores para que aumentasse e progredisse a formação de mão de obra necessária ao crescente aumento da indústria. Para resolver a situação referente a formação rápida de mais professores, foram criados cursos de licenciaturas curtas para desempenhar a função de formadores de mão de obra nas escolas denominadas polivalentes.

Essa compreensão revela uma tendência muito forte no ensino durante a Ditadura Militar no Brasil, que foi, fundamentalmente, a ênfase em uma educação de caráter técnico-funcional, ou seja, preocupada estritamente com aspectos específicos e práticos, no jogo do capitalismo internacional, associando a toda uma política econômica em curso (Rosa, 2006, p.50).

A maioria das escolas estaduais, do pós-64, eram centros de formação profissional dos filhos da classe operária e trabalhavam na formação desses como instrumentos econômicos do país. Tornam-se, dessa maneira, estabelecimentos educacionais de 2ª classe que teriam de transmitir a “educação tecnicista” – tarefa que não exige conhecimento, apenas habilidades práticas e manuais (Pellanda, 1986).

Finalizando os anos do Regime Militar, a população começou a apresentar sinais de insatisfação aumentando significativamente as opiniões ao regime militar. As medidas do governo Geisel, totalmente repressivas, fizeram com que a sociedade civil se organizasse contra a ditadura militar. Contando com a adesão na luta de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (AIB), e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) as quais impulsionaram movimentos de protestos exigindo a redemocratização do Brasil (Trindade, 1993).

A execução do processo de abertura política foi estabelecida com cautela pelo governo. De um lado o Presidente abrandava a ação do sistema governamental, extinguindo a censura à imprensa (1975), extinguindo o Ato Institucional número 5 e restabelecendo a habeas-corpus no país (ambos em 1978); de outro, algumas medidas reacionárias ainda eram tomadas. Foi o caso da promulgação da lei Falcão, em 24 de junho de 1976, que impedia o debate político nos meios de comunicação; decisão tomada em função do expressivo crescimento da oposição nas eleições de 1974 [...] (Rosa, 2006, p.42).

O último ato do presidente Geisel, em 1978, foi realizar o projeto de abertura política.

A revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) entrou em vigor em 1979 (Trindade, 1993). O clima de liberdade com movimentações teóricas cresceu consideravelmente, dando maior espaço para várias mudanças no campo educacional brasileiro (Ghiraldelli, 2000).

Iniciando-se ao ano de 1979, na área política, opositores contra o governo encontrava-se mais fortalecidos, na economia o Brasil enfrentava uma recessão, que refletia em alto índice de desemprego. Quando entra na presidência João Baptista Figueiredo, que deu continuidade ao lento processo de redemocratização brasileira, que se deu início na gestão Geisel. O presidente Figueiredo decretou a lei de anistia, assim redimindo as pessoas condenadas por terem se posicionado contra o sistema do governo (Rosa, 2006, p. 43),

No início dos anos 80, o regime militar dava os primeiros sinais de enfraquecimento, entrando numa linha de processo de democratização. A sociedade civil, como os estudantes, mostrava-se contra a repressão, dando início a recuperação do espaço perdido, soma-se, ainda, o fato dos exilados políticos voltarem ao Brasil.

Na área educacional, na década de 1980, comprovado o fracasso da implantação da reforma da Lei da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e da Lei nº. 7.044/82, é dispensado das escolas a obrigatoriedade da profissionalização, e debates são intensificados pelo retorno da Filosofia (Aranha, 1996).

Conforme Napolitano (1998), por volta de 1982, a Ditadura Militar dava sinais de uma forte crise do sistema, mesmo com o forte controle sobre a estrutura política. A conjuntura política de crescimento econômico do Ministro Delfim Netto terminou já nos fins de 1981 a inflação chegando aos 100% anuais, dívida externa aumentando, ainda em 1982 o governo conseguiu controlar o agravamento da crise econômica. Dois acontecimentos desestruturaram o regime militar inaugurando um quadro de disputa interna com o falecimento (no ano de 1980) do coordenador político partidário do governo, o ministro da Justiça Petrônio Portela, e a demissão (em 1981) do chefe da Casa Civil, general Golbery, seria a estratégia principal do regime.

Em abril de 1983, com algumas semanas após a posse do governador Franco Montoro, aconteceu a revolta dos desempregados, assustando a metrópole de São Paulo e o restante da sociedade brasileira. No ano seguinte no dia 12 de janeiro de 1984 (em Curitiba/PR), com o forte apoio do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), já com o apoio esquerdista, aconteceu o comício pelas eleições diretas que iniciou efetivo à Campanhas Diretas Já. No ano seguinte (1985), o partido de Tancredo – Sarney ganha com

grande diferença contra Paulo Maluf, com uma promessa de Nova República, encerrando o ciclo dos militares no poder, dando início a uma “transição democrática”.

Rosa (2006) afirma que todos estes conjuntos de fatores, em que não se conclui toda a história dos vinte e um anos de regime militar, contribuíram para uma estrutura de forma negativa no Brasil, o período compreendido entre os anos de 1964 até 1985.

1.1.1. Os sistemas atuais dos colégios militares no Brasil

O Sistema de Colégio Militar no Brasil (SCMB) é constituído por 13 (treze) colégios militares e pela fundação Osório. Está sob o controle do:

O SCMB é um sistema único, de ensino básico, cuja gestão se concentra às rédeas de oficiais militares do Exército Brasileiro. É um dos subsistemas de ensino do Exército e tem a seu cargo ministrar a educação básica, nos níveis fundamental (6º ao 9º ano) e médio, portanto, é responsável pela gestão e bom funcionamento de todos os Colégios Militares do Brasil (Souza, 2019, p. 05).

O Sistema de Colégio Militar no Brasil é um subsistema do Exército Brasileiro. O objetivo maior é promover o ensino voltado para Educação Básica, ou seja, Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Os alunos que frequentam as atuais escolas militares são filhos de pais militares, que atendem o reflexo das obrigações profissionais da família e são atendidos de forma preparatória e assistencial. No Brasil, esta categoria de ensino é regulada pela Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 83.

Art. 83. “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino” (Brasil, 1996, p. 56).

As escolas militares possuem regimento próprio. Além de serem os filhos de militares os alunos, esses devem passar por uma prova para ingressar no sistema de ensino. Os concursos são realizados, anualmente, para o 6º ano do ensino fundamental à 1ª série do ensino médio. A cada ano, concorrem, em média, 22 mil candidatos, entre dependentes de militares e civis. O Sistema Colégio Militar do Brasil atende cerca de 14.500 alunos de ambos os sexos.

Atualmente o sistema é composto pelos seguintes estabelecimentos de ensino:

- Colégio Militar de Belém
- Colégio Militar de Belo Horizonte
- Colégio Militar de Brasília

- Colégio Militar de Campo Grande
- Colégio Militar de Curitiba
- Colégio Militar de Fortaleza
- Colégio Militar de Juiz de Fora
- Colégio Militar de Manaus
- Colégio Militar de Porto Alegre
- Colégio Militar do Recife
- Colégio Militar do Rio de Janeiro
- Colégio Militar de Salvador
- Colégio Militar de Santa Maria
- Fundação Osório

O corpo docente permanente que compõe cada colégio militar, são civis e militares que integram o Magistério do Exército. Os militares fazem parte do Quadro Complementar de Oficiais do Magistério (QCO). São profissionais licenciados por universidades civis que após a conclusão da graduação prestaram concurso público para ingressarem como oficiais de carreira do Exército Brasileiro. Há ainda professores temporários que ministram aula nos colégios militares. Estes profissionais são divididos em dois grupos principais: Os Oficiais Técnico Temporários (OTT) e os Prestadores de Tarefa por Tempo Certo (PTTC). Ainda há grupos de baixa percentagem como os professores em comissão.

A principal diferença entre o ensino civil e o militar é o enaltecimento da disciplina, do patriotismo, do civismo, da hierarquia e da ordem referenciando o modelo tradicional de ensino. É necessário salientar também que as escolas militares possuem um regimento que são estabelecidas regras que devem ser obrigatoriamente seguidas pelos discentes. As normas e regras podem variar de um colégio para o outro, como o corte do cabelo dos meninos, e o não uso de esmaltes e brincos para meninas. Namorar é estritamente proibido dentro do colégio e também na porta. As regras definidas para o colégio estão em cantar o Hino Nacional e continência aos militares.

Atualmente os colégios militares possuem 13.280 alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do médio.

É cabível ressaltar que o desempenho dos alunos das escolas militares em avaliações externas nacionais é superior aos alunos da escola básica. É importante descrever que o resultado dos alunos desse colégio é maior do que dos alunos de escola particular.

Os alunos dessas escolas têm apresentado bom desempenho no ENEM, em exames de vestibulares e em olimpíadas escolares, apresentam uma melhora significativa no índice do IDEB. Posto isso, algumas escolas militarizadas são consideradas uma das melhores em seu Estado, e, conseqüentemente, acabam sendo preferidas por pais e estudantes (Ferreira e Paro, 2017, p. 74).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador de qualidade no País, dos colégios militares é 6,5 (do 6º ao 9º ano do fundamental). O das escolas estaduais 4,1.

Nesse segmento é que se propõe apresentar um sistema educacional com resultados de excelência nas principais avaliações nacionais, o Sistema Colégio Militar do Brasil – SCMB. O referido sistema, embora apresente um perfil de gestão bem tradicional e nos modelos militares, revela-se como uma organização que se mantém atualizada e com resultados que interferem positivamente no Ideb (Souza, 2019, p. 15).

Muitos benefícios são apontados pelos que defendem a escola militarizada. Entre os benefícios apontados estão a diminuição da violência dentro da escola e o maior e melhor desempenho escolar, fatores que conseqüentemente estão relacionados a própria disciplina e hierarquia exigida pelo sistema de escolarização militar.

Nesse sentido, Ferreira e Paro (2017, pp. 72-73) destacam que:

As instituições militarizadas enfatizam a disciplina e a hierarquia no estabelecimento de ensino. Estes dois itens são considerados seus pilares, pois formam a base das organizações militares, entre elas as escolas militarizadas. [...]. Nessas escolas, a hierarquia é seguida como forma de respeito aos militares, funcionários civis, professores e autoridades de modo geral. Os alunos devem tratá-los como Senhor ou Senhora. Esse tratamento deve ser mantido dentro e fora da instituição de ensino, fardados ou não. A hierarquia e a disciplina podem ser observadas constantemente, independentes da presença dos Policiais Militares no estabelecimento. A disciplina é voltada a recompensa e a punição, tal que, o aluno que se destacar nos estudos, recebe uma patente maior perante os outros alunos da sala, e o que não atinge a meta estabelecida é convidado a participar de aulas e palestras no período oposto às aulas para reforçar os estudos. Essa postura disciplinar entre os alunos, construída nas escolas militarizadas, pode ser observada na obediência assídua à escola, na família e na sociedade. São

educados a alcançarem índices satisfatórios de aprendizagem, e consequentemente, designa a ascensão hierárquica.

Segundo o art. 159 do Regimento Interno do CEPMG: “As normas disciplinares devem ser encaradas como um instrumento a serviço da formação integral do aluno, não sendo toleráveis nem o rigor excessivo, que desvirtua ou deforma, nem a benevolência paternalista, que a desfibra e degenera”.

Caso as normas disciplinares sejam transgredidas, caberá a imposição ao aluno das sanções previstas no art. 149 do Regimento:

Art. 149. Pela inobservância ao disposto neste Regimento, o membro do corpo docente estará sujeito às seguintes sanções disciplinares: I - advertência; II - repreensão; III - suspensão da sala de aula; IV – Encaminhamento à Instância Superior para Transferência Educativa Conforme Portaria 5238/13-GAB/SEE (Goiás, 2018).

Salienta-se que essas sanções serão aplicadas de acordo com as transgressões cometidas por cada aluno. Importante observar o que diz o Regulamento sobre a classificação das transgressões:

Art. 5º As transgressões disciplinares classificam-se em: I – leve; II – média; III – grave. Parágrafo Único. A classificação da transgressão compete a quem couber aplicar a sanção, respeitando as considerações estabelecidas no Art. 4º. Art. 6º As transgressões de natureza leve são aquelas que não chegam a comprometer os padrões morais, pedagógicos e escolares, situando-se exclusivamente no âmbito disciplinar. Art. 7º As transgressões de natureza média são aquelas que atingem aos padrões de disciplina e/ou comprometem o bom andamento dos trabalhos escolares. Art. 8º As transgressões disciplinares de natureza grave, são aquelas que comprometem a disciplina, os padrões morais e os costumes, bem como o andamento dos trabalhos pedagógicos (Goiás, 2018).

1.2. A disciplina e o estabelecimento de rotinas em sala de aula

O conceito de disciplina encontra-se relacionado ao conjunto de regras que servem especialmente para um bom desenvolvimento da aprendizagem, facilita o relacionamento entre as pessoas, principalmente entre professor e aluno. Segundo o Dicionário Aurélio disciplina significa: • Regime de ordem imposta ou livremente consentida, • Ordem que convém ao funcionamento regular de uma organização (militar, escolar, etc.), • Relações de

subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor, • Observância de preceitos ou normas, • Submissão a um regulamento.

Tiba (1996, p. 32) define disciplina como “conjunto de regras éticas para se atingir um objetivo. A ética é entendida, aqui, como o critério qualitativo do comportamento humano envolvendo e preservando o respeito, ao bem-estar biopsicossocial”.

“A disciplina é uma das maiores reivindicações dos professores em termos de temática para as capacitações na formação continuada, assim como uma das maiores queixas relativas ao trabalho em sala de aula” (Arantes, 2018, p. 02).

Por sua vez, uma das principais causas de reclamação entre os professores é justamente manter a disciplina na sala de aula, pois nem todos os alunos estão interessados no desenvolvimento da aula, além do mais, perturbam os outros alunos.

A disciplina deve ser pautada em um bom relacionamento entre professor e aluno, no qual o respeito deve ser mútuo. Mesmo o professor sendo uma figura que possui autoridade na sala de aula, essa não deve ser utilizada de forma abusiva, mas através dela, apresentar ideias, conhecimentos, estratégias construtivas, sem desrespeitar de forma alguma os alunos. Ou seja, o professor deve encorajar e incentivar os alunos e fazê-lo perceber que ele é responsável pelo seu processo de aprendizagem.

Na visão de Tardif (2002, p. 132):

Ensinar é, portanto, fazer escolhas constantemente em plena interação com os alunos. Ora, essas escolhas dependem da experiência dos professores, de seus conhecimentos, convicções e crenças, de seu compromisso com o que fazem de suas representações a respeito dos alunos e, evidentemente, dos próprios alunos.

Ainda nessa discussão, segundo Miziara, Bitencour e Abreu (2006, p. 05):

A disciplina constitui preocupação permanente dos educadores e diz respeito a todos os elementos envolvidos com o fazer pedagógico, no entanto, quando os educadores se referem ao problema, normalmente o direcionam a algo que diz respeito somente ao aluno e isso contribui pouco para a compreensão dessa discussão. Sem o mínimo de disciplina o trabalho escolar não pode alcançar as suas finalidades.

Diante de uma abordagem construtivista, o educador deverá organizar sua prática pedagógica através de novos desafios que solicitam a ação dos alunos e a troca de interação entre os pares com vistas a permitir a reflexão, a discussão e à busca das soluções de forma

coletiva. “Ensinar é entrar em uma sala de aula e colocar-se diante de um grupo de alunos, esforçando-se para estabelecer relações e desencadear com eles um processo de formação mediado por uma grande variedade de interações” (Tardif, 2002, p.165).

Portanto, é necessário compreender que a disciplina não é a mesma coisa que rigidez, autoritarismo, pois se for delineado dessa forma correrá sério risco de não obter sucesso no final. Uma boa disciplina do alunado, dentro e fora da instituição escolar, promove naturalmente uma melhoria no desenvolvimento da aprendizagem. A disciplina é algo tão positiva e não se restringe somente a vivência na escola, mas acompanhada por toda a vida do sujeito.

A disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas para o êxito do aprendizado escolar. Portanto, ela é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, conseqüentemente, na escola. Como em qualquer relacionamento humano, na disciplina é preciso levar em conta as características de cada um dos envolvidos: professor, aluno e ambiente (Tiba, 1996, p.99).

Por sua vez, estabelecer rotinas contribui muito para as práticas de ensino e também para o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos. Com o estabelecimento de rotinas é possível conduzir melhor as aulas, organizar e otimizar o tempo e flexibilizar os métodos de ensino.

Porém, a organização da rotina em sala de aula, demanda a participação de professores e alunos e vários fatores devem estar presentes nesse momento como: o reconhecimento das diferenças culturais, étnicas e raciais de cada sujeito; a flexibilidade da organização.

As crianças aprendem, através dessas rotinas, a prevê o que farão na escola e a organizar-se. Por outro lado, a existência dessas rotinas possibilita ao professor distribuir com maior facilidade as atividades que ele considera importantes para a construção dos conhecimentos em determinado período, facilitando o planejamento diário das atividades didáticas (Leal, 2004, p. 02).

É sabido que estabelecer rotinas contribui tanto quanto para a prática pedagógica como para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. “Com a construção de rotinas é possível conduzir melhor a aula, prevendo dificuldades dos alunos, organizar o tempo da forma sistemática e flexibilizar as estratégias de ensino” (Cruz, 2012, p. 17).

Sabendo da importância da disciplina para um bom desenvolvimento escolar, cabe fazer um breve comparativo entre o que é disciplina e o que é ser indisciplinado. Segundo Silva (2012, p. 11):

A indisciplina no contexto escolar representa um dos principais fatores que prejudicam a qualidade de ensino. Esse fator vem se agravando nas últimas décadas nas escolas brasileiras, e apresenta uma das dificuldades mais comuns enfrentadas pelos professores no processo de ensino.

Por esse viés torna-se comum, os docentes apontarem o mal comportamento dos alunos como um forte empecilho do processo de ensino e aprendizagem. A indisciplina é um elemento destruturador que impede que os resultados positivos sejam conquistados na sala de aula.

Nesse patamar Antunes (2002, p. 9) relata que:

A melhor maneira de conceituar disciplina, seria conceituando indisciplina. Uma classe indisciplinada acreditamos, é toda aquela que: não permita aos professores oportunidades plenas para o desenvolvimento do seu processo de ajuda na construção do conhecimento do aluno; não ofereça condições para que os professores possam “acordar” em seus alunos sua potencialidade como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania.

A definição de Antunes promove uma reflexão bastante significativa, pois uma sala de aula com barulho, conversas paralelas e descontextualizada da temática apresentada pelo professor, despertam desinteresse, e são elementos que implicam efetivamente que o docente desempenhe seu papel e conseqüentemente tudo reflete no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Porém de acordo com Silva (2011, p. 25):

Não se pode dizer que a sala de aula disciplinada é aquela que apresenta silêncio entre os alunos, uma sala de aula que os alunos conversam, interagem, essa sala não pode ser considerada indisciplinada, cabe ao educador utilizar essas características como “ferramentas”, levando os alunos a discutir e interagir com o professor e colegas, encaminhando assim os alunos a aprendizagem.

1.2.1. Aspectos positivos e negativos da disciplina escolar

A indisciplina tem se tornado cada vez mais um problema, seja ele de caráter social ou educacional, ou seja, tanto para família como para a escola, e ambas esferas não estão conseguindo lidar com tal situação. “O problema da disciplina ou da indisciplina está intimamente ligado a tudo o que diz respeito ao ensino, às práticas, aos objetivos e às perspectivas que as orientam, aos condicionalismos próprios da aula, da escola, da comunidade e do sistema” (Naiff, 2009, p. 15).

Alguns pontos podem ser apresentados nesse discurso em que apresenta a indisciplina como fator negativo ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. O aluno indisciplinado briga com os colegas, rasga e quebra seu material, não participa das aulas, conversa no horário das aulas, pula em cima das cadeiras, ameaça o professor. Essas expressões significam pontos negativos que ocasionam sérios problemas para a escola e também para sociedade.

Tendo em vista os problemas atuais que assolam os sistemas educacionais, as militarizações das escolas trazem pontos positivos que necessitam ser destacados nessa discussão. Entre os mais variados pontos positivos estão a valorização do profissional e de todos os envolvidos pois prezam muito a questão dos valores humanos. Ademais a escola militar traz uma matriz curricular melhorada, com carga de ensino aumentada em relação as outras escolas e com maior número de disciplinas.

Outro ponto positivo em relação as escolas comuns é que essa tem condições de proporcionar aos seus docentes projetos que eles pretendem desenvolver, transformando, porém, as aulas mais dinâmicas.

Toda via, a proposta pedagógica da escola militar é preparar o aluno para a vida em sociedade, formar cidadãos que atuem com ética e cidadania, sendo guiados pelos valores e tradições da educação militar.

1.2.2. Difícil conceito de indisciplina

Definir o conceito de disciplina não é uma tarefa fácil, mas é possível através do aprofundamento teórico descrever algumas ideias acerca dessa expressão.

Garcia (1999, p. 4) infere que:

O conceito de indisciplina apresenta uma complexidade que precisa ser considerada. Um entendimento suficientemente amplo do conceito de indisciplina escolar precisa integrar diversos aspectos. É preciso, por exemplo, superar a noção arcaica de indisciplina como algo restrito à dimensão comportamental.

A indisciplina é ocasionada por diversos fatores, segundo Garcia ela pode ocorrer por problemas psicológicos, por desmotivação diante das práticas pedagógicas e de ordem social, especialmente fatores relacionados a família.

Em concordância, Rego (2002, apud Santana et al. 2009, p. 4) afirma que:

O próprio conceito de indisciplina, como toda criação cultural, não é estático, uniforme, nem tão pouco universal. Ele se relaciona com o conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade: nas diversas classes sociais, nas diferentes instituições e até mesmo dentro de uma mesma camada social ou organismo. Também no plano individual a palavra indisciplina pode ter diferentes sentidos que dependerão das vivências de cada sujeito e do contexto em que foram aplicadas. Como decorrência, os padrões de disciplina que pautam a educação das crianças e jovens, assim como os critérios adotados para identificar um comportamento indisciplinado não somente se transformam ao longo do tempo como também se diferenciam no interior da dinâmica social.

Segundo os estudiosos a indisciplina pode ser entendida como uma negação a disciplina, ou seja, um enfrentamento as regras estabelecidas por um determinado grupo.

Ferreira (2005, p. 585), ressalta que “[...] o termo (in) disciplina refere-se ao procedimento, ato, ou dito contrário a disciplina, desordem, rebelião. Sendo assim, (in)disciplinado é aquele que “se insurge contra a disciplina”.

Para Aquino (2002, apud Benette e Costa, 2008, p.4’): “O conceito de indisciplina, como toda criação cultural, não é estático, uniforme, nem tampouco universal. Ele se relaciona com o conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade”.

No contexto escolar conforme Estrela (2002, p. 65), “[...] é o docente que determina as regras no processo ensino/aprendizagem, transmitindo as normas necessárias para a sua ação pedagógica, prescrevendo formas de condutas e regras que devem ser aceitas, a fim de que harmonizem com suas necessidades expectativas docentes”.

Dessa forma, o conceito relacionado a indisciplina é compreendido como uma forma de se comportar fora dos padrões preconizados na relação professor/aluno/aluno/aluno/escola, isto é, segue um caminho inverso ao que é estabelecido como normas a serem seguidas pelo aluno para o bom andamento do processo da prática escolar. Assim, entende-se que a escola exige padrões da mesma forma que a sociedade, disciplina.

Nesse contexto de aprofundar um pouco mais sobre a indisciplina, Silva (2012, p. 21) infere que:

O termo indisciplina quase sempre é empregado para designar todo e qualquer comportamento que sejam contrários às regras, as normas e as leis estabelecidas por uma organização. No caso da escola, significa que todas as vezes em que os alunos desrespeitarem alguma norma da instituição serão vistos como indisciplinados, sejam tais regras impostas e veiculadas arbitrariamente pelas autoridades escolares (diretores e professores), ou elaboradas democraticamente.

Após abordagem teórica sobre o significado da palavra indisciplina, chega-se ao entendimento que não se deve atribuir a indisciplina somente a uma expectativa, ou a uma causa, quando se tem a compreensão que o comportamento de uma pessoa na sociedade, ou o comportamento de um aluno na escola é determinado por diversas inferências. Aquino (2008, p.16), destaca alguns dos fatores que podem contribuir com a indisciplina na escola: “falta de autoridade do professor, desmotivação do aluno, ambiente escolar propício, incongruência com os valores sociais, bem como a própria família entre outros”.

A respeito da primeira perspectiva que se refere a ausência de autoridade dos professores, Simom (2009, p. 100) relata que a autoridade se relaciona como um laço afetivo e social, como uma expressão emocional do poder, um vínculo entre pessoas desiguais, como “uma tentativa a de interpretar as condições de poder, de dar sentido às condições de controle e influência, definindo uma imagem de força”.

Sobre a autoridade profissional Libâneo (1994, p. 252) reflete:

A autoridade profissional se manifesta no domínio da matéria que ensina e dos métodos e procedimentos de ensino, no tato em lidar com a classe e com as diferenças individuais, na capacidade de controlar e avaliar o trabalho dos alunos e o trabalho docente.

Ao que se refere à indisciplina pela desmotivação do aluno, Zabala (1996, p. 253):

A motivação dos alunos para a aprendizagem através de conteúdos significativos e compreensíveis para eles, assim como de métodos adequados,

é fator preponderante na atitude de concentração e atenção dos alunos. Se estes estiverem envolvidos nas tarefas diminuirão as oportunidades de distração e de indisciplina.

1.3. O impacto da disciplina escolar como eixo de aprendizagem

Como apresentado no capítulo anterior, historicamente a escola é marcada pelo autoritarismo, é nesse movimento que se situa a preocupação, as dúvidas e as incertezas dos professores e alunos nas escolas.

Aquino (1996, p. 40) relata que:

Embora o fenômeno da indisciplina seja um velho conhecido de todos, sua relevância teórica não é tão nítida. Porém, a indisciplina na escola está na ordem do dia. As preocupações de professores, pais e educadores em geral, relativos aos comportamentos escolares dos alunos, têm sido consideráveis nos últimos anos.

O tema indisciplina na escola é algo que vem sendo muito discutido, principalmente pelos educadores das diversas disciplinas. Em vários momentos de suas carreiras esses professores se deparam com situações de indisciplina.

Porém, esse tema não é algo relativamente novo no meio educacional, estudos apontam que os educadores convivem, há vários séculos, com diferentes expressões desse problema nas escolas. Na última década, entretanto, em diversos países, as questões de indisciplina têm assumido um novo papel na prática cotidiana dos professores, em função de sua intensificação, desperdício de tempo expressivo das aulas e interferência no ambiente de aprendizagem.

O depoimento dos professores deixa claro que a indisciplina está presente nas escolas tanto da rede pública como na privada.

Segundo (Lenk, 2012, p. 109):

Está muito difícil conseguir a disciplina na escola, assim vemos muitos professores indecisos, angustiados e pensando até mesmo em desistir da profissão, além dos baixos salários recebidos na maioria das regiões brasileiras, ainda tem que aguentar desaforos e desrespeitos dos alunos em sala de aula, que muitas vezes não estudam.

De acordo com a afirmação de Lenk, a indisciplina vem causando sérios problemas no meio educacional, principalmente para os professores. É visível que a situação da

educação brasileira causa baixa estima nos docentes o que acarreta em desestímulo, e com isso optam por uma segunda profissão.

Atualmente, a grande crítica sobre a indisciplina na escola encontra-se relacionada a família que muitas vezes foge ao padrão de família estruturada. Acredita-se que os alunos indisciplinados são advindos de famílias desestruturadas, desorientadas, com a vivência de valores invertidos aos costumes encontrados na escola. Como termos de explicação pode-se afirmar: crianças indisciplinadas em casa, alunos indisciplinados na escola. Infelizmente não há como não relacionar essa situação com a família, pois aquelas crianças ou jovens que não reconhecem seus pais como uma figura de autoridade jamais reconhecerá um professor, ou diretor.

De acordo com Tiba (1996, p. 165):

A educação ativa formal é dada pela escola, pelo pai e pela mãe e pelo próprio educando. Se a condescendência dos pais, acaba funcionando como um casal que não chega a um acordo quanto à educação da criança. O filho vai tirar lucro da discórdia pais/escola da mesma forma que se aproveita quando há divergências entre o pai e a mãe.

A família nos dias de hoje espera muito da escola, isto é, conta com os professores na formação integral dos seus filhos, foge um pouco da sua responsabilidade e deixa exclusivamente para que a escola exerça os dois papéis, dificultando um pouco no processo de disciplina de crianças e jovens. Na verdade, é necessário “proporcionar a construção da disciplina em sala de aula, na escola, uma construção coletiva, uma luta, interagindo para formarmos alunos críticos dentro de um trabalho humanizador” (Silva, 2017, p. 103).

Deixando a família um pouco de lado nessa discussão, a indisciplina pode estar relacionada a vários fatores inclusive com o fraco rendimento escolar dos alunos.

O seu insucesso pode levá-los a investir pouco nas tarefas escolares e a desinteressarem-se pela escola, desencadeando, eventualmente, emoções negativas, traduzidas em comportamentos inadequados. O jovem que não se desenvolveu normalmente manifesta (na escola ou fora dela) comportamentos inadequados, que são muitas vezes julgados como sendo comportamentos indisciplinados. Isso indica, então, a correlação entre indisciplina e moralidade. A indisciplina é frequentemente centralizada no aluno, o que evidencia um modo individualizante de lidar com questões produzidas no cotidiano escolar. A primeira hipótese de explicação da

indisciplina seria a de que o aluno de hoje em dia é menos respeitador do que o aluno de antes (Silva, 2017, p.02).

Supondo que o problema não está na família e também não relaciona ao baixo rendimento escolar, outro fato muito discutido atualmente é quando a indisciplina supostamente se relaciona a falta de limites da criança, por não reconhecerem as autoridades, não sabem respeitar as regras.

Nesse embate, a figura do professor é algo totalmente indispensável e é por essa razão que o docente deve se empenhar, pesquisar, coletar informações sobre a indisciplina, apresentar postura flexível e através desses métodos procurar novas estratégias para incluir todos os alunos nas aulas e não somente preocupar-se em estudar o comportamento dos alunos.

Sabendo-se da importância da figura apresentada pelo professor, esse precisa construir em sua sala de aula regras de disciplina onde as crianças e jovens saibam o que estão fazendo e as consequências de seus atos. O docente deve utilizar as mais variadas estratégias inovadoras de ensino, criando nos alunos valores através de práticas lúdicas, de forma que eles se sintam mais seguros nas atividades escolares diminuindo assim a indisciplina na aula.

Segundo Vasconcelos (2004, p.13):

A indisciplina na sala de aula e na escola tem sido uma preocupação crescente nos últimos anos entre os educadores. Pesquisas pedagógicas mostram o quanto se perde tempo em sala de aula com questões de disciplina, em detrimento da interação dos alunos com o conhecimento e com a realidade, pois está cada vez mais difícil trabalharmos os conteúdos escolares em sala, visando à produção de conhecimento, pois os alunos acabam se distraíndo, atrapalham-se com conversas e barulhos, prejudicando sua aprendizagem.

Dessa forma, a escola deve pensar sempre na inovação e repensar como a comunidade escolar pode trabalhar as alternativas para ajudar estes alunos de forma significativa e profunda, pois esse problema não pode jamais ser tratado de forma isolada, mas sabendo que o problema é de todos os envolvidos.

1.3.1. Sobre a melhoria da aprendizagem dos alunos das escolas militarizadas

Uma das principais vantagens em militarizar as escolas públicas no Brasil refere-se ao melhor desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes em exames de avaliações nacionais. Embora várias discussões apresentarem discurso contra os colégios militares, esse modelo vem apresentando dados favoráveis em diversos setores que vão além da melhoria no desempenho escolar, dentre eles pode-se citar: “diminuição da violência escolar, melhores índices nas provas externas, nível de aprendizagem alto” (Silva, 2019, p. 4).

Não obstante ressaltar, que os colégios com gestão militar apresentam dados suficientemente satisfatórios.

Uma importante pesquisa a partir dos dados do ENEM e o IDEB mostram a simples comparação entre o desempenho dos alunos das escolas públicas e alunos das escolas militarizadas: De acordo com Silva (2019, p.05):

O desempenho diferenciado dos alunos de escolas militares em exames de proficiência como Prova Brasil ou ENEM tem dado força a visão que estas escolas deveriam servir de referencial para as escolas públicas no Brasil. No ENEM de 2014, por exemplo, a pontuação média em matemática das escolas militares estaduais foi de 514,15 pontos contra 454,13 nas não-militares, ao que se poderia inferir que este diferencial seja fruto do regime administrativo e organizacional diferenciado das primeiras (efeito escola). No entanto, esta atribuição direta do diferencial como efeito escola é questionável dado que seus alunos são diferenciados tanto por características familiares, como pelo acúmulo de conhecimentos (condição inicial), e o próprio processo de seleção que as escolas militares estabelecem.

A partir desse estudo é possível delinear os benefícios para os estudantes das escolas com gestão militarizada.

Há um outro ponto bastante discutido quando o tema é militarização das escolas públicas: a disciplina do alunado. Esse é também um dos principais motivos que levam os pais a optarem por apoiar iniciativas de militarização do sistema público escolar, pois acreditam que a rigidez, regulação do modo de vestir pode criar um ambiente mais propício ao desempenho da aprendizagem dos alunos.

Portanto, a militarização das escolas públicas configura como uma importante alternativa capaz de amenizar e muitas vezes solucionar os conflitos dentro e também os que

perpassam os muros escolares. Dessa forma o desempenho dos estudantes tende a ser melhor pois o clima da aula fica mais propenso a aprendizagem significativa.

1.4. A gestão democrática

A gestão compartilhada pautada pela participação de membros dos seus variados segmentos tende a inverter o processo caracterizado e desenvolvido de forma tradicional, onde deixa de ocorrer sob o movimento vertical passando a adotar e valorizar a participação sob a ótica horizontal, possibilitando a participação dos seus membros de forma inter, multi, pluri e transdisciplinar, promovendo a condução do processo de ensino-aprendizagem de forma inovadora, onde cada integrante deixa de ser um ser passivo assumindo a condição de membro ativo, participativo e transformador, seja no campo de tomada de decisões, ou dentro das práticas pedagógicas que permeiam todo o processo educacional. Ou seja, nada fica centralizado em uma só pessoa e as responsabilidades são divididas de acordo com a realidade de cada momento.

Após a Ditadura Militar (1964-1985), a Constituição de 1988 definiu em um de seus artigos a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” como um de seus princípios” (Art. 206, Inciso VI). Logo mais tarde, precisamente no ano de 1996 a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação) vem para reforçar esse princípio no seu art. 3º.

A LDB (1996, p. 25) em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações, no tocante à gestão democrática:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Essas duas importantes leis apresentam alguns elementos básicos e oferece ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades

formas de operacionalização da gestão, com a participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local (Vieira, 2005).

Quando se fala em democracia, a escola não pode ficar de fora desse debate, ao contrário, essa discussão trouxe à tona inúmeras questões acerca da gestão democrática.

Considera-se que a gestão democrática veio para substituir a gestão autoritária, onde prevalecia o espaço sem coletividade, onde apenas a figura do gestor ordenava objetivos e ninguém tinha o direito de opinar sobre os fatos, como também os demais sujeitos da escola não podiam participar das tomadas de decisões.

A partir dessa premissa, surge a necessidade de cada indivíduo que compõe a escola que coloque em prática suas opiniões acerca de um determinado assunto, tendo a possibilidade de participar das decisões. Nesse pressuposto de debate democrático, o gestor que era detentor do poder se encontra na posição de partilhar suas ideias com todos que fazem parte da comunidade escolar.

Medeiros (2008, p. 61) entende que:

A gestão democrática da educação, está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação universalizada, são questões que estão relacionadas a esse debate.

O fortalecimento da democracia escolar está pautado na figura do gestor em que sua ação deve ultrapassar a dicotomia entre a teoria e a prática repensando sua prática metodológica procurando envolvê-los em todos os segmentos escolares, superando a ideia de sujeito autoritário, ou seja, ampliar a ideia de liderança compartilhada.

Sobre a gestão democrática Silva (2013, p. 12) descreve:

Neste sentido, temos que compreender que a gestão democrática nada mais é que uma gestão de tomada de decisão compartilhada, em que todos tenham voz e ação, para que de fato ocorra um processo democrático no interior da escola. Nesse sentido, nascem novos olhares sobre a democratização da escola, para alguns antigos entraves: as desigualdades, as discriminações, as

inversões de posturas centralizadoras, os preconceitos, na perspectiva de romper com esses paradigmas, na busca de transformar a escola em um espaço de igualdade e de oportunidades para todos. Nesse sentido, cabe às comunidades educacionais, lideradas por seus respectivos gestores juntamente com sua equipe pedagógica se unirem para a ampliação da democracia na escola, com prioridade a assuntos que favoreçam a educação de qualidade e igualitária a todos, de modo que avance para uma instituição, que possa de fato caminhar para uma educação formadora de cidadãos, críticos e conscientes de seus direitos e deveres dentro da sociedade.

Com o avanço industrial surgiram novos métodos administrativos e também pedagógicos, e nessa trajetória observa-se a contribuição das teorias organizacionais com a administração escolar, isso porque com a expansão da indústria, a escola passa a ter uma demanda maior de cidadãos inclusos em seu espaço, cuja função também é prepará-los a viver nesse novo paradigma. Para Oliveira (2014, p. 24), um dos papéis da escola é o de socializar conhecimentos, mas também de preparar os seus agentes para o mercado de trabalho:

Se aceitarmos que uma função primordial da escola é a socialização para o trabalho e assim o faz não apenas a maioria dos estudiosos da educação, mas também seus agentes e seu público saltam aos olhos as necessidades de compreender o mundo do trabalho para poder dar a devida conta da educação.

Nos dias atuais, a escola é vista como uma instituição do desenvolvimento de relações humanas e por isso precisa estar atenta à nova geração que vem se formando. Geração essa que vive permeada de tecnologias, com acesso às informações de forma instantânea. Com isso, nasce o comprometimento da escola no sentido de dialogar e debater com os estudantes os problemas que afligem a sociedade, contribuindo para a formação de novas mentalidades. Agindo assim, essa nova geração serão pessoas tolerantes, que respeita as diferenças, os limites de cada um, bem como, de incentivá-los a propor mudanças que comungue com a ideia de um mundo melhor. Esse modelo de sociedade exige um paradigma de educação no qual o ser humano não privilegie culturas, mas deva está aberto à convivência pacífica; daí a importância de uma gestão educativa democrática e compromissada com uma comunidade em que as desigualdades sociais são bastante visíveis. Libâneo (2004, p. 104) cita que:

Numa escola existem, pois, vários tipos de liderança. Entretanto, não se pode negar que, mesmo na gestão democrática efetivada de forma cooperativa e participativa, o funcionamento e a eficácia da escola dependem em boa parte

da capacidade de liderança de quem está exercendo a direção e a coordenação pedagógica.

Por outro lado, aponta Abranches (2013, p. 54):

Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletiva, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas. Não se trata de co-gestão. O diretor ainda é a autoridade responsável pela escola e tem o apoio do colegiado nas decisões essenciais das atividades e projetos da unidade escolar em seus vários níveis.

Veiga (1997, p. 18) entende que:

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores.

A gestão democrática escolar nasce como parte de um processo mais amplo de redemocratização da sociedade brasileira, garantida pela Constituição Federal no Art. 206 e contemplada na LDB. Ambas as leis se apresentam como alternativas para superar o modelo de gestão centralizadoras e antidemocrática que se perpetuou durante décadas da história da educação brasileira e se constitui como uma forma de apontar-se novas organizações de práticas descentralizadas e participativas tendo como foco o diálogo. “Esse padrão legal que vem a ecoar na forma de proposta de gestão da educação vem a se afirmar em meados de 1995, que se inicia a implantação das diretrizes para a democratização dos sistemas escolares e da gestão das escolas” (Marques, 2012, p. 1178). Com isso, a implantação de políticas democráticas na gestão escolar não envolve somente a decisão de seus gestores, mas de todo o conjunto de seus membros. E sendo assim, o ponto de partida para se chegar à democratização da escola é buscar o conhecimento crítico da realidade na qual ela se insere, para superar os desafios que a mesma está passando. Paro (1997, p. 12), comenta que:

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos.

Uma gestão nessa ótica poderá reverter as relações de poder entre as pessoas, bem como promover a construção e uso das estruturas físicas e a utilização dos recursos tecnológicos. Agindo assim, surge uma organização com potencial para realizar a gestão de pessoas e de recursos em um ambiente sistemático de aprendizagem. Dentro dessa perspectiva o gestor passa a ser aquele profissional que precisa tomar decisões importantes que o leve a ser um bom líder, apto a gerir as demais competências que a sociedade escolar requer. A esse respeito, Paro (2007, p. 111), corrobora e cita que:

Num momento da história em que os valores criados e sustentados pelo homem conseguem dar conta da necessidade e possibilidade de os vários sujeitos (individuais e coletivos) conviverem de maneira livre e pacífica, ou seja, democraticamente, respeitando e afirmado a condição de sujeito de todos, pode-se considerar que a dimensão social da educação deve referir-se obrigatoriamente a formação da cidadania.

Rocha (2013) cita que, o conceito geral de competência adotado por muitos, consiste em saber atuar com responsabilidade integrando recursos, inclusive o “conhecimento”, no sentido de aprender a aprender, com o propósito de agregar valores aos indivíduos e a organização. Para Morin (2011, p. 20):

O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. Daí resultam, sabemos bem, os inúmeros erros de percepção, que nos vêm de nosso sentido mais confiável, o da visão. Ao erro de percepção acrescenta-se o erro intelectual. O conhecimento por meio de palavra, de ideia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro.

Nesse sentido, as relações entre o processo de produção do conhecimento e a educação são percebíveis, isso porque está se vivenciando na contemporaneidade, a sociedade do conhecimento ou também chamada sociedade da informação. Para tal processo, necessita-se de pessoas capazes de aprender a “fazer” na coletividade, respeitando as mais diferentes ideias e culturas no ambiente escolar, dito de outra forma, precisa ser democrático e atuante.

Na concepção de Paro (1996, p. 115):

A possibilidade de uma administração democrática no sentido de sua articulação, na forma e conteúdo, com os interesses da sociedade como um

todo, tem a ver com os fins e a natureza da coisa administrada. No caso da Administração Escolar, sua especificidade deriva, pois: a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca. Esses dois aspectos não estão de modo nenhum desvinculados um do outro. A apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, como objetivos de uma educação transformadora, determinam (...) a própria natureza peculiar do processo pedagógico escolar; ou seja, esse processo não se constitui em mera diferenciação do processo de produção material que tem lugar na empresa, mas deriva sua especificidade de objetivos (educacionais) peculiares, objetivos estes articulados com os interesses sociais mais amplos e que são, por isso, antagônicos aos objetivos de dominação subjacentes à atividade produtiva capitalista.

Nesse contexto, emerge-se que a gestão escolar foque em ações democráticas para que a mesma possa cumprir seu papel social frente a era da inclusão social, em parceria com todos que compõem o âmbito escolar. Essa participação, contudo, só se efetivará de acordo com, Paro (2005), com a valorização da atuação de vários agentes em todas as etapas do processo de gestão; incluindo os pais e os alunos. Assim partindo-se da análise geral da gestão escolar, torna-se necessário afirmar que, uma gestão democrática precisa incentivar a presença dos pais nos plantões pedagógicos, garantindo-lhes ausentar-se do trabalho, por meio de declarações e parcerias com as empresas, acordo esse, respaldado por Lei Federal, a fim de que esses possam se inserir de maneira mais forte no cotidiano da gestão escolar. A construção dos processos de participação dos pais e estudantes na escola deve ser consolidada para que se possa ter um controle social e democrático do Estado, evitando dessa forma que ele (o Estado) se transforme em máquina totalitária que disciplina e controla os membros da sociedade. Nesse sentido, para que a gestão seja considerada democrática segundo (Fortuna, 2010, p. 19) se faz necessário elencar algumas características, entre elas:

Transparência das informações, dos controles e das avaliações; debate e votação das decisões coletivas; normas de gestão regulamentadas e/ou legitimadas pela maioria; coerência da gestão com o processo democrático mais amplo da sociedade; e, vigilância e controle da efetividade das ações.

Na perspectiva de Gadotti (2017, p. 4) a gestão democrática deve:

[...] estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de

criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos, etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

Partindo-se desse princípio, conclui-se que um gestor democrático precisa além de ser um líder, também um bom articulador. Um profissional capaz de relevar determinadas atitudes, ter conhecimento das leis que regem o país, e acima de tudo respeitar as diferentes opiniões que se dissipa no ambiente escolar. Ele é o principal agente responsável pelo bem-estar de todos dentro do contexto escolar.

1.4.1. Legislação Brasileira e a Gestão Escolar

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no seu artigo 206, que a forma de gestão da educação brasileira deve ser a democrática e participativa, como estabelece o inciso VI do referido artigo: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. O artigo 3º, inciso VIII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/ 96, cita que a gestão do ensino público deve ser democrática, respeitando a forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino.

No artigo 14 dessa mesma lei estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Como posto, a LDB enfatiza que a gestão escolar deve ser democrática e autônoma modificando práticas antigas visando um novo olhar na forma de gestar. Dessa forma, incube-se, aos sistemas de ensino, a função de organizar e adaptar a gestão pública escolar, conforme o contexto em que ela se insere. Todavia, vislumbra-se ainda que dentro das escolas públicas, principalmente aquelas de maior porte, que a participação e autonomia podem ser observadas, contudo de forma lenta, mas com perspectivas de crescimento dentro das instituições de ensino.

Nota-se que a forma de como o gestor vem sendo escolhido já é um grande avanço, e se dá por meio de eleições diretas, possibilitando a integração de toda comunidade escolar, como também a participação desta, no processo das decisões e no desenvolvimento das ações didático-pedagógicas e técnico-administrativas. Também se atribui a todos os segmentos responsáveis pelo processo de ensino aprendizagem a avaliação das metas criadas se deram ou não certo, propondo soluções que se possa atingi-las. São avanços importantes em relação a uma gestão democrática, frutos da luta por uma escola democrática. Assim, “A escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum” (Nóvoa, 1995, p. 35). Uma gestão democrática dá ênfase a participação de todos os componentes da escola no processo educativo, favorecendo e estimulando o processo de reflexão. Libâneo (2015, p. 326) destaca que: “[...] a gestão democrática, por um lado, é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns, por outro, depende também de capacidades, responsabilidade individuais e de uma ação coordenada e controlada”.

Contudo alerta Santos (2008, p. 34), que: “A gestão escolar, na maioria das escolas públicas, ainda se baseia no modelo de administração clássica, estática e burocrática, não condizente com as necessidades de um mundo em constantes e rápidas transformações”. Assim pode-se compreender que, a gestão democrática precisa está presente em todas as escolas, sendo ela pública ou privada. Vive-se num país em que as leis postas precisam ser cumpridas, e, portanto, deve-se reconhecer os elementos internos do processo educativo, internalizando a certeza de que cada elemento possui sua parcela de responsabilidade individual que refletirá no trabalho coletivo. É importante salientar que a escola é vista como um ambiente social, formado por diferentes pessoas, com princípios, culturas e comportamentos diferentes e que precisa ser respeitado. Sendo assim, “uma escola democrática não é aquela em que todos fazem o que querem, mas sim aquela em que todos fazem o que é bom para todos” (Oliveira, 2014, p. 98). Nesta mesma linha de pensamento, Cury (2012) apud (Oliveira, 2014, p. 17), cita que:

Já que a obrigatoriedade da gestão democrática das instituições de ensino como princípio da educação nacional é a forma não coativa de capacitação da comunidade educacional para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e também criar cidadãos ativos. Que participem da sociedade como profissionais comprometidos e não ausentes de ações organizadas que questionam a invisibilidade do poder.

Nessa perspectiva, fica evidenciada a necessidade de mudanças na escola, para que essa possa formar cidadãos críticos e participativos. Educar na perspectiva democrática exige a participação intensiva da comunidade, no sentido de descentralização de poder e das tomadas de decisão no ambiente escolar, funções essas atribuídas historicamente apenas ao gestor escolar. De acordo com Santos (2008, p. 36):

[...] o novo modelo de gestão educacional e escolar enfatiza a liderança, não mais realizada como no passado, por gente talentosa, com características de personalidade que induzem as pessoas ao trabalho e à participação. Hoje o líder busca, intencionalmente, influenciar outros para utilizarem todo o seu potencial, realizarem bem as tarefas e atingirem objetivos e metas, maximizando o desenvolvimento organizacional e pessoal.

A gestão democrática é encarada como um dos princípios para o desenvolvimento da educação, e passa a ser a mola propulsora que guia as mudanças que o sistema educacional pretende alcançar e nasce como parte de um processo de redemocratização da sociedade brasileira. Por isso a implementação de um sistema de políticas democráticas na gestão escolar, não envolve só a decisão do gestor, mas ele deve ser compreendido como um exercício de diálogo, das escolhas descentralizadas, da impessoalidade e que as decisões e os programas devem sempre ser formulados com o auxílio de todos os partícipes (professores, estudantes, gestores e entidades ou integrantes da comunidade externa local).

1.4.2. O gestor escolar e seu perfil de líder

O exercício do magistério é uma conquista, uma tarefa que a cada dia vem se aprimorando com as experiências que acontecem dentro da escola. Com a rotina escolar as pessoas vão aprendendo a conviver, a serem mais tolerantes, a respeitar-se mutuamente. É assim que acontece a condição para o nascimento e desenvolvimento do comprometimento de um profissional com os comportamentos humanos. Chiavenato (2012) aponta que, o resultado ou efeito do comportamento, tem como origem vários estímulos: o estímulo de relacionamento professor-aluno, gestor-professor, gestor-escola. Nesse processo de mediação de conflitos, o papel do líder, passa a ser a peça chave que pode minimizar as adversidades que sistematicamente ocorre nas instituições de ensino tanto pública como privada. São nesses momentos de conflitos que o gestor escolar é procurado pelos componentes da sua equipe a fim de propor soluções, para aniquilar tais problemas. Por outro lado, nos momentos de interação esses mesmos componentes levam para o gestor suas ideias,

sonhos e desejos, daí a importância desse profissional ser uma pessoa que esteja aberta ao diálogo, mediador das confusões que ora acontecem no espaço escolar. No ato de escutar, ele pode encorajar e estimular seus liderados, a lutar pela busca de seus ideais.

Na atualidade, frente às tecnologias educacionais e do processo de inclusão e das leis que regem a educação, as escolas necessitam de gestores que sejam capazes de, na coletividade e não de forma isolada (como antigamente) facilitar a resolução de problemas em grupo. Também se espera na atual conjuntura que o gestor exerça um trabalho em equipe com os professores, ajudando-os a identificar suas necessidades de formação, para que possam adquirir as habilidades necessárias para a oferta de uma educação de qualidade aos seus estudantes. Deve ser capaz de ouvir o que os outros têm a dizer, delegando autoridade e dividindo o poder. A esse respeito Rios, (2010, p. 266) afirma que:

Gestão é o ato ou efeito de gerir, gerência, administração. Podemos então subentender que a gestão é um ato administrativo na unidade escolar, cargo que exige capacidade de liderança organizacional para que todas as tarefas sejam cumpridas rigorosamente em tempo e modo necessários.

Nesse contexto, concebe-se que é atribuição do líder, desenvolver atividades de forma equilibrada, respeitando as sugestões, opiniões e os valores de cada um. A relação entre o líder e seus liderados, é fundamental para o desencadeamento do sucesso da equipe. É necessário aqui enfatizar que as pessoas podem não conseguir gostar uns dos outros no ambiente de trabalho, porém devem ser capazes de trabalhar em equipe, de respeitar as opiniões adversas. O bom relacionamento é um elemento primordial que interfere no desempenho de qualquer equipe em especial na equipe escolar e influência nas normas estabelecidas por elas. O sucesso da escola não depende somente dos fatores pedagógico, administrativo e financeiro, mas de um conjunto, das relações humanas responsáveis por seu funcionamento, assim comenta Gomes (2012, p. 18):

A eficácia da comunicação pode transformar o entendimento em ação. Quando o líder sabe comunicar-se, ele será capaz de: motivar e inspirar as pessoas a colocarem as ações em prática, estabelecer cooperação e confiança, manter o foco sobre as questões, resolver conflitos e oferecer informações úteis.

Os líderes escolares, hierarquicamente estabelecidos como gestores, são responsáveis por orientar e direcionar a equipe ao caminho da organização com olhos voltados a realidade escolar, seus problemas, sua ideologia e os projetos a serem desenvolvidos. É o gestor que pode convocar todos a assumir compromissos, estar aberto a

debates, a mudanças quando for necessário inserindo o cidadão que a escola quer formar. Nesse contexto, a escola precisa sistematizar essas questões visando contribuir para que esses processos sejam sistematizados, analisados e reposicionados. Tudo isso, provoca na equipe uma leitura crítica da realidade por meio de debates em *lócus*.

Com as mudanças e as renovações do modelo de gestão, forçam-se então as organizações, nesse caso a escola, a se adequarem pela busca constante de novas formas de planejar, organizar e realizar sua missão. Para isso, se faz emergente investir na formação continuada dos gestores, isso porque de acordo com Colombo (2011, p. 77):

Os conflitos quando não explicitados tendem a deteriorar o clima organizacional, pois as pessoas guardam dentro de si ressentimentos, negativismo, agressividade, ou passividade, imperando o individualismo e não o interesse coletivo. É fundamental que exista nas escolas um clima no qual os profissionais se sintam bem e motivados para realizarem suas tarefas.

A escola não é diferente de outras organizações tradicionais que até pouco tempo, não se preocupavam com a concorrência, mas com a globalização e novos paradigmas educacionais, cada organização está buscando novas formas para sua sobrevivência, pois entende-se que o gestor não nasce pronto, ele necessita de aprimoramentos. “A administração da escola não é diferente da administração de outras organizações e por isso os modelos de gestão empresarial, a eficiência, a formação técnica dos gestores, entre outras, são temáticas insubstituíveis” (Costa, 1996, p. 32). É nessa ótica que o gestor escolar precisa de formação se não for a inicial, deve ser a continuada voltada a ação democrática para que o seu fazer na escola possa ser de fato um “fazer” compartilhado, descentralizado na qual possa desenvolver eficazmente as competências que lhes são atribuídas.

1.4.3. O desenvolvimento de competências

O termo competência vem sendo estudado constantemente e para que se torne possível o seu entendimento, busca-se os conceitos de alguns autores. Para Gil (2011) o profissional precisa dispor de muita competência entre elas: ser um agente transformador, ter comprometimento com os resultados e acontecimentos internacionais e com a situação da organização, mostrar racionalidade, cultura, conhecimentos, conhecer sua área de atuação, dialogar com facilidade, estabelecer uma relação de confiança. Também cita que esse profissional, deva ter um perfil negociador, colocar ênfase nas pessoas, ter comportamento ético, ser inovador e disposição para assumir riscos. Ter pensamento

estratégico, saber compartilhar responsabilidades, lidar com resistências, perceber sentimentos e propor ações que possam ir à raiz do problema. A competência interpessoal do gestor escolar faz a diferença nos momentos de desilusões e de desequilíbrio. Lück (2006, p. 22) comenta que:

A efetivação dessa concepção se processa na escola, a partir da competência profissional dos seus colaboradores, baseada em conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados ao nível de desenvolvimento dos alunos envolvidos, sua psicologia e necessidades educacionais, sejam elas coletivas ou específicas.

Na concepção de Fleury:

[...] competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado. [...]. A rede de conhecimento em que se insere o indivíduo é fundamental para que a comunicação seja eficiente e gere a competência (Fleury, 2001, p. 187).

A gestão escolar insurge para superar, entre todos os aspectos citados, a carência de diálogo, de participação efetiva e de maturidade da equipe. Esse processo de exposição demonstra que a gestão democrática deve ser competente o suficiente para minimizar os problemas que todas as escolas possuem, bem como ser o mediador dos projetos que a escola pretende realizar:

[...] a gestão da educação, enquanto tomada de decisão, organização, direção e participação, não se reduz e circunscreve na responsabilidade de construção do projeto político-pedagógico. A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e especialmente na sala de aula, onde se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões e para o estabelecimento de novas políticas [...] (Ferreira, 2003, p. 16).

Assim entende-se por competência do gestor escolar como sendo as ações que ele será capaz de realizar como profissional responsável pela escola, levando-o como foco principal o pedagógico. É nessa concepção que a competência do gestor se fundamenta como agente de transformações no ambiente escolar.

1.4.4. A formação acadêmica do gestor escolar

Pensar a formação profissional do gestor escolar significa, entre outras coisas, discutir o lugar da escola na atual conjuntura da sociedade bem como as suas responsabilidades como uma empresa muito qualificada no sistema. Para tanto, é preciso refletir e indagar que tipo de sujeito esta mesma sociedade quer formar (Charlot, 2005). A formação inicial do professor gestor deve estar voltada a uma prática que lhe possibilite se apropriar de saberes essenciais para uma prática democrática, para possibilitar o acesso ao desenvolvimento de competências necessárias para ouvir e respeitar todas as vozes ecoadas no ambiente escolar.

É sabido que o gestor escolar deve ter formação acadêmica, especificamente em licenciatura em qualquer área do currículo escolar. Contudo, há falácia dentro da própria escola de que o gestor escolar deveria ter como pré-requisito a formação universitária em pedagogia. Pois é no curso, por meio de suas disciplinas pedagógicas através de teorias e práticas que o professor começa a compreender como funciona o sistema escolar. Nesse contexto é importante enfatizar que o gestor escolar precisa de uma base consistente para lidar com os desafios que sua função irá lhe impor. Dessa forma, a formação do gestor principalmente da escola pública, constitui uma ação inadiável, urgente e necessária por ser complexa, e ao mesmo tempo desafiante. Sobre esse tema, Paro (1996, p. 90) ressalta:

Como o surgimento da formação em Pedagogia como habilidade de administração escolar faz supor que a graduação nesta ciência dote de conhecimentos necessários os profissionais que se interessam por dirigir uma Instituição de Ensino. Contudo, o que se tem verificado é a quase total inadequação dos currículos e programas dessa habilitação às necessidades de formação do diretor. A unanimidade das centenas de diretores com os quais tenho contato afirma quase nada ter aprendido, nesses cursos, que sirva para resolver seus problemas de direção.

Entende-se que as instituições de ensino superior devam ter como objetivo principal, preparar o (a) estudante para exercer na sociedade, de modo eficaz e eficiente, a sua profissão. Vale ressaltar que o saber específico da formação acadêmica e continuada, bem como o processo de investigação de sua prática precisa ser apropriado criticamente pelo gestor. Por isso, o mesmo deve ter consciência de que a sua formação acontece não somente na universidade, mas de forma contínua ao longo de sua existência, uma vez que as exigências da crescente complexibilidade do mundo moderno colocam novos desafios para a sua formação. É um saber fundamental de sua formação, o qual assume uma relevante

importância epistemológica, prática e política particular para o exercício profissional (Tardif, 2002). A formação profissional, como tentativa de compreender e exercer criticamente a prática pedagógica de gestar constitui um elemento muito importante no processo de profissionalização, e como instrumento essencial da qualidade da prática profissional precisa ter como preocupação fundamental: a apropriação dos conhecimentos próprios ao fazer pedagógico. Uma formação concebida, dessa forma, requer do gestor uma postura crítica acerca do conhecimento e se concretiza na capacidade de refletir sobre a diversidade de significados da prática pedagógica no cotidiano, sendo capaz de reinventá-la a cada desafio, bem como analisar situações de complexidade e decidir-se de maneira rápida por estratégias voltadas aos objetivos e exigências éticas. Essa formação crítica visa o gestor como intelectual e resulta num profissional que não se limita a simples transmissão de ordens, mas capaz de criar numa busca incessante o diálogo, o respeito e a tolerância. Contudo como relata Mattos (2005, p. 79):

São vários os antigos alunos que revelam sua preocupação com a necessidade de continuarem a formação recebida durante os anos de Universidade. As principais “queixas” são: após ter cursado a Faculdade, confessam seu desencanto para o “amontoado de teorias “aprendidas na mesma.

Formar bons gestores implica formar cidadãos críticos, atuantes e comprometidos com a construção da cidadania e com a justiça. É neste contexto que suscita a necessidade emergente da apropriação crítica dos deveres e obrigações que todo gestor deve se apropriar. Caso contrário, a ação de gestar no espaço da escola continuará servindo a uma sociedade dominante, preocupada apenas em manter a ordem. Como fala Freire (1996), ninguém aprende sozinho é nas experiências diárias, no ambiente escolar é que aprende. Nessa ótica cabe enfatizar que a formação acadêmica dos gestores voltada à ação democrática, ainda carece de muitos debates e aperfeiçoamento. Essa formação ainda encontra-se em processo de tramitação de um modelo autoritário para um democrático. Assim, enquanto essa formação não acontece o gestor escolar aprende na teoria, por meios de livros e das leis como deve ser uma gestão democrática.

É através desses, da rotina, que ele mobiliza capacidades como a intuição, a criatividade, o improviso e especificamente a agilidade de iniciativa em virtude de estar constantemente vivendo situações novas e inesperadas, necessitando tomarem decisões, fazerem opções com destreza. Essa abordagem questiona o caráter classificatório e fragmentário dos cursos superiores e apoia a necessidade de consolidar o compromisso da Universidade com a qualificação do profissional que irá atuar na escola pública, e em

especial na gestão escolar. Essa qualificação se baseia em um corpo teórico de formação consistente, produto da investigação científica e da reflexão crítica do fenômeno educativo, num compromisso efetivo com os problemas da Educação.

MARCO METODOLÓGICO

2. Metodologia da pesquisa

Para melhor compreensão sobre o desenho metodológico da dissertação, é importante conceituar o termo método: Método, segundo Campoy (2018, p. 38) “significa um caminho, um procedimento: caminho a seguir para alcançar um fim proposto de antemão. O método é, portanto, algo muito mais complexo que uma simples sequência unidimensional de passos”. Método é um processo organizado, lógico e sistemático de pesquisa.

O método científico, por sua vez, é concretizado pela pesquisa, que é definida por Gil (2002, p. 17) como “procedimento racional e sistemático que tem *como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos*”. Desse modo, a pesquisa deve seguir perfeita coerência a obedecer a regras para responder aos questionamentos propostos pela investigação.

Ainda segundo Campoy (2018, p. 37) define métodos de investigação:

Métodos e técnicas que se utilizam para a condução de uma investigação, a metodologia da investigação é uma ciência que estuda como a investigação se leva a cabo cientificamente. Nela se estudam as diversas medidas que se adotam um investigador no estudo de um problema.

Outra conceituação é apresentada por Marconi e Lakatos (2003, p. 83): “O conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - , traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

2.1. Justificativa da pesquisa

É importante que a pesquisa apresente uma temática relevante tanto para fins sociais quanto educacionais. Uma pesquisa científica não pode partir apenas da justificativa pessoal, embora seja importante para o ponto inicial de investigação sobre o problema existente.

A respeito desse contexto Minayo (2001, p. 15) diz que a justificativa:

Trata-se da relevância, do por que tal pesquisa deve ser realizada. Quais motivos a justificam? Que contribuições para a compreensão, intervenção ou solução para o problema trará a realização de tal pesquisa? A forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a

relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador.

A respeito da temática posta em discurso, essa apresenta grande relevância para os meios educativos e também sociais, ou seja, um novo modelo capaz de superar os desafios de aprendizagem dos alunos através de uma educação com base na gestão militar.

As opiniões sobre esse modelo de ensino têm apresentado muitas divergências. Para alguns, a escola com modelo militar é um retrocesso para sociedade, pois emprega métodos tradicionais de ensino, porém, para outros, é o caminho certo para colocar em ordem os problemas relacionados a indisciplina e a defasagem de aprendizagem escolar.

Embora algumas discussões não apoiem as práticas pedagógicas dos colégios com gestão militar, esse modelo vem apresentando e reafirmando dados favoráveis em diversos fatores como: diminuição da violência escolar, melhores índices nas provas externas, nível de aprendizagem alto. Dessa forma, é concebível relatar que os colégios com gestão militar no Brasil apresentam dados satisfatórios. Para tanto, são referências de ensino em vários estados brasileiros. Sabendo que, apesar dos excelentes resultados comprovados, muita polêmica ainda envolve os colégios militares. Uma das principais preocupações é sobre o excesso da militarização no ensino.

Por conseguinte, embasados pela opinião de Gil (2008, p. 162), apresenta-se o que ele descreve acerca da justificativa de uma pesquisa científica:

Justificativa. Trata-se de uma apresentação inicial do projeto, que pode incluir: • fatores que determinaram a escolha do tema, sua relação com a experiência profissional ou acadêmica do autor, assim como sua vinculação à área temática e a uma das linhas de pesquisa do curso de pós-graduação; • argumentos relativos à importância da pesquisa, do ponto de vista teórico, metodológico ou empírico; • referência a sua possível contribuição para o conhecimento de alguma questão teórica ou prática ainda não solucionada.

Esse é um dos fatores que mobilizaram para a realização dessa pesquisa, entender qual o impacto desse processo para a Educação do Estado do Amapá, que desde o ano 2016 vem implantando a gestão militar em algumas escolas públicas localizadas em bairros periféricos da Cidade e que apresentam altos índices de violência, envolvendo os jovens e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social.

2.2. O problema

A escola militar já existe há bastante tempo, sendo que de início essa atendia apenas a demanda das forças armadas, pois fora criada para receber os filhos dos militares. Essas escolas sempre foram consideradas um modelo de educação no que diz respeito a um ensino que tem como base a disciplina. Essa se tornou uma referência para a criação do que hoje se chama de Educação Militar. Algumas escolas públicas no Brasil vêm adotando a gestão militar como uma das formas de criar uma cultura da paz, do respeito, principalmente em relação às escolas em que existem conflitos, indisciplina, pelo fato de atender a uma demanda em vulnerabilidade social, o que conseqüentemente, impacta de forma negativa na aprendizagem e compromete o processo de interação dos alunos com seus pares.

Contudo, é pertinente dizer que para implantar esse tipo de gestão, em que o modelo vigente é a gestão democrática, muitos debates têm se realizado frente a esses dois tipos de educação: Democrático e o Militar. Um centrado na construção da autonomia, e o outro pautado na disciplina. Sendo essa dicotomia cristalizada pelos princípios que regem cada um desse tipo de gestão. Em 2017 o Estado do Amapá troca o modelo democrático de 02 escolas públicas pelo modelo militar com a finalidade de melhorar a disciplina principalmente as das áreas periféricas por apresentarem nesse caso crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Sendo importante ressaltar que essas escolas apresentam nos últimos anos resultados satisfatórios no que diz respeito a aprendizagem dos alunos. O que torna esse estudo de alta relevância.

Mediante importância da temática que norteia esse estudo surgem vários questionamentos a serem investigados: É perceptível o avanço na educação militarizada ao longo dos anos? Os resultados avaliativos da escola militar são satisfatórios? Existem aportes legais que dão suporte as escolas militares? Quais as principais causas da indisciplina? Seria um retrocesso militarizar as escolas brasileiras? Qual a diferença entre a gestão democrática e a gestão militar? Quais os critérios que estabelecem a disciplina como eixo de aprendizagem? O que as escolas militares têm que as diferenciam das demais em termos de desempenho? Quais os aspectos positivos e negativos da disciplina mediante processo de ensino aprendizagem dos alunos? Como ocorre o processo de ensino aprendizagem dentro de uma perspectiva disciplinar do aluno? Como são realizadas as ações que a escola desenvolve em parceria com a comunidade para melhoria da aprendizagem dos alunos?

Frente a esses questionamentos que concretam efetivamente a temática, o estudo encontra-se norteado pelo problema central que é: **Qual o impacto da disciplina como eixo da aprendizagem na Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva no Estado do Amapá – Brasil?**

Sobre o problema da pesquisa Campoy (2018, p. 51) relata:

O problema consiste em uma pergunta ou enunciado sobre a realidade ou sobre qualquer outra situação para a qual não se encontra uma solução satisfatória ou não dispomos de uma resposta adequada. Todo problema de investigação tem uma origem que pode surgir das leituras, reflexões pessoais, experiências ou observações de situações.

Para explicar sobre o problema a ser investigado, esse necessita ser interessante para o pesquisador e de acordo com sua capacidade investigativa; deve ser importante, e deve responder a situação real da sociedade.

2.3. Objetivos geral e específicos

2.3.1. Objetivo Geral: Analisar o impacto da disciplina como eixo da aprendizagem na turma de 3º série do Ensino Médio na Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva no Estado do Amapá – Brasil.

2.3.2. Objetivos específicos:

- Investigar os aspectos positivos e negativos da disciplina mediante processo de ensino aprendizagem dos alunos.
- Avaliar o processo de ensino aprendizagem dentro de uma perspectiva disciplinar do aluno.
- Analisar as ações que a escola desenvolve em parceria com a comunidade para melhoria da aprendizagem dos alunos.
- Averiguar o modelo do sistema de avaliação escolar militarizada e o projeto político pedagógico da escola com foco nos eixos de aprendizagem.

2.4. Contexto Espacial e Socioeconômico da Pesquisa

Brasil oficialmente República Federativa do Brasil é o maior país da América do Sul e da região da América Latina, sendo o quinto maior do mundo em área territorial (equivalente a 47,3% do território sul-americano) e quinto em população (com mais de 210 milhões de habitantes). É o único país na América onde se fala majoritariamente a língua portuguesa e o maior país lusófono do planeta, além de ser uma das nações mais multiculturais e etnicamente diversas, em decorrência da forte imigração oriunda de variados locais do mundo. Sua atual Constituição, promulgada em 1988, concebe o Brasil como uma república federativa presidencialista, formada pela união dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5 570 municípios.

O Brasil é a maior economia da América Latina, a segunda da América (atrás apenas dos Estados Unidos) e a oitava maior do mundo, tanto nominalmente quanto em paridade do poder de compra, de acordo com o Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. O país tem uma economia mista capitalista com vastos recursos naturais. Estima-se que a economia brasileira irá se tornar uma das cinco maiores do mundo nas próximas décadas. O PIB (PPC) *per capita* atual é de 9.821,41 dólares (2017). Ativo em setores como mineração, manufatura, agricultura e serviços, o Brasil tem uma força de trabalho de mais de 120 milhões de pessoas (6ª maior do mundo) e desemprego de 11,7% (38º no mundo).

Sobre a educação, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determinam que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem gerir e organizar seus respectivos sistemas de ensino. Cada um desses sistemas educacionais públicos é responsável por sua própria manutenção, que gere fundos, bem como os mecanismos e fontes de recursos financeiros. A nova constituição reserva 25% do orçamento do Estado e 18% de impostos federais e taxas municipais para a educação.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo IBGE com dados de 2013, o analfabetismo ainda afetava 8,3% da população (ou 13 milhões de pessoas). Além disso, 17,8% dos brasileiros ainda eram classificados como analfabetos funcionais. A qualidade geral do sistema educacional brasileiro ainda apresenta resultados fracos. No Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) de 2012, elaborado pela OCDE, o país foi classificado nas posições 55ª em leitura, 58ª em matemática e 59ª em ciências, entre os 65 países avaliados pela pesquisa.

FIGURA N°02: Mapa em destaque o Brasil

Fonte: Google maps, (2019).

A referida pesquisa foi realizada no Estado do Amapá. O Amapá é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado a nordeste da Região Norte, no Platô das Guianas. O seu território é de 142.828,521 km², o que o torna o 18º maior estado do Brasil. É limitado pelo estado do Pará, a oeste e sul; pela Guiana Francesa, a norte; pelo Oceano Atlântico a nordeste; pela foz do Rio Amazonas, a leste; e pelo Suriname, a noroeste.

O Amapá foi desmembrado do Estado do Pará em 1943, quando foi criado o Território Federal do Amapá (TFA). Permaneceu nesta condição até 1988, quando a atual Constituição Federal o elevou a Estado da Federação. Na bandeira do Brasil, o Amapá é representado pela estrela β de Cão Maior. Macapá, que era a capital do extinto Território Federal do Amapá desde 1944, é a atual capital e maior cidade do estado, sendo sede da Região Metropolitana de Macapá, formada por Macapá, Santana e Mazagão. Outras

importantes cidades são Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande.

De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população era de 829 494 habitantes em 2018. Quanto aos indicadores sociais, o Amapá possui a 14^a menor incidência de pobreza, a 17^a menor taxa de analfabetismo e o 15^o maior PIB per capita do país. No entanto, o estado apresentou em 2010, a 3^a maior taxa de mortalidade infantil entre os estados brasileiros.

Sobre a educação a taxa de analfabetismo dos residentes do estado do Amapá com idade de 10 a 14 anos é de 4,9%, já de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos era de 8,4% (segundo o Censo demográfico de 2010). Neste mesmo ano, 74,2% das crianças entre 4 e 6 anos estavam na escola (uma média abaixo da nacional que era de 85%), entre as crianças de 7 a 14 anos, essa porcentagem era de 95,9% (acima da média regional) e as pessoas entre 15 e 17 anos que estavam na escola somavam 83,3% (igual a média brasileira).

Em relação à conclusão do ensino fundamental: 57,3% dos jovens de idade igual ou inferior a 16 anos tinham terminado o 1^o grau; uma queda no índice que em 2008 marcava 58,7%. A conclusão do ensino médio dos jovens com idade acima de 19 anos era de 55,6% no ano de 2008 e obteve uma queda drástica para 38,4%. No ano de 2009, foram registradas: 1.958 matrículas em creches, 20.488 na pré-escola, 142.552 no ensino fundamental e 35.648 no ensino médio. Já o tempo médio de permanência no sistema é de 8,4 anos no ensino fundamental e de 3,4 anos no EM, resultando numa média de 10,2, média acima da nacional que é de 9,7 anos.

O IDEB amapaense é 3,1 no ensino médio, de 4,1 nos anos iniciais do ensino fundamental e de 3,7 nos anos finais do ensino fundamental; em nenhum desses índices a média ficou acima da nacional. A taxa de aprovação no estado durante o EM é de 73,6% e a de reprovação é de 11,1%.

O Estado conta com duas instituições de ensino superior públicas, a Universidade Federal do Amapá e a Universidade Estadual do Amapá, ambas com sede em Macapá. Há também o Instituto Federal do Amapá, que foi fundado em 29 de dezembro de 2008. A UNIFAP tem campus nos municípios de Laranjal do Jari, Oiapoque, Santana e Tartarugalzinho, além da capital. Existem várias faculdades particulares, a maioria na capital, são as principais: Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP), Faculdade SEAMA, Universidade Paulista (UNIP), IMMES, Universidade Estácio de Sá, IESAP e outras.

FIGURA N°03: Mapa do Brasil em destaque o estado do Amapá

2.4.1. Delimitação da Pesquisa

Em termos de delimitação, essa pesquisa foi realizada na cidade de Macapá capital do estado do Amapá, Região Norte do país. Sua população estimada em 2019 é de 503 327 habitantes, sendo o 51º município mais populoso do Brasil e o quinto da Região Norte. Situa-se no sudeste do estado e é a única capital estadual brasileira que não possui interligação por rodovia a outras capitais. Além disso, é a única cortada pela linha do Equador e que se localiza no litoral do rio Amazonas, distando 1 791 quilômetros de Brasília.

O município detém o 94º maior produto interno bruto da nação, com 8,9 bilhões de reais e é a quinta cidade mais rica do norte brasileiro, respondendo por 2,85% de todo o produto interno bruto (PIB) da região. Na Amazônia, é a terceira maior aglomeração urbana, com 3,5% da população de toda a Região Norte do Brasil, reunindo em sua região metropolitana quase 560 mil habitantes. Aproximadamente 60% da população do estado está na capital. Sua área é de 6.407 km² representando 4,4863 % do Estado, 0,1663 % da Região e 0,0754 % de todo o território brasileiro

FIGURA N°04: Vista área da capital Macapá



Fonte: Governo de Macapá (2019).

A pesquisa foi realizada na Escola Antônio Messias Gonçalves da Silva localizada no bairro Zerão. No modelo de gestão compartilhada Seed/Polícia Militar (PM) desde 2017, a instituição mudou a rotina dos alunos para ajudar no desenvolvimento deles. Segundo o diretor adjunto da escola, o tenente PM Kledson Barbosa, a união entre educação e segurança pública veio para ampliar as formas disciplinares quanto à didática em sala de aula, com objetivo de melhorar os resultados do Enem. Como também diminuir os índices de violência na região e combater as brigas entre alunos, foram alguns dos objetivos alcançados. Outro ponto a considerar é a participação dos moradores nas atividades escolares, segundo o diretor.

FIGURA N°05: Fachada da Escola Antônio Messias da Silva



Fonte: Arquivo da escola (2019).

2.5. Participantes da Pesquisa

A escolha dos participantes é uma parte relevante da investigação, ou seja, através desses, encontraremos as respostas para todos os questionamentos do estudo. Sobretudo, é necessário coerência entre o que se pretende investigar e os participantes para que esses agentes sejam capazes e suficientes em oferecer respostas significativas.

Concernente a este quesito e mediante a contextualização da pesquisa, podemos afirmar que houve um alcance positivo de participação, haja visto, o êxito que obtivemos na aplicação dos instrumentos a todos os participantes.

Por sua vez, diante do contexto descrito por essa investigação qualitativa, foram escolhidos como participantes os “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado” (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010, p. 60). Os sujeitos escolhidos para participar da pesquisa fazem parte do contexto a ser investigado e a escolha e seleção desses participantes aconteceu de forma intencional, ou seja, o critério de inclusão acontece no momento em que esses participantes estão relacionados a temática. Ainda referindo-se a uma seleção não probabilística e intencional, Campoy (2018, p. 84) “os sujeitos são

selecionados a critério do investigador”. Dessa forma, os participantes foram 11 professores da 3ª série Alfa do Ensino Médio, 33 alunos da 3ª série Alfa do Ensino Médio e 3 pessoas que compõem a Gestão Escolar (Diretora, Diretor Adjunto e Coordenadora).

FIGURA Nº06: Participantes da Pesquisa

PARTICIPANTES DA PESQUISA	
Professores da 3ª série Alfa do Ensino Médio	11
Alunos da 3ª série Alfa do Ensino Médio	33
Gestão Escolar (Diretora, Diretor Adjunto e Coordenadora)	03

2.5.1. Professores da 3ª série Alfa do Ensino Médio

A escolha dos professores para participar da pesquisa é algo indispensável quando nos detemos a abordar uma temática que trata de analisar o impacto da disciplina como eixo da aprendizagem na turma da 3ª série Alfa do Ensino Médio na Escola de Ensino Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva no Estado do Amapá – Brasil. Para tanto, os participantes dessa pesquisa foram os professores que lecionam na 3ª série Alfa do Ensino Médio.

Por sua vez, os professores da 3ª série Alfa do Ensino Médio contribuiram no sentido de trazer para esse estudo a realidade vivida por eles e pelos alunos nessa instituição. Bem como, puderam repassar informações importantes para responder aos questionamentos que surgiram durante esse estudo.

Dessa forma justifica-se a importância e a relevância de abordar os professores como participantes dessa investigação pois trata-se de abordar pessoas que se encontram diretamente ligadas a todas as situações ocorridas na escola e especialmente na sala de aula.

2.5.2. Gestão escolar

A equipe composta pela gestão (Diretora, Diretor Adjunto, Coordenadora) surgem de forma significativa nessa abordagem implementando iniciativas e estratégias que

favorecem o desenvolvimento de ações que contribuem com a boa convivência escolar e ações que podem exterminar as práticas indisciplinadas. Dessa forma, a equipe composta pela gestão escolar foi abordada com o objetivo de conhecer quais são essas ações tendo em vista a proposta desse estudo que trata do impacto da disciplina sobre o desenvolvimento integral dos alunos da 3ª série Alfa.

2.5.3. Alunos da 3ª série Alfa do Ensino Médio

Por fim, temos como participantes também os alunos da 3ª série Alfa do Ensino Médio. Essa esfera participante encontra-se intimamente relacionada ao objeto de estudo, pois as práticas disciplinares estão voltadas para todos os alunos. Encontrou-se nas suas respostas fatos relevantes que permitiram responder a todos os questionamentos envolvidos nesse estudo, dando a resposta do problema.

Através desses respondentes, foi possível conhecer suas opiniões acerca de uma escola pautada nas normas de disciplina militar e conhecer os aspectos positivos e negativos da disciplina mediante processo de ensino aprendizagem.

2.6. Desenho Metodológico

Após aprofundamento teórico e metodológico no que se trata de uma temática de alta relevância social e educacional que aborda a disciplina como eixo de aprendizagem na turma da 3ª série Alfa do Ensino Médio da Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva – Amapá – Brasil, esse estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, de corte transversal, com enfoque qualitativo.

No que tange a tipologia descritiva, essa contribui diretamente para descrever sobre o impacto da disciplina como eixo de aprendizagem para os alunos da 3ª série Alfa do Ensino Médio.

No que se diz respeito ao estudo descritivo, Gil (2008, p. 28) define que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Além disso, uma de suas características está a utilização de técnicas padronizadas que serão utilizadas para recolhimento dos dados.

Utilizou-se essa tipologia pelo fato de atender os objetivos propostos e descrever sobre os fatores positivos e negativos da disciplina escolar mediante aprendizagem dos

alunos. Além disso, avaliou-se o processo de ensino aprendizagem dentro dessa perspectiva disciplinar e consequentemente descreveu-se sobre esse fato e ações que a escola desenvolve junto à comunidade para a melhoria de aprendizagem atendendo aos objetivos propostos.

Portanto, a pesquisa descritiva para esse estudo serviu para análise, registro e a interpretação dos fatos sobre o objeto de estudo sem a interferência do pesquisador.

Destaca-se ainda que a pesquisa é de corte transversal, uma vez que a coleta de dados se deu em um determinado espaço de tempo. Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 226) apontam que “a pesquisa transversal permite ao pesquisador realizar a coleta de dados para posterior análise e interpretação”, atendendo, portanto, aos interesses desta pesquisa.

O enfoque qualitativo utilizado nesse estudo permitiu aprofundar sobre a temática através da participação de agentes sociais que se encontram diretamente interligados com a temática, por se tratar de um método indutivo, esse retrata as opiniões e percepções da experiência de vida dos participantes.

Assim, de acordo com Minayo (2001, p; 10) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Isto é, a partir desse enfoque trabalha-se um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Através do enfoque qualitativo realizou-se um estudo sobre o impacto da disciplina na turma de 3ª série Alfa do Ensino Médio e sua contribuição para uma aprendizagem significativa, pois possibilitou interpretar os fenômenos observados em seu contexto natural, tratando de dar sentido ao que se observa.

Quanto ao enfoque qualitativo Alvarenga (2019, p. 50) argumenta que: “São formas de geração e produção de conhecimentos que se fundamentam em concepções epistemológicas profundas que origina uma nova linguagem metodológica diferente ao paradigma tradicional”.

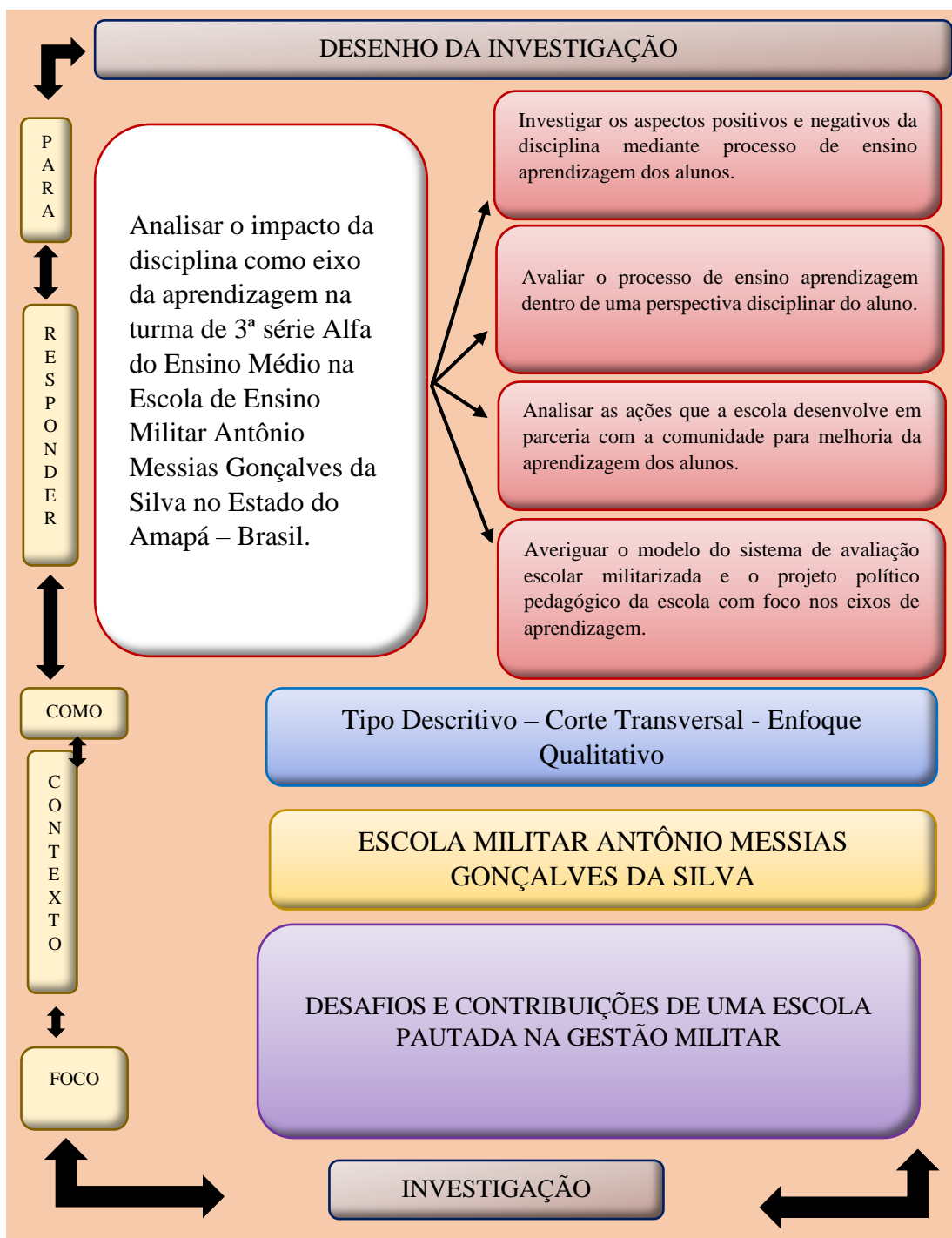
Assim sendo, diante da temática escolhida, a partir da formulação da pergunta problema e dos objetivos tivemos a certeza que o enfoque qualitativo atenderia com excelência a perspectiva desse estudo. “A investigação qualitativa pode ser descrita em termos gerais como interpretativa e naturalista, que trata de compreender e explicar as crenças e comportamentos no contexto onde se produzem” (Campoy, 2018, p. 254).

Por sua vez, a partir do momento da investigação de pontos positivos e negativos da disciplina como eixo de aprendizagem na perspectiva de uma gestão militar, empenhou-se a

estabelecer os resultados que não podem ser quantificados, o que caracteriza firmemente um estudo qualitativo.

Através desse enfoque também foi permitido avaliar o processo de ensino aprendizagem dentro de uma perspectiva disciplinar do aluno como também averiguar as ações que a escola desenvolve em parceria com a comunidade para melhoria da aprendizagem dos alunos.

FIGURA Nº 07: Desenho da Investigação



2.7. Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados

A definição das técnicas para coleta de dados de uma pesquisa está, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 17), “relacionado com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe”.

A escolha do instrumento desta pesquisa foi cuidadosa, definida, seguindo a afirmativa de Lakatos, mantendo o foco no objeto de estudo promovendo um nivelamento com o método. A parte de escolha das técnicas e instrumentos é uma das mais importantes de uma investigação e se propõe em manter-se a mais apropriada em relação ao estudo a ser executado, ou seja, as técnicas e instrumentos utilizados em uma pesquisa devem ser capazes de responder ao problema em questão.

Por sua vez, no caso dessa investigação o importante é ter em mãos um instrumento que realmente seja eficaz e que responda com precisão ao que se quer saber.

A elaboração ou organização dos instrumentos de investigação não é fácil, necessita de tempo, mas é uma etapa importante no planejamento da pesquisa. Em geral, as obras sobre pesquisa científica oferecem esboços práticos que servem de [...] além de dar indicações sobre o tempo e o material necessários à realização de uma pesquisa (Marconi e Lakatos, 2003, p. 164).

Como relatado acima, as técnicas e instrumentos utilizados em uma pesquisa devem ser estritamente correspondentes ao método utilizado. Como esta pesquisa se trata de uma pesquisa qualitativa, utilizou-se técnicas exclusivamente qualitativas e que após vários aprofundamentos de diversos autores, mediante a temática sobre os desafios na formação docente foi possível ter a certeza de que as técnicas utilizadas nessa investigação seriam suficientes para dar respostas ao problema e aos objetivos. As técnicas utilizadas foram: Entrevista Aberta e Questionário Aberto.

2.7.1. Guia de Entrevista

A entrevista é um método de coleta de dados que permite ao pesquisador um relacionamento direto com o grupo estudado. Ela, como qualquer base de dados, se torna mais eficiente quando o universo de respostas obtidas se torna maior.

Nesse pressuposto, o guia de entrevista é um roteiro de perguntas pré-definidas que o pesquisador utiliza. Ao usar essa ferramenta, o profissional potencializa muito o seu tempo, além de conseguir resultados para os objetivos específicos, geral da investigação, e pergunta científica.

Dessa maneira, foi aplicado o guia de entrevista para os professores da 3ª série Alfa do Ensino Médio e para a gestão escolar composta por (Diretora, Diretor Adjunto, e Coordenadora) realizados mediante os objetivos com questões abertas, onde Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p, 109) dizem que “os respondentes ficam livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem à escolha entre um rol de alternativas”.

Portanto, para que o processo da entrevista seja bem sucedido, é fundamental ter clareza sobre o que se quer investigar, assim, você terá as informações necessárias para a condução da entrevista. Essa precisa, por exemplo, ter certeza de que a ordem das perguntas é a ideal. Um questionamento precisa conduzir ao outro e permitir uma boa contextualização para que as respostas façam sentido. Sabendo-se que quando se refere ao planejamento da entrevista, esse deve ter em vista os objetivos a serem alcançados, a escolha dos entrevistados, que nesse caso foram os professores da 3ª série Alfa do Ensino Médio e a Equipe que compõe a gestão.

Nesse contexto, Campoy (2018, p.385) afirma que “a entrevista aberta é aquela que solicita uma resposta livre e provoca respostas de maior profundidade”. Todas as perguntas foram elaboradas de acordo com os objetivos específicos de maneira ordenada e que possa favorecer o rápido engajamento do respondente na entrevista, bem como a manutenção do seu interesse, pois como salienta Campoy (2018, p.385) “na elaboração da entrevista se deve delimitar o tema elegido pelo investigador e os objetivos (que é o que se quer investigar).

2.7.2. Entrevista Aberta

A técnica de entrevista aberta ou em profundidade é uma das técnicas mais utilizadas na recolhida de dados de uma investigação social e também uma técnica estritamente qualitativa. Para Campoy (2018, p. 348):

A entrevista em profundidade é uma técnica qualitativa utilizada com maior ou menor profundidade, flexível e dinâmica, que permite recolher uma grande quantidade de informações de uma maneira mais próxima e direta

entre o entrevistador e o entrevistado, em que se põe a manifestação das emoções, sentimentos e pensamentos.

Através dessa técnica o investigador é capaz de recolher dados com tamanha profundidade e adentrar na subjetividade dos participantes. Colher opiniões, crenças, mitos fazer abordagens estratégicas para assim recolher dados fidedignos que possam dar relevância a esse estudo.

Todavia, o objetivo da entrevista é bem definido por Marconi e Lakatos (2003, p. 195) quando diz que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Inserido a relevância dessa técnica que se refere a entrevista, é possível acrescentar que essa técnica permitiu a coleta de informações sobre os desafios e contribuições da inserção da gestão militar como contribuinte do desenvolvimento integral dos alunos.

2.7.3. Questionário aberto

Quanto ao questionário aberto aplicou-se a um grupo de 33 alunos da 3ª série Alfa do Ensino Médio. Acerca dessa técnica, Manzato e Santos (2012, p.10) afirma que “o questionário deve obedecer a algumas regras básicas onde o principal é que possua uma lógica interna na representação exata dos objetivos e na estrutura de aplicação e interpretação”.

Quanto ao autor Gil (2002, p.128), diz que o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” ou seja, para elaboração do questionário vamos levar em conta que o informante não poderá contar com explicações adicionais do pesquisador. Por este motivo, as perguntas serão coerentes e concisas, para evitar interpretações errôneas, e não devem ser invasivas.

Ainda sobre o questionário aberto os autores Chaer, Diniz e Ribeiro (2011, p. 12) diz que: “as perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderão ser utilizadas a linguagem própria do respondente. Elas trazem a

vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente”.

Conforme o descrito, as perguntas abertas são portas de entrada para várias interpretações, podendo também existir uma infinidade de respostas do entrevistado para o entrevistador, respeitando sempre o lugar social de cada sujeito em suas particularidades com o respeito aos códigos e linguagens do informante. Importante mencionar que, o entrevistador tem como objetivo, organizar e sistematizar as indagações de modo claro, e conciso e assim, se aproximar da imparcialidade para que não haja interferência interna, e deste modo, evitar a manipulação dos dados obtidos.

2.8. Validação dos Instrumentos

De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa validação significa “ato ou efeito de validar, de tornar ou declarar algo válido, legítimo”. Para Baechle e Earle (2008, pp. 277-278) “a validação é o grau em que uma prova, ou item de uma prova mede o que se propõe a medir, é a característica mais importante de uma prova”. Bem como utilizar um instrumento para medir o que se propõe, característica de vital importância para avaliar a efetividade de um instrumento. Sendo assim utilizar-se-á para a aquisição de dados os instrumentos: entrevista e o questionário aberto.

O objetivo dessa pesquisa é apresentar dados confiáveis e válidos, com isso, os instrumentos de pesquisa após elaborados foram enviados a 3 professores doutores, especialistas na área dessa temática, e solicitados a esses especialistas que analise a clareza e coerência quanto aos objetivos e problema em estudo no intuito de que esses instrumentos se tornem relevantes para os resultados da investigação. Campoy (2018, p. 199), que diz que: “avaliar as propriedades psicométricas de um instrumento resulta basicamente determinar a qualidade de sua medição. Existem duas características métricas essenciais para valorizar a precisão de um instrumento são: a validade e a confiabilidade”. Assim obteremos credibilidade e confiança em realizar as alterações devidas.

2.9. Procedimentos de Coleta de dados

Definir os procedimentos para coleta de dados é um passo crucial da pesquisa inclusive Lakatos e Marconi (2003, p.165) postula que é a “Etapa da pesquisa em que se

inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, afim de se efetuar a coleta dos dados previstos” daí então faz-se necessário delinear o caminho percorrido nesta pesquisa uma vez que os critérios estabelecidos permitiram a nós investigadores realizar as tarefas no tempo bem cronometrado e assim otimizar as tarefas a serem realizadas. Segundo Minayo (2001, p. 55) “trata-se de estabelecermos uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo”.

A pesquisa teve início na abordagem do levantamento teórico bibliográfico, em que foi o estudo de autores renomados na temática e assim estabelecermos ideias teóricas que poderão ser relacionadas a prática para estudos futuros. Entre os meses de janeiro a julho do ano de 2019, período de aprofundamento teórico, uma vez que compreendemos que a teoria deverá estar aliada a prática.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.165) “outro aspecto importante é o perfeito entrosamento das tarefas organizacionais e administrativas com as científicas, obedecendo aos prazos estipulados, aos orçamentos previstos, ao preparo do pessoal. Quanto mais planejamento for feito previamente, menos desperdício de tempo haverá no trabalho de campo propriamente dito, facilitando a etapa seguinte”. Todavia fez-se necessário momentos intensos de leitura para embasar as ideias que já haviam surgidos acerca do objeto a ser pesquisado.

Para a segunda parte da pesquisa, ou seja, a parte metodológica, postula Prodanov e Freitas (2013, p.14), que a “metodologia em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta é o processamento de informações, visando ao encaminhamento e a resolução de problemas e questões de investigação”. Para tanto, iniciou-se a parte metodológica deste trabalho em agosto e finalizou-se em outubro de 2019.

Para uma melhor e maior aquisição dos dados, percebeu-se que tanto a entrevista quanto o questionário aberto são os instrumentos mais apropriados para a investigação. Seguindo adiante foi intencional a escolha dos participantes da pesquisa já que os mesmos são ligados diretamente a temática.

Para a análise dos dados os meses de janeiro a março foram suficientes para conclusão do trabalho, visto que, todos os questionamentos propostos tiveram as respostas coerentemente. Segundo Gil (2008, p. 156) afirma que a “análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do

sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriores obtidos”. Assim seguindo orientações de Gil, a análise dessa pesquisa permitirá nos meses de março e abril responder aos objetivos e problema central da investigação, já que será possível interpretar os dados obtidos e assim propor sugestões que se tornem importante para estudos futuros que abordem essa temática.

2.10. Questões Éticas

Recorre-se inicialmente ao dicionário Aurélio da língua portuguesa: onde define o termo ética como “reunião das normas de valor moral presentes em uma pessoa, sociedade ou grupo social”. Ou seja, deve ser mantida a ética devida com a produção de conhecimento, com a compreensão dos significados, com a qualidade dos dados; ambos os paradigmas têm por valores fundamentais a confiança, a responsabilidade, a veracidade, a qualidade, a honestidade e a respeitabilidade.

Para Celani (2005, p. 110), “a preocupação do pesquisador deve ser sempre a de evitar danos e prejuízos a todos os participantes a todo custo, salvaguardando direitos, interesses e suscetibilidades”. A pesquisa foi baseada na ética, e os participantes foram mantidos em anonimatos e para estes criamos códigos para professores, alunos e equipe da gestão, ambos mantidos no mais absoluto sigilo não havendo riscos de invasão de privacidade para os participantes nem tão pouco para a instituição, sendo apenas um trabalho científico para descrever a realidade da referida escola e suas práticas de gestão militar.

Essa investigação seguiu todos os protocolos éticos, iniciando pela busca da Autorização da Gestão responsável do Local da Pesquisa, que, neste caso, foi a Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva onde estão ligados os profissionais e alunos participantes desta investigação. Para a realização da pesquisa, obteve-se o Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes envolvidos, onde estava previsto todos os procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade dos mesmos. O risco de identificação foi minimizado com a exclusão de registros pessoais que pudessem ligar o relato ao seu autor.

Esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, atendendo aos preceitos éticos e protocolos exigidos pelas legislações vigentes com base nas Resoluções 466/2012, 510/2016 e na Operacional 001/2013. A aprovação se deu através do Parecer Consubstanciado do CEP-Comitê de Ética em Pesquisa do INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTIFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO com registro CAAE 31043320.0.0000.0001.

2.11. Técnicas de Análise e Interpretação dos Dados

Nessa parte da pesquisa relataremos sobre as Técnicas de Análise realizadas na Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva – Amapá – Brasil. Segundo Gil (2008, p. 175):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para Lakatos (2003, p. 167) análise “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”, [...] enquanto interpretação dos dados é “a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”.

No mesmo contexto, Campoy (2018, p. 55) define que “análise tem como objetivo acercar o entrevistador o mais possível ao mundo ou a experiência contada pelo entrevistado”.

Assim, essa pesquisa fundamentou-se em uma análise estritamente qualitativa, no sentido de termos utilizado como técnica a entrevista e questionário aberto para atender os requisitos desse estudo, pois de acordo com Gil (2008, p. 133):

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

Como procedimentos para análise dos resultados com maior eficácia e eficiência foi realizado de forma coordenada seguindo as ações propostas pelos objetivos específicos desse estudo que foram:

DADOS E CONCLUSÕES

3. Análise dos Resultados

Após tabulação dos dados coletados junto aos participantes da pesquisa, cabe aqui apresentar os resultados desta investigação que trata de analisar o impacto da disciplina como eixo de aprendizagem na turma de 3ª série Alfa do Ensino Médio da Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva – Amapá-Brasil.

Referente a essa abordagem Gil (2008, p 156):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriores obtidos.

Nesse pressuposto optou-se por uma análise em Categorias, de forma a unificar os resultados, denominados eixos comuns, e assim apresentar dados concisos e coerentes com as perspectivas deste estudo de forma a responder aos objetivos e ao problema que norteou a pesquisa. Para Minayo (2001) a palavra categoria se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. De um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa.

Seguiu-se uma dinâmica específica para selecionar as categorias: Apropriou-se das respostas dos participantes de modo a construir eixos que correspondiam entre si de forma que pudessem responder a cada item categorial. Criando assim as categorias de análise.

Assim seguem abaixo as categorias de análise:

3.1. 1ª Categoria: Aspectos positivos e negativos da disciplina

3.2. 2ª Categoria: Processo de aprendizagem mediante perspectiva disciplinar

3.3. 3ª Categoria: Parceria Comunidade / Escola

3.4. 4ª Categoria: Sistema Militar de Ensino e Avaliação

1ª Categoria - Aspectos positivos e negativos da disciplina

A abordagem da 1ª categoria corresponde a analisar a fala dos participantes (Professores, Direção e Alunos) acerca dos pontos positivos e negativos da prática disciplinar na sala de aula.

Assim, ao questionar-se junto aos professores sobre os pontos positivos da disciplina em sala de aula que tiveram apontamentos surpreendentes e significativos com relação as práticas disciplinares.

Segundo P11 um ponto positivo da disciplina é a “pontualidade na entrega das atividades e na chegada da escola, ou seja, não se atrasa, como também a diminuição da evasão escolar”.

Outro ponto positivo apontado, encontra-se descrito ainda na fala do P11, que diz “dentre muitos aspectos positivos temos o respeito, cumprimento de regras e os bons resultados”.

Acerca desse questionamento o P4 define os pontos positivos e a contribuição da formação do ser humano, a atenção nos estudos e a participação dos pais na escola”.

São relevantes as opiniões dos professores sobre os pontos positivos de um sistema que exige do aluno disciplina, ou seja, são positivos para a vida do alunado.

Ainda seguindo a abordagem desse questionamento junto aos professores, a concentração, maior dedicação nas atividades e competitividades são pontos positivos citados pelo P3. O P2 afirma o mesmo contexto positivo do professor anterior, segundo ele o “comportamento em sala de aula e a dedicação em aprender” são pontos percebidos nos alunos.

No mesmo contexto explicativo o P9 relata que são observados nos alunos mais “organização, bem mais foco nos estudos”.

Em questão de apresentar a análise sobre esse questionamento, observa-se que a maioria dos docentes apontam que a disciplina melhora o foco e a atenção dos alunos. Isso ainda está confirmado na fala do P10 quando relata que a “disciplina melhora o foco, valoriza a conduta ao premiar alunos nota 10, e permite o aluno a ser valorizado e valorizar os outros”.

Outro ponto positivo apresentado na fala dos participantes é o valor do respeito mútuo. Segundo o P7 a prática disciplinar melhora também “o convívio familiar e também no âmbito escolar”.

Da mesma forma para o P8 “respeito, melhores notas e foco em um futuro melhor”.

Por sua vez o P1 amplia esse questionamento e diz que as práticas disciplinares contribuem positivamente para o “sucesso para a vida de uma pessoa que tem algo como objetivo ou meta”.

Outro ponto positivo retratado nessa categoria se refere as contribuições de uma escola militarizada na vida dos alunos. Frente a esse questionamento foram apontados diversos itens contribuintes, podemos citar para início de discussão o P10 que relata que “contribui ao mostrar a importância de estudar, de valorizar a disciplina e viver em conformidade com o correto, o justo”.

De acordo com o P11 “contribui de forma positiva no sentido da inserção de valores como respeito ao seu próximo”.

Nesse contexto, a maioria dos professores citam valores como a principal contribuição para a vida dos alunos. Ainda na fala do P5 quando relata que “o respeito, melhora do convívio familiar, aspecto pessoal dos alunos” são elementos facilmente observados entre o alunado.

O P1 diz também que a “disciplina, a organização, o respeito e a ética” são fatores contribuintes da prática disciplinar.

Um fator importante também destacado na fala do P4 é a contribuição para “aprendizagem, socialização em termos de competições”.

Assim mesmo para o P7: “rendimento no aspecto de aprendizagem, respeito a hierarquia”.

Referente a essa abordagem o P2 relata que alguns estudos mediante práticas disciplinares aumentam a “consciência de ter uma boa aprendizagem, respeito a família e as pessoas.

Após analisar a fala do P2, observa-se a contribuição das práticas disciplinares também na vida familiar, entre todas as contribuições apontadas a família também colhe os pontos positivos da prática disciplinar. Frente as contribuições da família o P11 diz que as práticas disciplinares “reata o vínculo familiar, respeito aos professores e os alunos passam a perceber que são protagonistas de sua própria história”.

É relevante mostrar que o P8 também relata a mesma ideia. Vejamos:

“Educação familiar, melhora o relacionamento com os professores e além de tudo são pontuais.

Ressalta-se até a presente análise que as contribuições atuam positivamente na vida dos alunos sob diversos ângulos.

Para reforçar a análise desse ponto categorial, foi questionado junto aos professores se eles atribuem os bons rendimentos dos alunos às regras interpostas pela escola militar.

Como resposta a grande maioria relatou que “sim”.

Pois antes de ser militarizada, ocorria a falta de ações por parte de gestões anteriores, cujos objetivos na maioria das vezes não eram alcançados, por isso não se percebiam avanços. As regras interpostas hoje, observa-se muitos avanços especialmente em vestibulares, competições, etc. (P11).

O participante P11 fez uma valorosa relação entre o antes e o depois da gestão militarizada e mostra em suas palavras que as contribuições só aconteceram depois que a escola se tornou militar.

Em relação aos que apontaram “sim” tem a ressalva do P2: “em virtude da disciplina aplicada pela escola” com grandes contribuições.

Segundo o P9 de forma geral o desempenho dos alunos na disciplina de filosofia melhorou de forma significativa”.

As regras interpostas pela escola militar melhoraram “a criação de hábitos para compromisso e desenvolver atividades extraclasse”.

De acordo com o P5 a escola militar além de melhorar a disciplina, contribui também com “as notas que elevaram a partir das regras interpostas pela escola”.

Por fim em relação aos que afirmaram que as regras interpostas facilitaram diversos fatores, o P10 diz que “exige-se do aluno que realize suas tarefas diárias sob pena de perder pontos, isso melhora seu desempenho”.

É interessante a fala do P10 que apresenta como punição a perda de pontos nos casos em que os alunos se omitirem de suas responsabilidades.

Referente a análise dessa categoria apresenta-se também a participação da equipe que compõe a gestão escolar e buscou saber a opinião dos indivíduos que estão à frente das ações escolares.

Sobre os pontos positivos de uma escola com gestão militar o G1 relata:

“Ensino de qualidade, respeito, participação ativa dos pais”.

O G2 define que os pontos positivos estão relacionados com o “direcionamento que a educação oferece a um adolescente”.

A equipe que compõe a gestão escolar contribui com informações positivas através dos questionamentos propostos.

Em relação aos pontos negativos de uma escola com gestão militar observou-se as seguintes abordagens:

De acordo com o G1 não se observa pontos negativos na escola em nenhum setor.

Já o G2 relata que “há resistência de alguns professores antes de conhecer toda a dinâmica do trabalho de uma escola com gestão militar”.

Percebe-se as distintas abordagens enquanto que um participante diz não há pontos negativos o outro relata alguns fatores negativos de uma escola com gestão militar.

Questionou-se também junto a gestão quais os benefícios para os alunos em estarem matriculados em uma escola com gestão militar.

Para o G1 “inúmeras. Tornam alunos responsáveis. Os pais quando matriculam os filhos buscam ensino de qualidade ao tirar notas boas é premiado, recebe condecoração”.

Contou-se também com a participação dos alunos para coleta de dados dessa categoria. Ao questionar junto a classe de alunos sobre sua opinião em estudar na escola militar as respostas obtidas foram todas muito positivas em relação ao estudo nessa escola.

Já analisando a fala dos alunos são muitas as qualidades expressadas por eles em relação a escola. O A1 considera momento de adquirir experiência com esse novo modelo de ensino.

Em sua fala o A2 diz “eu acho seguro, disciplinar faz com que aprendemos melhor”.

Da mesma forma relata o A16 “Eu acho uma escola segura, pois tem vários policiais. Em questão de segurança acho muito boa”.

Esses dois alunos citados o A2 e o A16 falam que um dos principais benefícios em estudar em uma escola militar é a segurança.

Assim mesmo relata o A15 “estudar em uma escola militar para mim é muito bom, estou aqui a apenas 1 ano e já me adaptei e gosto daqui”.

Através da fala dos alunos foi possível confirmar a opinião dos professores e da equipe da gestão em que se percebe diante da fala dos alunos a contribuição que a escola militar traz para a vida dos educandos.

Em relação a abordagem dos pontos positivos da escola, o A18 reflete “Eu acho bom, a escola trouxe algo muito bom na minha vida, se não fosse a escola militar talvez já estava em um caminho muito pior”.

O Aluno 18 contribui de forma muito profunda os benefícios da escola, ou seja, uma mudança de vida depois que começou frequentar a referida escola.

Ainda apresentando a análise da fala dos alunos, a escola é citada por vários como uma instituição com qualidade de ensino, uma ótima infraestrutura, preza o respeito ao próximo (A23).

Em relação as exigências da escola como um ponto positivo o A26 descreve que “nessa escola é uma exigência diferente, pois diferentemente de escolas não militares, aqui as regras geralmente são seguidas com mais rigidez”.

Em uma abordagem geral dos alunos que apontaram vários pontos positivos, esses relatam que a cobrança é maior, mas o aprendizado também é maior na escola militar.

Seguem algumas falas de alunos acerca dos pontos positivos da escola:

“É bom ensino onde nessa escola os alunos vêm para estudar” (A21).

“Muito interessante, pois é bem organizado, o estudo em questão de qualidade não deixa a desejar”.

Portanto alguns alunos relatam também alguns pontos que os deixam insatisfeitos com o modelo de gestão militar. O A20 relata que “é muito cansativo especialmente no último ano”.

De acordo com o A28 “tem que ter muita paciência para seguir todos os dias a mesma rotina e as mesmas cobranças”.

Nesse mesmo contexto o A25 diz que “é muito puxado pelo horário e pelas regras e por coisas que não precisam ser relevantes. Essa escola eu não gostei eu vou sair”.

Nesse momento em que nos detemos a apresentar a opinião dos alunos nos pontos negativos, são relatadas as regras interpostas pela escola como um fator desnecessário para a rotina educacional.

Confirma-se essa análise quando o A24 diz: “tem dia que é ótimo estudar na escola militar, mais tem dias que me sinto muito cobrada por todos, mas sem reclamações porque sei que é para o meu bem”.

Após conhecer os pontos positivos apresentados pelos alunos acerca da escola militar foi questionado também quais os pontos negativos de estudar nessa escola.

Acerca dos pontos negativos, os alunos em sua maioria são enfáticos e relatam que as regras são muitas e às vezes desnecessárias. Outro ponto destacado é referente ao horário de chegada e saída da escola, chegam muito cedo e saem muito tarde.

Sobre esse fato o A16 diz: “os pontos negativos são porque tem muitas regras desnecessárias. Exemplo fazer continência aos policiais, usar moletom até quando está calor. Revistam suas mochilas, não podendo trazer nenhum cosmético”.

“Não poder usar o celular, não poder usar o uniforme de qualquer jeito, não usar cabelo grande, não usar acessórios” (A23).

Para o A29 um dos pontos negativos de estudar na escola militar “é ficar muito tempo em formação”.

Entre os pontos negativos mais citados nessa análise a carga horária foi o ponto mais ressaltado pelos alunos. De acordo com o A30 “a carga horária é muito puxada”.

“É uma sobrecarga muito grande, passamos cerca de cinco horas ou mais na escola” (A20).

RESUMO FINAL DA 1ª CATEGORIA

Nessa primeira categoria em que foi tomado como critério a análise dos pontos positivos e negativos da escola militar, tendo a participação de professores, alunos e equipe da gestão. É importante ressaltar que em sua grande maioria todos os participantes citaram pontos considerados positivos de uma escola com gestão militar. A motivação é um dos aspectos que caracterizam o processo, apesar de ter sido percebido de forma subjetiva. Para Libâneo (1994):

A motivação dos alunos para a aprendizagem deve ser feita através de conteúdos significativos e compreensíveis para eles, assim como de métodos adequados, é fator preponderante na atitude de concentração e atenção dos alunos. Se estes estiverem envolvidos nas tarefas, diminuirão as oportunidades de distração e de indisciplina (LIBÂNEO, 1994, p. 253)

Vários pontos foram descritos no decorrer dessa análise, como alunos mais pontuais, pontualidades na entrega de atividades, cumprimentos de regras, concentração e organização, como o reestabelecimento dos valores. Neste sentido é possível destacar em um infográfico as respostas obtidas para melhor apreciação dos resultados e para manter uma consonância entre a prática do processo discursivo.

FIGURA Nº 08: Pontos positivos da Escola Militar

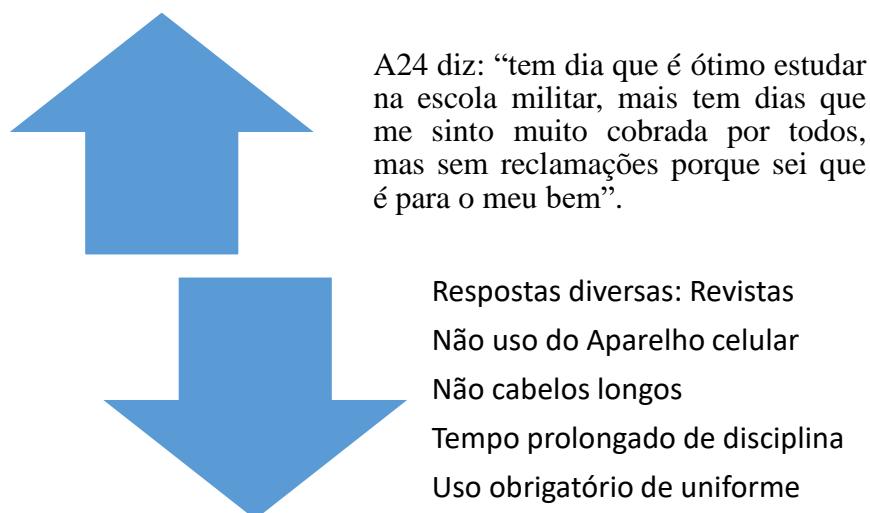


No entanto os alunos também relataram alguns fatores que consideram como negativos na escola, como uma carga horária muito extensa e regras que são consideradas por eles extremamente desnecessárias. Como também as questões de cabelos longos, uso de cosméticos e uniforme foram alguns pontos considerados negativos pelos alunos.

No geral, é possível descrever que a escola vem desenvolvendo um trabalho positivo e apresentando grandes contribuições na vida educacional e social do aluno, uma forma de ensinar que vem dando frutos positivos para toda comunidade escolar.

Dentre os aspectos positivos e negativos citados revela-se outro infográfico a ser pareado e discutido dentro da dinâmica da escola vigente, como uma forma de autoanálise da pesquisa retirando de uma das entrevistas:

FIGURA Nº 09: Pontos positivos e negativos da Escola Militar



Percebe-se o confronto de ideias nestas respostas e uma consideração profunda acerca da proposta de ensino de uma escola com este perfil, mas que leva a considerar qual o verdadeiro papel da escola. Segundo Libâneo (2015):

As escolas têm por principal objetivo a formação científica e cultural dos alunos visando prepará-los para a vida profissional, cultural e cidadã e, para isso, necessitam de procedimentos e meios organizacionais. O objetivo de educar e ensinar se cumpre pelas atividades pedagógicas, curriculares e docentes, estas, por sua vez, viabilizadas pelas formas de organização e de gestão. A ideia defendida neste texto é de que uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas para o bom desempenho de professores e alunos em

sala de aula, de modo a se obter êxito nas aprendizagens. (LIBÂNEO, 2015, p. 3)

2ª Categoria: Processo de aprendizagem mediante perspectiva disciplinar

A abordagem dessa categoria se delimita em analisar se o processo de aprendizagem possui relação com a disciplina dos alunos da 3ª série Alfa do Ensino Médio. Para essa categoria teve a participação dos professores, gestão e alunos. Questionou-se junto aos professores qual a relação entre a disciplina e o processo de aprendizagem.

Logo apresentando a fala do P9 ele diz que “a disciplina é necessária para que a aprendizagem ocorra de forma mais abrangente. A disciplina traz mais foco, comprometimento em melhorar cada vez mais”.

A partir da abordagem desse participante através da disciplina é possível verificar melhoras na aprendizagem do aluno, pois ainda de acordo com o P3 “a disciplina mantém os alunos mais concentrados e assim mais atentos aos conteúdos”.

Segundo o P11 “a disciplina é fundamental! Parte do fracasso brasileiro ocorre pela falta de disciplina, que leva a falta de respeito dentro e fora da sala de aula”.

Através da fala dos docentes, pode-se analisar a forte contribuição que tem a disciplina para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Ainda nesse mesmo contexto o P10 explica que a “disciplina é a base para a ordem e silêncio em sala, propício para o aprendizado. Disciplina possibilita ter foco em sua atividade e ter foco em suas responsabilidades”.

De forma mais ampla, o P1 diz que “com disciplina consegue ter sucesso no ensino aprendizagem. Também serve para a vida no geral”. Ademais “é importante para que o aluno possa estudar e desenvolver melhor sua aprendizagem” (P4).

Em termos de análise é claro o quanto é importante desenvolver a consciência da disciplina para o desenvolvimento dos estudantes tanto educacionalmente falando quanto para a vida.

Tão importante quanto saber se a disciplina é favorável a aprendizagem é saber de que forma a escola vem contribuindo como o processo de aprendizagem dos alunos. Referente a esse ponto várias abordagens foram descritas pelos professores. Podendo ressaltar aqui que são positivas.

Vejam os comentários do P2: a escola vem oferecendo “incentivo, conscientização da importância de o aluno estudar para seu sucesso, estudo que serve para a vida, visão que é importante estudar. Então essas são as contribuições da escola militar para a vida dos alunos segundo o P2. À medida que o aluno motivado é atento, curioso e que, como consequência, estimula o professor a prosseguir no objetivo de repassar mais conhecimentos e a se sentir mais motivado, também.

Nesse segmento o P4 relata que a escola militar ajuda “a perceber que deve centrar no seu foco, no seu objetivo para melhorar sua aprendizagem”.

A contribuição da escola militar de acordo com o P1 é perceber os alunos mais focados e preparados para a vida, Enem, concursos públicos, ou seja, melhorando a vida das pessoas.

Como já citado anteriormente a escola militar vem contribuindo com “as regras de comportamento dos alunos, pois adota para si uma postura e uma conduta de respeito às regras e valoriza seu ambiente, sua família e os professores” (P10).

Outro ponto considerável a destacar é demonstrar a fala do P6: “a contribuição da escola militar se resume na forma significativa, número considerável de alunos aprovados em vestibulares e equipe de professores comprometidas”.

Como contribuição o P11 “Acredita em cem por cento na escola militar. Pois é inacreditável ver alunos dedicados nos estudos, quando antes não queriam saber de nada e até indo para o mundo das drogas, hoje apresentam outros comportamentos totalmente diferentes daqueles antes da gestão militar”.

Interessante a fala do P11, onde enfatiza de forma clara as contribuições da escola militar, e faz também uma relação de como está hoje e como era antes da gestão militar.

Nesse questionamento é interessante expor, que a escola com gestão militar tem condições de desenvolver um trabalho de qualidade, respeito aos professores, e que contam com a interferência de monitores que contribuem com o desenvolvimento das práticas estabelecidas pela escola.

Por fim, em questão de apresentar a análise sobre esse questionamento, a disciplina contribui veemente com a concentração dos alunos em aprender e os professores ficam mais tranquilos. O aluno tem limite e responsabilidades, uma postura irrepreensível para o aprendizado. O limite está diretamente ligado a meritocracia.

Como a aprendizagem é o foco dessa categoria, foi questionado a gestão o que é de costume a escola fazer para motivar seus alunos para uma aprendizagem significativa.

O G3 relata que “premiando e incentivando a meritocracia, inscrição nas olimpíadas do conhecimento”.

Já o G1 diz que motiva os alunos através da “divulgação e reconhecimento por mérito alcançado pelo aluno”.

No mesmo patamar do G1 o G2 diz que através da “meritocracia. Ocorre uma formatura no final de cada bimestre, destacando os melhores alunos nos quesitos, aprendizagem, esporte. Recebem honra ao mérito, e em nota o melhor aluno é chamado zero 1 da turma”.

Em uma breve análise sobre a participação de professores e gestores, a escola militar vem contribuindo em larga escala com a aprendizagem dos alunos, um ponto de vista declarado por duas importantes esferas, nesse caso, cabe saber dos alunos também qual a sua opinião com relação a esse ponto categorial.

Questionou-se junto aos alunos da 3ª série Alfa como ele percebe o desenvolvimento de sua aprendizagem nessa escola.

A percepção quanto a aprendizagem pelos alunos é vista por vários ângulos, segundo o A11 ele percebe que sua aprendizagem está evoluindo por causa das notas que estão mais altas.

“Eu percebo que minhas notas aumentam a cada bimestre” (A16).

Já o A1 diz “o meu desenvolvimento tem melhorado, pois o modelo escolar e a cobrança levam a criação de responsabilidade”.

A análise da fala dos alunos demonstra que vários pontos importantes são desenvolvidos pela forma de ensinar da escola militar, ou seja de acordo com o A15 “melhorou bastante com nova forma de ensinar”.

A resposta dada pelos alunos na coleta de dados demonstra em especial que realmente a aprendizagem é observada nesses alunos. Ou seja, segundo o A27 a aprendizagem está “muito melhor por ter o apoio e toda atenção dos professores”.

Em uma visão geral os alunos comparam muito o seu desenvolvimento na escola militar com o estudo em uma escola comum, ou seja, percebem que o desenvolvimento melhorou muito depois que começaram a estudar nessa escola. Como diz o A29 “no meu aprendizado ocorreu grande melhora em relação a quando eu não estudava em escola com gestão militar”.

Assim mesmo diz o A28 “desde que entrei nessa escola, minhas notas evoluíram, por conta de que existe uma cobrança para tirarmos notas boas e uma recompensa para os melhores.

A fala do A28 confirma a fala da gestão em que cita a recompensa como uma motivação para os alunos que tiram melhores notas e mais uma vez esse participante faz a comparação do seu desenvolvimento antes e depois da escola militar.

Essa comparação entre um modelo e outro também é citado pelo A30: “em relação a antiga escola melhorou muito, presto mais atenção nas aulas e compreendo melhor os assuntos”.

É cabível ressaltar que a opinião sobre esse questionamento foi unânime, isto é, de acordo com todos os alunos abordados nessa pesquisa, que representam todos os alunos da 3ª série Alfa, o resultado é bastante positivo.

Seguindo com a abordagem dessa categoria foi perguntado aos alunos se a disciplina é caminho para o desenvolvimento da aprendizagem, dos 33 alunos da sala, 32 relataram que a disciplina contribui diretamente com a aprendizagem e apenas um relata que disciplina não favorece o desenvolvimento.

Referente aos que disseram “sim” citamos a fala do A22:

“Os alunos de hoje precisam ter disciplina, para ter mais juízo, tanto no estudo como na vida”.

Para o A21 os alunos sentem obrigação de estudar pela disciplina que é imposta pela escola.

Para esses alunos a aprendizagem só acontece pelo fato de a disciplina ser condicionada dentro dessa escola, ou seja, se fosse o contrário os resultados certamente não seriam esses. Em outras palavras, a disciplina “faz com que eu tenha noção de horário, postura” (A33).

O fato principal a apresentar nesse momento de análise é que os alunos realmente acreditam que as práticas disciplinares interpostas pela escola militar são favoráveis para um desenvolvimento cognitivo.

Em uma abordagem ampla, os alunos deixaram claro que a disciplina é o ponto chave para acelerar o desenvolvimento em sala de aula. Um aluno disciplinado tem horário, regras a seguir e com isso consegue desenvolver suas atividades com mais concentração e foco.

RESUMO FINAL DA 2ª CATEGORIA

Ao final dessa categoria é pertinente apresentar como análise uma perfeita relação entre a disciplina e o processo de aprendizagem. Ao ir a campo para recolher os dados com

os já citados participantes, ficou claro que alunos que possuem regras são mais comportados, mais focados e mais comprometidos. Conseqüentemente os professores conseguem desenvolver seu papel de professor com mais tranquilidade.

Esse resultado final foi recolhido através da participação dos três seguimentos, professores, gestores e alunos, isto é, com unanimidade descobrimos que a porta para a aprendizagem está nas regras e os limites interpostos pela escola militar no qual vem apresentando bons resultados em provas externas. No entanto, chama-se a atenção para o comportamento das pessoas em instituições moldadas por regras. Estudos recentes (por exemplo, Emgeström, 2001; Lave e Wengler, 2002; Lave, 1988) têm mostrado como as ações humanas podem alterar o modo de funcionar das organizações, ainda que se reconheça sua forte influência no comportamento das pessoas. (LIBÂNEO, 2015)

Em resumo, é bastante coerente a fala dos participantes em encontrar no final dessa categoria a relevância de apresentar a mesma opinião referente a instituição que preza pela disciplina escolar. Outro aspecto bastante relevante na prática da gestão militar, que contribui na diminuição dos casos de indisciplina, é o estabelecimento das exigências em sala de aula: limites e possibilidades educativas. Assim, afortunadamente, Freire (1996) aborda o quanto é importante um ambiente favorável às relações interpessoais entre todos os elementos que estão presentes na escola, colocando o meio social e as emoções fatores transformadores dos seres humanos. Isso se torna mister na discussão para que se compreenda que a forma como se conduz tais regras de comportamento dependem da abordagem da rotina.

3º Categoria: Parceria Comunidade / Escola

A importância dessa categoria se encontra relacionada com a relevância e contribuição da parceria entre família e escola para melhoria da aprendizagem. Dito isto, teve a participação da equipe que compõe a gestão da escola pois, acredita-se que ações para fortalecer o vínculo entre essas duas esferas depende muito das ações desenvolvidas pela gestão educacional.

Nesse contexto foi questionado junto a essa equipe quais as ações desenvolvidas em parceria com a comunidade para melhoria da aprendizagem.

De acordo com o G1 “a implantação recente da Associação de Pais e Mestres. E de acordo com a formação dos pais esses disponibilizam serviços para a comunidade escolar”.

Tomou-se ciência diante da fala do G1, que a escola oferece possibilidades de trabalho para os pais dos alunos dentro da comunidade escolar, ou seja, são selecionados de acordo com suas habilidades e formação.

Enriquecendo o debate analítico o G2 descreve sobre o mesmo questionamento. As ações são:

Implantação do conselho escolar. Assembleias onde os pais são informados das medidas e ações da escola, e nela os pais são ouvidos. As decisões são tomadas em conjunto com a aprovação dos pais ou responsáveis que comparecem na assembleia. E caso o pai não concorde com o que é decidido nas assembleias pela maioria, tem liberdade para retirar o filho da escola.

A parceria entre família e escola é um dos principais elementos para o sucesso da educação. É comum acreditar que cada um deve cumprir seu papel separadamente. No entanto, os pais e a instituição de ensino devem estar em constante sintonia, tendo como objetivo final o pleno desenvolvimento dos estudantes.

A sintonia entre família e escola possibilita que o desenvolvimento da criança e o processo de aprendizagem sejam ampliados. Dessa forma, o aluno tem a oportunidade de vivenciar experiências educativas na escola e no convívio familiar. Além disso, também são benefícios da parceria família e escola:

- Aumento do rendimento escolar
- Maior envolvimento familiar na escola
- Acompanhamento constante do aluno
- Desenvolvimento cognitivo e social do aluno, entre outros (G3).

É interessante saber como é a frequência da participação da família na escola. Dessa forma foi perguntado quais as propostas estabelecidas para fortalecer o vínculo entre essas duas esferas.

Segundo a equipe da gestão os pais são convocados nas assembleias, reuniões e eventos escolares e os pais que não participarem devem justificar o motivo de sua ausência.

Segundo o G2 “a comunidade participa dos projetos da escola apoiando e atendendo o chamado quando é convocada. A escola oferece: concursos de foguete, feira de ciências e torneios externos”.

Mediante a abordagem desse questionamento oportunizou conhecer as propostas desenvolvidas pela escola para trazer os pais ou responsáveis para comunidade escolar de forma muito ativa e atuante. Ou seja, através da fala do G2 são criadas iniciativas de apoio a comunidade dentro da escola, fortalecendo os vínculos afetivos e educacionais.

O importante em relatar essa categoria de análise foi conhecer as ações previstas dentro dessa instituição juntamente com a comunidade escolar. As ações desenvolvidas foram descritas pelos participantes de forma muito parecida, ou seja, as ações, seguindo a mesma linha, não houve contradições nas falas.

RESUMO FINAL DA 3ª CATEGORIA

Ao concluir a análise dessa categoria, retratou que a referida escola preza pela parceria com a comunidade escolar. Através das falas dos participantes da equipe que compõe a gestão ficaram claras as ações desenvolvidas para acolher a comunidade na escola.

Referente as ações desenvolvidas, essas possuem regras para manterem os pais sempre presentes na instituição e essas ações vem contribuindo diretamente para o desenvolvimento dos alunos em todas as formas de aprendizagem. Para Silva (2011):

Se, por um lado, a relevância da família e da escola como contextos privilegiados de desenvolvimento humano substanciam-se nos critérios de relação que devem ser a variável fundamental para definir família e a escola com interesses comuns. (SILVA, 2011, p.34)

O fortalecimento da relação entre família e escola ainda é pauta de muitos planejamentos escolares. Afinal, diretores, coordenadores, professores e toda a equipe da secretaria tem o mesmo objetivo: desenvolver um processo educativo que equilibre qualidade com equidade. Ou seja, um processo educativo que todos os alunos aprendam e evoluam na carreira escolar na idade certa. Com isso, o envolvimento entre família e escola possui um papel muito importante no desenvolvimento do aluno.

Em outras vertentes, trata-se também das competências que devem ser desenvolvidas. “A competência individual encontra seus limites, mas não sua negação no nível dos saberes alcançados pela sociedade, ou pela profissão do indivíduo, numa época determinada”. (FLEURY, p. 2)

As reuniões são de extrema importância, mas o encontro com a família não pode se restringir apenas as reuniões periódicas. Por isso, os eventos escolares são ótimas oportunidades para fazer com que os responsáveis se aproximem da escola, sem que se sintam pressionados. Para Libâneo (2015):

A escola é uma comunidade de aprendizagem: as pessoas aprendem com as organizações, as organizações aprendem com as pessoas. Nessa perspectiva, a escola é vista como um ambiente educativo, como espaço de formação e aprendizagem, construído pelos seus componentes, um lugar em que os profissionais podem tomar decisões sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão, fazendo mais do que cumprir normas e regulamentos. (LIBÂNEO, 2015, p.24)

Além disso, é possível também convidar os pais para compor a equipe de organização de eventos e incentivá-los a participar de instâncias como conselhos escolares, Associação de Pais e Mestres etc., assim como tem feito a escola investigada.

4ª Categoria: Sistema Militar de Ensino e Avaliação

A abordagem dessa quarta categoria está delineada em apresentar a análise da fala dos professores, equipe que compõe a gestão e os alunos da terceira série Alfa do Ensino Médio. É uma categoria em que apresenta a visão dos participantes sobre o sistema educacional militar e a forma como são avaliados os alunos nas instituições militares.

No início desse ponto categorial, foi questionado junto aos professores se a prática em uma unidade militar é considerada democrática ou autoritária.

Dos professores que participaram três deles opinaram um meio termo. Quanto a proposta de uma escola autoritária ou democrática o P2 relata: “Meio termo. Por ser militar, tem certas regras que os docentes precisam seguir”.

No mesmo sentido, de acordo com o P1: “Misto, não observa o autoritarismo. Tudo se torna mais organizado, não ficam soltas. Não se observa imposição. Tem democracia de forma disciplinar. Observa falta de profissionalismo por parte de colegas de trabalho”.

Já para o P9 “meio termo. Existem regras rígidas, porém há diálogo para mediar situações que favorecem ambas as partes”.

Diante das falas retratadas pelos professores citados acima, é difícil classificar a escola como democrática ou autoritária, deixando a situação em meio termo, onde aponta que embora possua características democráticas do diálogo, algumas regras são consideradas muito rígidas.

Entre os professores existem os que relatam que a escola em que lecionam é sim democrática. Porque segundo o P5 “o fato de ouvir as opiniões dos professores faz dela uma

instituição democrática. As reuniões são feitas por blocos onde cada funcionário pode opinar”.

Igualmente cita o P6: “Democrática, com disciplina”.

“Democrática, mas com regras específicas voltadas e aprovadas pela comunidade escolar e pelo conselho de pais e mestres. O aluno cumpre normas e respeita o estatuto interno, e é respeitado dentro do sistema militar, tem direito a palavra e ampla defesa”.

Apesar de alguns professores não defenderem a postura democrática da escola, esses professores classificam a democracia nas ações desenvolvidas na escola e a possibilidade que os sujeitos envolvidos na comunidade escolar têm de se expressar.

Sobre essa abordagem democrática ou autoritária foi questionado também junto aos alunos.

Dos 33 alunos abordados, 23 julgam a escola como uma instituição com gestão autoritária, ou seja, a maioria dos alunos tem a mesma opinião.

Referente a essa ideia o A31 diz “com toda certeza, autoritária, devido a escola ser militar temos que seguir regras e não temos voz dentro dela”.

“Autoritária, porque respeita as normas e regras é essencial para o desenvolvimento educacional do aluno” (A20).

“Autoritária, pois seguimos regras e obedecemos a um superior” (A26).

“Ela é autoritária pois o que é levado em consideração e as regras estabelecidas e não a vontade da maioria” (A1).

“Autoritária, a gestão da escola é bastante autoritária pelas questões das normas” (A15).

Em relação ao autoritarismo apontado pelos alunos, eles pautam muito na ideia da relação regras/autoritarismo, ou seja, para eles o autoritarismo é seguir as regras estabelecidas pela escola.

Da mesma forma relata o A27 “autoritária, por ter 117 regras e temos que seguir para deixar a escola em ordem”.

No entanto, um pequeno número de estudantes difere da opinião da maioria. Para seis alunos a escola militar é uma escola pautada na democracia. Segundo o A30 o que reina nessa instituição é a “democracia, pois existe uma assembleia que vem a comunidade para escolher/decidir o que será feito na escola”.

O A29 comunga da mesma opinião: “democrática, porque tem contribuição da comunidade nas decisões da escola”.

“Democrática, mas com sua hierarquia e regras” (A11).

Nesse encaixe, já analisando as duas partes, os alunos que consideram a escola autoritária e os alunos que consideram democrática, a ideia é um pouco coerente sobre a democracia na opinião dos alunos, ou seja, como existe a participação da comunidade na escolha das decisões, julgam como democrática, isto é, realmente são linhas de democracia a participação ativa dos pais.

Ainda referente a apresentar nessa análise sobre o sistema militar de ensino, procurou saber dos profissionais que compõem a gestão se a escola possui regimento próprio, e mediante suas falas descobrimos que sim. Sobre o regimento interno o G3 explica:

“Sim, temos um regimento, ele foi alterado para atender ao ensino militar. Esta escola não utiliza um regimento padrão da SEED”.

Diante da fala do G3, confirmamos que essa escola possui um regimento próprio.

Igualmente relata o G2 “Sim, possui. Regulamento de disciplina escolar. Nortear a conduta da escola. O que pode e o que não pode fazer na escola. Ao transgredir uma regra do regulamento o responsável é comunicado”.

Através desse relato nos tornamos conscientes que a escola Antônio Messias Gonçalves tem um regimento próprio e que esse vem sendo executado.

Ainda propensos a responder a categoria sobre o sistema militar de ensino procurou saber qual o principal objetivo da escola militar.

Para o G1 “formar cidadãos (colocar um número significativo nas universidades), torná-los cidadãos de bem, ser responsável”.

O G2 diz que o objetivo da escola militar é “salvar vidas, em virtude da escola ter alguns alunos usuários de drogas”. A gestão procura resgatar alunos em vulnerabilidade, oferecendo esportes”.

Par o G3 “dar ao aluno um ambiente saudável onde cultive o respeito a disciplina e a dedicação aos estudos”.

Os propósitos relacionados pela gestão sobre os objetivos da escola militar realmente são de grande valia para a análise dessa categoria. São citados nas falas dos responsáveis pela gestão objetivos importantes para a vida dos alunos que estudam nessa escola.

Ainda abordando o sistema militar de ensino questionamos junto aos alunos se eles são punidos em caso de indisciplina. E como resposta unânime tivemos cem por cento dos alunos afirmando que há sim punição em caso de indisciplina e desrespeitos aos professores. De acordo com os alunos é regra respeitar os professores em todos os sentidos. E como punição maior eles citam a perda de ponto nas avaliações.

Para isso para confirmar o que foi dito vale citar a fala do A28 “grande parte dos alunos respeitam os professores, mas sempre tem um indivíduo que não gosta de seguir regras e estes são punidos pela escola”.

“Alguns, na maioria sim. Em caso de indisciplina são punidos e também de acordo com a transgressão os pontos são descontados dos alunos”.

“Em caso de indisciplina o aluno é notificado” (A9).

Segundo o A24 “se não respeitar professores/monitores devem vir no contra turno pagar medidas disciplinar”.

“A maioria dos estudantes respeitam os professores, porém os que não respeitarem são punidos de acordo com as normas previstas no regulamento da escola”.

Através das falas descritas, é de conhecimento algumas regras estabelecidas pela escola e também alguns critérios de punição no caso de indisciplina por parte dos alunos.

Essa categoria também aborda o sistema avaliativo da escola. Ou seja, é interessante para esse estudo apresentar como é realizada a avaliação educacional para os alunos dessa instituição. Questionou-se junto aos gestores como é a forma de avaliação realizada por essa escola.

“Segundo a G2 a avaliação realizada na escola “é padrão – atividades no caderno. Provão do 9º ano a 3ª série Alfa do Ensino Médio. Prova de redação – onde são escolhidos os melhores”.

Concernente a isso o G3 diz: “segue a sistemática de avaliação aprovada no Conselho Estadual de Educação”.

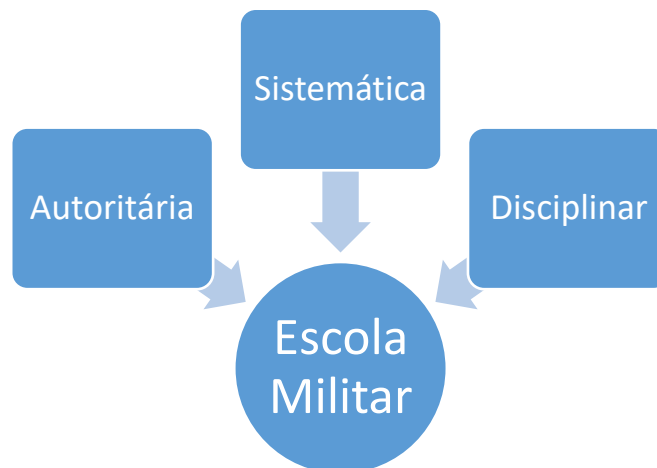
RESUMO FINAL DA 4ª CATEGORIA

A análise dessa categoria resultou em opiniões distintas nas três esferas que participaram. Nessa análise foi pertinente compreender que os professores que participaram do estudo julgam como democrática a gestão militar, embora alguns citem meio termo em relação ao questionamento. Portanto, os alunos, em unanimidade, relatam que a escola é sim uma instituição que prega o autoritarismo, em estabelecer regras muitas vezes desnecessárias.

A escola também possui um regimento interno que atribui várias regras e faz o delineamento das várias situações existentes dentro da escola, inclusive de acordo com esse regimento os alunos são punidos em caso de indisciplina, desrespeito aos professores e demais funcionários.

Essa punição executada na escola, para os alunos, correspondem as práticas autoritárias. Assim, pode observar no infográfico a opinião dos participantes e uma discussão sobre o perfil do aluno que estuda na instituição e os pensamentos que devem servir de um aprofundamento nas discussões:

FIGURA Nº10: Perfil da Escola Militar



Perceber a escola neste perfil é dar um crédito sem compreender o método de ensino que se assiste. A intenção desta metodologia é disciplinar com um modelo próprio, afastando-se a cada dia da indisciplina que tem se instaurado nas escolas. “A indisciplina só adquire significado em relação ao processo pedagógico em curso”, no entanto podemos compreendê-la apenas em relação às funções desempenhadas dentro desse processo. (ESTRELA, 2002, p. 14).

O professor precisa agir sobre o processo com cautela e elucidando a famílias e alunos o perfil didático assumido pela escola militar. Para Estrela (2002, p. 98) “agir ou não agir e escolher as formas adequadas de intervenção dependerá essencialmente da leitura que o professor faz da situação”.

Importante também frisar que reconhecido como processo sempre foi a indisciplina, e por isso, seguindo o que cita Vasconcellos (2006, p. 29) percebemos como “é preocupante a grande ênfase que se tem dado ao aspecto negativo da disciplina, isto é, à indisciplina, à incivilidade e, em particular, à violência escolar”.

CONCLUSÕES

Finalizando a análise de dados desta pesquisa, foi constatado que os objetivos e a pergunta que deu origem a este estudo foram respondidos adequadamente. Ponderando todos os fatos apontados nesta pesquisa, motivação, estratégias, mudança metodológica, dificuldades e facilidades de trabalhar o impacto da disciplina como eixo de aprendizagem para os alunos da 3ª série Alfa de uma escola com gestão militar.

Essa oportunidade de investigar uma temática tão nova e tão relevante trouxe conhecimentos jamais acessíveis com tanta profundidade. A escola militar possui uma peculiaridade que trouxe bastantes motivações para continuar em estudos futuros.

A escola pesquisada possui um sistema de ensino diferente do encontrado nas escolas regulares, a forma como as regras executadas e seguidas faz dessa escola uma referência comportamental entre os alunos.

Como já citado, em uma escola militar a direção e administração são exercidas por oficiais. Nesse sentido, o corpo docente é formado por professores da rede pública de ensino e militares que possuem magistério específico. Ademais, os objetivos pedagógicos são preparar o aluno para a vida em sociedade, formar cidadãos que atuem com ética e cidadania guiados pelos valores.

Desse modo há o enaltecimento da disciplina, do patriotismo, do civismo, da hierarquia e da ordem. Vale ressaltar ainda que existe um manual de regras que obrigatoriamente devem ser seguidas à risca pelos alunos. As mais famosas são o corte de cabelo para os meninos e o não uso de brincos, esmaltes e maquiagens de qualquer tipo para meninas, a continência a militares e o canto diário do hino nacional.

Ao final desse estudo foi possível perceber que o atual modelo de ensino público falhou e nesse sentido a atual forma de ministrar o ensino com base na gestão militar pretende diminuir as significativas taxas de violência contra alunos e professores.

Constatou-se também que os colégios militares apresentam bom desempenho e boa estrutura com notas acima da média nacional de acordo com o Ideb (Índice de Desenvolvimento de Educação Básica).

Para se ter uma ideia mais conclusiva, as escolas com gestão militar estão no topo do ranking Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb), nesse ponto percebe a grande contribuição de se estudar em uma escola dessa natureza.

Ademais, fazendo uma relação com dados recolhidos se percebe que as escolas comuns têm se distanciado de valores como o do respeito, a disciplina, a ordem, valores esses que vem sendo resgatados pelos colégios militares.

Apesar de muitos educadores e educandos demonstrarem rispidez para a disciplina das escolas de orientação militar, o bom desempenho em avaliações nacionais e o ambiente acadêmico com foco na formação completa do estudante tornam essas escolas verdadeiras ilhas de excelência em meio à educação pública brasileira.

Outra conclusão que foi possível extrair, é que as práticas didático-pedagógicas nos colégios militares se subordinam às normas e prescrições do Sistema Militar, mas também obedecem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, principal referência para estabelecer os princípios da educação básica no Brasil.

Mas a realidade destas escolas é bem diferente da maior parte do sistema de ensino brasileiro, especialmente o público. Primeiramente, porque são em pequeno número diante do total de estabelecimentos de ensino.

Assim, referente ao primeiro objetivo que visa *investigar os aspectos positivos e negativos da disciplina mediante processo de ensino aprendizagem dos alunos* conclui-se que a referida escola possui vários pontos positivos que foram identificados durante a investigação. A pontualidade na chegada a escola, a entrega das atividades escolares são pontos positivos que necessitam ser destacado.

Sobretudo, destacou também, o cumprimento das regras estabelecidas pela escola, elemento esse que vem contribuindo diretamente com a melhora, o foco e a atenção dos alunos, além do respeito mútuo entre os sujeitos envolvidos nesse sistema de ensino.

Percebeu-se também que a organização escolar é um fator positivo para o desenvolvimento do processo educativo, tendo como principal regra a ética entre o comportamento dos alunos.

É cabível expor que após a Escola Antônio Messias Gonçalves se transformar em escola militar muita coisa melhorou, o compromisso e a participação dos pais, o desenvolvimento com as atividades extraclasse são elementos consideravelmente ativos na escola.

Alguns pontos considerados negativos foram estabelecidos pelos participantes. Alguns professores se mantiveram resistentes a dinâmica estabelecida pelo regimento escolar. Como também, os alunos reclamam da carga horária excessiva e a rigidez desnecessária das regras, ou seja, não pode usar celular, cabelos grandes, e cosméticos.

Com relação ao segundo objetivo que trata de *avaliar o processo de ensino aprendizagem dentro de uma perspectiva de uma disciplina militar do aluno*, ficou evidenciado que através da disciplina é possível verificar melhora na aprendizagem pois mantém os alunos mais concentrados. Isto é, ficou concluído que parte do fracasso escolar das escolas públicas fica a cargo da falta de disciplina e do não cumprimento de regras dentro e fora da escola.

Conclui-se também que o silêncio exigido dentro da sala de aula é a base para o aprendizado, ou seja, a disciplina conscientiza e acima de tudo motiva.

Com relação a abordagem desse objetivo, a escola militar tem favorecido e preparado os alunos de forma efetiva para avaliações externas, inclusive a quantidade de alunos que passam em vestibulares após sair da escola militar é maior até do que algumas escolas particulares.

Nesse quesito, a aprendizagem flui até na forma de ensinar. Diante da abordagem, os professores em uma sala disciplinada desenvolvem suas práticas com mais eficiência contribuindo assim com o desenvolvimento dos alunos em todos os sentidos.

Concernente ao terceiro objetivo que visa *analisar as ações que a escola desenvolve em parceria com a comunidade para melhoria da aprendizagem dos alunos*, conclui-se que a parceria família/escola funciona através de um projeto criado pela escola que é a Associação de Pais e Mestres para o acolhimento dos pais na escola.

Através desse objetivo é possível destacar que as escolas mantem firme algumas estratégias para assegurar a participação dos pais, porque acreditam que isso favorece o desenvolvimento dos alunos. Entre outras iniciativas a escola desenvolve também o conselho escolar envolvendo a comunidade para a tomada de decisões compartilhada.

A respeito desse objetivo chegamos à conclusão que a participação familiar contribui com o aumento do rendimento escolar, pois o acompanhamento se torna constante.

O quarto objetivo que tratou de *averiguar o modelo do sistema de avaliação escolar militarizada e o projeto político pedagógico da escola com foco nos eixos de aprendizagem* permitiu constatar sobre o sistema de ensino militar, a avaliação desenvolvida e o regimento interno da escola, pois não se trata especificamente de um Projeto Político Pedagógico e sim de um regimento próprio da escola.

Referente ao sistema de ensino, foi possível entender que apesar de manter firme as regras e a disciplina dentro da instituição, essa segue o formato de escola democrática, por que suas ações e decisões são tomadas em conjunto com a comunidade escolar.

Referente a opinião dos docentes alguns estão classificando a escola nem como autoritária e nem como democrática, porém a maioria dos professores estão satisfeitos com sua forma de trabalho e toda a estrutura que a escola oferece para desenvolver sua prática pedagógica.

Em relação ao regimento interno, esse deve ser seguido por todos os sujeitos envolvidos no processo, caso contrário são punidos.

Constatou-se também que a escola visa formar cidadãos íntegros que valorize a ordem e a disciplina e se tornem seres humanos completos.

Concernente a avaliação desenvolvida, essa contempla a mesma forma de avaliar das escolas comuns, a única diferença é que os alunos são incentivados com prêmios pela maior nota.

Ao final dessa conclusão é possível responder a pergunta problema e afirmar que o nível do impacto da disciplina como eixo na aprendizagem realmente é significativo para o desenvolvimento dos alunos.

SUGESTÕES

Após tecer as conclusões cabe a título de sugestões alguns itens importantes para a melhoria de aspectos encontrados nesse estudo e que favorecerá a melhoria do desenvolvimento educacional na Escola Antônio Messias Gonçalves Silva.

As sugestões que serão relatadas abaixo, encontram-se embasadas na opinião dos participantes desse estudo, e, portanto, são sugestões que se tornam bastante relevantes para esse estudo e também para os próximos que surgirão com base nessa temática.

Assim sugere que a instituição promova:

- Debates sobre a conscientização da importância de seguir regras,
- Debates sobre os objetivos da escola com gestão militar,
- Enriquecimento dos projetos participativos para os pais da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- Abranches, M. A. (2013). *Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Alvarenga, E. M. (2019). *Metodologia da Investigação Quantitativa – Qualitativa. 2ª ed.* Assunção-PY.
- Antunes, C. (2002). *A avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Vozes.
- Aquino, J. G. (1996). *Indisciplina na escola*. Grupo Editorial Summus.
- Aquino, J. G. (2008). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. 3ed. São Paulo: Editora Summus.
- Aranha, M. L. A. (1996). *História da Educação*. Moderna, São Paulo.
- Arantes, A. (2018). Relação Pedagógica, Disciplina e Indisciplina na Aula de Aula: Uma Análise da Realidade. *Revista De Magistro de Filosofia*, 124-141.
- Baechle, T. R., e Earle, R. W. (2008). *Periodization*.
- Benevides, A. A; Soares, R. B. (2015). *Diferencial de Desempenho das escolas militares: bons alunos ou boa escola?* Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/08/1666631-cresce-no-brasil-o-numero-de-escolas-basicas-publicas-geridas-pela-pm.shtml>. Acesso em: 20 de mar. 2018.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (1996). *Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional: Ldb 1996*. Brasília\DF.
- Campos, F. (2005). *A escrita da História / Renan Garcia Miranda*. São Paulo: Escala Educacional.
- Campoy, T. (2018) *Metodología de la investigación científica*. Ciudad del Este (py) U.N.C. del Este.
- Celani, M. A. A. (2005). *Questões de ética na pesquisa em Linguística Aplicada*. Linguagem e Ensino, 8(1), 101-122.
- Chaer, G., Diniz, R. R. P., e Ribeiro, E. A. (2012). A técnica do questionário na pesquisa educacional. *Revista Evidência*, 7(7).
- Charlot, B. (2005). *Relação com o saber, formação dos professores e globalização*.
- Chiavenato, I. (2012). *Teoria Geral da Administração*. Rio de Janeiro: Campus.
- Colombo, S. S. (2011) *Escola de Sucesso: Gestão Estratégica para instituições de Ensino*. São Paulo: STS.

- Costa, F. A. A. C. (1996). *Formação de professores em Educação Física: concepções, investigação, prática*. São Paulo: Porto Editora.
- Cruz, M. (2012). *Estratégias para ultrapassar dificuldades de aprendizagem em alunos com PHDA no 2º e 3º ciclo: estudo comparativo* (Doctoral dissertation).
- Estrela, M. T. (2002). *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. São Paulo: Porto Editora.
- Ferreira, A. B. H. (2005). *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, E. B. (2003). *A organização da instituição de ensino após a LDB/1996 e as condições do trabalho pedagógico*. Disponível em www.coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufsc. Acesso em: 17 jan. 2019.
- Ferreira, R. R.; Paro, T. P. (2017). *As escolas militarizadas combatem a violência escolar? Uma análise sobre o conceito de violência sob a perspectiva de Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Theodor Adorno*. Bebedouro/SP: Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade.
- Fleury, M. T. L.; Fleury A. (2001). Construindo o conceito de competência. *Revista de administração contemporânea*, Curitiba, v. 58, edição especial, p. 183-196. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_463.pdf>. Acesso em: 27 agost. 2019.
- Fontellles, R. G. S. (2009). Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista Paraense de Medicina*, 23(3), 1-8.
- Fortuna, M. L. A. (2010). Sujeito, o grupo e a gestão democrática na escola pública. *Revista de Administração Educacional*, Recife, v. 1, n. 2.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2017). *Projeto Político Pedagógico da Escola Cidadã*. In *Construindo a Escola Cidadã*. Brasília. MEC.
- Garcia, J. (1999). Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba n. 95. jan/abr.
- Ghiraldelli, P. (2000). *História da Educação*. São Paulo: Cortes.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2011). *Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo: Atlas.
- Goiás. (2018). *Polícia Militar do Estado de Goiás. Regimento Interno do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás*. Disponível em:

<http://colegiomilitarpmvr.com.br/comunicado/RegimentoPronto.pdf>. Acessado em 01 de fev. de 2019.

Goiás. (2018). *Polícia Militar do Estado de Goiás. Regulamento Disciplinar do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás*. Disponível em: http://www.CEPMGanapolis.net/wpcontent/uploads/2015/05/regulamento_disciplinar.pdf. Acessado em 01 de fev. de 2019.

Gomes, N. S. (2012). *Liderança como factor de sucesso na gestão escolar: O caso da Escola Secundária "Amor de Deus"*. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/viewFile/22948/12673> Acesso em: 19 jul. 2019.

Kauark, F., Manhães, F. C., Medeiros, C.H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.

Lakatos, E. M., e Marconi, M. D. A. (2003). *Fundamentos da metodologia científica. In Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Altas.

Leal, F. M. (2004). *Por trás dos portões: a disciplina no Colégio Militar de Curitiba*. /São Paulo.

Lenk, E. (2012). *Indisciplian na escola militar*. São Paulo.

Libâneo, J. C. (1994). *Didática*. São Paulo: Cortez.

Libâneo, J. C. (2004). *Organização e gestão da escola – Teoria e prática*. Ed. Alternativa.

Libâneo, J. C. (2015). *Licenciatura em Pedagogia: a ausência dos conteúdos específicos do ensino fundamental*. São Paulo: UNESP.

Lück, H. (2006). *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. Ed. Vozes.

Manzato, A. J., e Santos, A. B. (2012). *A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa*. Departamento de Ciência de Computação e Estatística–Universidade de Santa Catarina. Santa Catarina.

Marques, L. (2012). *A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

Mattos, M. J. V. M. D. (2005). *Tendências de organização do processo escolar no contexto das políticas educacionais*. São Paulo.

Medeiros, I. D. (2008). *Gestão democrática escolar*. Portal Educação, 1º jan.

Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.

Miziara, F. M.; Bitencourt, M. P.; Abreu, M. S. (2006). *Gestão da sala de aula: a autoridade do professor e o fazer pedagógico frente às novas demandas sociais*. São Paulo.

Morin, E. (2011). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez: Brasília, UNESCO.

- Naiff, L. A. M. (2009). *Indisciplina e violência na escola: reflexões no (do) cotidiano*. Educação Unisinos, 13.2: 110-116.
- Napolitano, M. (1998). *O regime milita brasileiro: 1964 – 1985*. Atual: São Paulo.
- Nogueira, J. G. (2014). Educação Militar no Brasil: um breve histórico. *Revista Camine: Caminhos da Educação*, Franca, v. 6, n. 1.
- Nóvoa, A. (1995). *Vidas de Professores*. 2. ed., Porto: Editora, Porto.
- Oliveira, M. T. C. (2014). *A LDB e o contexto nacional: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos- 1988 a 1996*.
- Paro, V. H. (1996). *Eleição de Diretores: A escola pública experimenta a democracia*. Campinas: Papirus.
- Paro, V. H. (1997). *A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola*. São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 36, n.3.
- Paro, V. H. (2005). *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática.
- Paro, V. H. (2007). *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino*. São Paulo: Ática.
- Pellanda, N. C. (1986). *Ideologia e educação & Repressão no Brasil Pós 64*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Prodanov, C.C., Freitas, E.C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª. ed. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul - Brasil: Feevale.
- Ribeiro, M. L. S. (2000). *História da Educação Brasileira: A Organização Escolar*. Campinas: Autores Associados.
- Rios, L. T. D. (2010). *Influência da liderança e cultura organizacional na gestão democrática de escola pública* (Master's thesis).
- Rocha, R. (2013). Fatores estressores no contexto de trabalho docente. *Revista Ciências Humanas*, 6(1). Estácio Macapá.
- Romanelli, O. O. (1978). *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Rosa, J. M. (2006). *As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi*. Dissertação de Mestrado em Educação/UFSM. Santa Maria: UFSM.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, M. P. B. (2010). *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH. 624p.
- Santana, A. L.S. (2009). *Breve reflexão sobre indisciplina: discussão de um caso*. Disponível em <http://www.unijales.edu.br/unijales/arquivos/28022012095456_242.pdf> Acesso em: 23 jun. 2019.

- Santos, J. G. (2008). *História da avaliação: do exame à avaliação diagnóstica*. V Semana Acadêmica da UFU. São Paulo: Ática.
- Santos, R. J. C. (2016). *A militarização da escola pública em Goiás*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia.
- Silva, S. G. O. (2011). *A relação família/ escola*. 2008. Disponível em: <http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/a-relacaofamiliaescola-477589.html>. Acesso em: 7 abr. 2019.
- Silva, N. P. (2012). *Ética, indisciplina e violência nas escolas*. 6 ed. Petrópolis: Vozes.
- Silva, L. (2013). *Gestão Democrática na Educação Pública*. *Educação e cultura em debate*, 1(1), 21-59.
- Silva, C. C. P. (2019). Pedagogia militar. *Revista HISTEDBR On-line*, 19, e019045-e019045.
- Simon, I. (2009). *Indisciplina escolar e autoridade docente*. São Paulo: Cortez.
- Souza, G. M. (2019). *Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB): uma referência de gestão educacional da rede federal de ensino brasileira*. São Paulo.
- Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tiba, I. (1996). *Disciplina, limite na medida certa*. Ed. Gente. p.165, São Paulo.
- Trindade, V. (1993). *História: Assim caminha a humanidade*. Belo Horizonte, Brasil.
- Vasconcellos, C. S. (2006). (In) *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 16. ed. São Paulo: Libertad Editora.
- Veiga, I. P. (1989). *Repensando a Didática*. Campinas: Papirus.
- Veiga, I. P. A. (1997). Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória? *In Revista Educação e Sociedade*, v. 23, n. 61, p. 267-281.
- Vieira, S. L. (2005). *Educação e gestão: extraindo significados da base legal*. In. CEARÁ. SEDUC. *Novos Paradigmas de gestão escolar*. Fortaleza: Edições SEDUC, p. 7 – 20.
- Weiss, G. (2016). *Introduction to Fourier analysis on Euclidean spaces (PMS-32)* (Vol. 32). Princeton university press.
- Zabala, A. (1996). *A prática educativa como ensinar*. Porto Alegre: Artmed.

ANEXOS

ANEXO N° 01: Solicitação para Pesquisa de Campo - UAA



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN



UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ASUNCIÓN

Asunción, 11 de marzo de 2018

A quien corresponda:

Por la presente, a pedido de la interesada, se comunica que **MARIA JOSÉ DE ALEXANDRIA BARBOSA ROSA**, es alumna de la Maestría en Ciencias de la Educación, de la Facultad de Ciencias Jurídicas, Políticas y de la Comunicación, de la **Universidad Autónoma de Asunción (UAA)**, quien en el presente año, se encuentra en fase de elaboración de su tesis de Maestría con el tema de investigación: *"ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA DISCIPLINA COMO EIXO DE APRENDIZAGEM NA TURMA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA COM GESTÃO MILITAR ANTONIO MESSIAS GONÇALVES DA SILVA- Amapá /Brasil."*

Para lo que hubiere lugar,

José Antonio Torres
Presidente del Comité Científico
Universidad Autónoma de Asunción

ANEXO Nº 02: Carta de autorização para pesquisa de Campo



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**



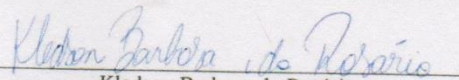
**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANTONIO MESSIAS GONÇALVES DA
SILVA**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, Kledson Barbosa do Rosário, ocupante do cargo de Diretor da Escola Estadual Prof. Antônio Messias Gonçalves da Silva, autorizo a realização nesta instituição a pesquisa: **Estudo sobre o impacto da disciplina como eixo de aprendizagem na turma de 3ª Série do Ensino Médio da Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva – Amapá – Brasil**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Maria José de Alexandria Barbosa Rosa**, Mestranda em Ciências da Educação na Universidade Autônoma de Assunção, sob orientação do Professor Doutor **Luiz Ortiz Jimenez**, tendo como objetivo Analisar o impacto da disciplina como eixo da aprendizagem na turma de 3º ano do Ensino Médio na Escola de Ensino Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva no Estado do Amapá – Brasil. Afirmo que fui devidamente orientado sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para a pesquisadora serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Macapá-AP, 11 de março de 2020.


Kledson Barbosa do Rosário
Diretor

ANEXO Nº 03: Entrevista para os professores



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN
ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES**

1 - Como você define a prática de uma unidade escolar militar? Democrática ou autoritária?
Defina:

2 – Como você define o termo indisciplina no seu contexto mais amplo?

3 – No seu entendimento, qual a relação entre a disciplina e o processo de ensino e aprendizagem?

4 – Na sua opinião de que forma a escola militar tem contribuído com o processo de ensino/aprendizagem dos alunos?

5 – Aponte os aspectos positivos da disciplina mediante perspectiva de ensino/aprendizagem dos alunos.

6 – Quais as contribuições de uma escola militar na vida educacional dos alunos?

7 – Em quais momentos a comunidade está presente na escola?

8 – Defina o impacto da disciplina militar na construção da aprendizagem dos alunos.

9 – Você atribui os bons rendimentos dos alunos às regras interpostas pela escola militar? Justifique.

10 – Como é a proposta de avaliação do sistema educacional militar?

ANEXO Nº 04: Entrevista para a gestão



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN
ENTREVISTA PARA EQUIPE DA GESTÃO**

1 – Quais os pontos positivos de uma escola militar?

2 – E pontos negativos? Quais?

3 – Quais são as funções e que papel os militares desempenham dentro da unidade escolar?

4 – A escola tem um PPP (Projeto Político Pedagógico)? Se positivo como este foi elaborado?

5 – De quais artifícios a escola utiliza para conseguir obter e manter a disciplina na escola, tanto por parte dos docentes como dos alunos?

6 – O que a equipe gestora costuma fazer para motivar seus alunos para uma aprendizagem significativa?

7 – A escola possui um regimento próprio? Fale um pouco sobre esse documento:

8 – Como é adotada a forma de avaliação realizada por essa escola?

9 – Qual o principal objetivo da escola militar?

10 – Há uma faixa etária em que os casos indisciplinares são mais frequentes? Quais?

11 – Quando ocorre um ato de indisciplina como a escola resolve?

12 – Quais os benefícios de estudar em uma escola militar?

13 – Quais as ações desenvolvidas em parceria com a comunidade para melhoria da aprendizagem?

14 – Qual a participação da comunidade nas propostas estabelecidas pela escola?

15 – Existe uma parceria firmada entre escola e comunidade? Relate:

ANEXO N° 05: Questionário para os alunos



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN
QUESTIONÁRIO ABERTO PARA OS ALUNOS**

1 - O que vocês acham de estudar em uma escola militar?

2 – Quais as vantagens de estudar em uma escola militar?

3 – Quais as normas disciplinares estabelecidas pela gestão da escola?

4 – Como você acha que se configura a gestão de uma escola militar? Democrática ou autoritária? Fale um pouco sobre isso.

5 – Os estudantes respeitam os professores? São punidos em caso de indisciplina?

6 – Como você percebe o desenvolvimento de sua aprendizagem nessa escola?

7 – Você acredita que a disciplina interposta pelas escolas militares contribui para o desenvolvimento de sua aprendizagem?

8 – No seu ponto de vista, a disciplina é o caminho para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem? Por quê?

9 – Como é desenvolvida as avaliações nessa escola?

10 – Aponte os aspectos negativos de estudar em uma escola militar.

ANEXO N° 06: Termo de esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**TERMO DE CONSENTIMIENTO LIVRE E ESCLARECIDO
TERMO DE ESCLARECIMENTO**

Honrosamente venho convidá-lo a participar da pesquisa de campo da Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação que será apresentada a Universidad Autónoma de Asunción/PY intitulada: **Estudo sobre o impacto da disciplina como eixo de aprendizagem na turma do 3º ano do Ensino Médio da Escola Pública com Gestão Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva – Amapá – Brasil**

Os avanços das escolas militares no Brasil se torna uma evidência atualmente e vem alcançando altos índices de aprendizagem, com isso o objetivo da pesquisa é Analisar o impacto da disciplina como eixo da aprendizagem na turma de 3º ano do Ensino Médio na Escola de Ensino Militar Antônio Messias Gonçalves da Silva no Estado do Amapá – Brasil.

Desde já, podemos afirmar que não haverá riscos para o participante, pois os objetivos da pesquisa são previamente esclarecidos e sua participação será mantida no mais absoluto sigilo e garantido o anonimato, pois a análise dos dados não terá caráter avaliativo individual ou institucional.

Responsável pela pesquisa: Maria José de Alexandria Barbosa Rosa, residente na Avenida Mendonça Júnior nº 1059 – Casa A – Bairro Central Macapá –AP/Brasil. Telefone celular: (96) - 99963 9123, e-mail: alexandriabarbosa@gmail.com.

Essa pesquisa foi realizada com recursos próprios e não haverá despesas por parte dos participantes.

ANEXO N° 07: Termo de consentimento livre



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

TERMO DE CONSENTIMIENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Eu, _____, declaro que li/ouvi e compreendi os objetivos estabelecidos pela pesquisa. Entendo que minha participação poderá contribuir com estudos futuros que abordem a disciplina como eixo de aprendizagem nas escolas militares. A pesquisadora deixou claro os benefícios proporcionados por esse estudo e que será preservado meu anonimato, além disso estou consciente que estarei isenta de qualquer risco. Dessa forma concordo em participar.

Participante do estudo

Pesquisadora